



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Inserção para Pessoas com Necessidades Especiais: Proposta de Projecto

Anabela Costa Silva

Trabalho de Projecto para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Serviço Social
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Alcides Monteiro

Covilhã, Outubro de 2011

Agradecimentos

Agradeço e dedico este momento à minha família, o meu pilar. Sobretudo à minha irmã que ao longo destes dois anos mostrou toda a disponibilidade e ajuda incondicional. Ao meu irmão, pela sua amizade, apoio e carinho, nestes últimos meses foi a minha força, o meu ‘homem do leme’.

Dirijo um particular agradecimento ao Professor Doutor Alcides Monteiro por ter aceitado ser meu orientador, pela sua dedicação, conhecimento e rigor científico, que proporcionou a aprendizagem necessária para o desenvolvimento deste trabalho de Projecto.

Agradeço aos meus colegas e sócios nesta missão por todo o seu entusiasmo, pois sem eles este projecto não seria possível. Aos meus amigos, pelo tempo que me dispensaram, a sua ajuda foi imprescindível para atingir esta meta.

A alguns professores e colegas do Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social manifesto o meu reconhecimento por toda a colaboração prestada, sempre que foi necessário solicitar o seu auxílio.

Por fim, agradeço aos técnicos responsáveis das entidades estudadas, pela sua compreensão e disponibilidade em me receber.

A todos, a minha sincera amizade e gratidão.

Resumo

O objectivo central da presente Proposta de Projecto conduz-se à reflexão e consequente desenvolvimento de um projecto de inserção profissional, com carácter iminentemente prático, integrado na área de Empreendedorismo Social.

Considerando que a actividade profissional constitui um direito cívico de todos os cidadãos, sem excepção, refere-nos a experiência de quem lida com a formação e empregabilidade de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) de que existe um défice na resposta às necessidades deste tipo de realidade. Por isso, a nossa Proposta de Projecto tem por propósito identificar e enquadrar o universo de PNE e analisar o contexto sócio-económico em que se inserem, desenvolvem, evoluem e se afirmam sócio-profissionalmente, sempre numa perspectiva de configurar a criação real de postos de trabalho para este grupo de pessoas.

Os planos transversais para a empregabilidade de PNE passam pela Formação Profissional, encarada como uma mais-valia com vista a fazer face às dificuldades de inserção profissional bem como pela implementação das Empresas de Inserção (EI), que surgem como resposta à dificuldade de empregabilidade, reforçam a Formação Profissional no âmbito das actividades sociais extra-laborais.

Neste âmbito, a presente Proposta de Projecto comporta a fundamentação doutrinária e técnica que subjaz a controversa realidade sócio-económico-política que pretendemos abordar e, simultaneamente, reflecte a dinâmica de inserção no mercado de trabalho direccionada ao grupo alvo. A fundamentação prática da nossa Proposta de Projecto assenta num diagnóstico de entrevistas feitas a representantes de quatro organizações, devidamente enquadradas num contexto de economia social e que têm um papel activo na empregabilidade do nosso público-alvo.

Em torno das dimensões de análise, os quesitos colocados permitiram-nos constatar que as organizações interpeladas dão respostas a problemas sociais concretos dos seus públicos, consolidam as suas acções no âmbito da inserção socioprofissional, verificando-se que as necessidades qualificativas estão asseguradas.

Reconhece-se, no entanto, que a dificuldade de empregabilidade de PNE persiste. Desta forma e assente numa estratégia de combate ao desemprego deste grupo alvo propomos a construção de um projecto que se desenvolve na área agrícola, e que, em nosso entender, pode colmatar alguns os défices de empregabilidade detectados nesta área.

Palavras-chave

Pessoas com Necessidades Especiais, Formação Profissional, Empresas de Inserção, Integração, Mercado de Trabalho.

Abstract

The main purpose of this Project Proposal leads to the reflexion and subsequent development of an employment project, mainly practical, incorporated in the Social Entrepreneurship area.

Bearing in mind that the professional activity constitutes a Mankind's civic right, without exception, the experience of those who deal with the training and employment of People with Special Needs (PSN) portrays a lack of solutions for these people's needs. Therefore, our Project Proposal intends to identify and frame the PSN' universe, analysing their socio-economical context, where they can socially and professionally develop, evolve and grow, always trying to shape the creation of real jobs for this group of people.

The transversal planning for the employment of PSN includes the Professional Training, viewed as a very important aspect to surpass the difficulties in the professional integration, and the creation of Integration Enterprises (IE), which emerge as an attempt to respond to the employment problems and to reinforce the Professional Training in the social and non-labour activities' sphere.

In this context, the Project Proposal involves the doctrinal and technical grounding that underlies the controversial social-economical-political reality, which we intend to study and, simultaneously, it reflects the integration dynamics of this specific group of people on the job market. The practical grounding of our Project Proposal is based on an interviews' diagnosis done to four organizations' representatives, properly integrated in a social economics' context and who have an active role in the employment of our target audience.

Around the analysis' matters, the raised issues allowed us to notice that the questioned organisations give answers to their audience's concrete social problems, consolidating their actions in the socio-professional integration field, verifying that the qualitative needs are assured.

However, it is noticeable that the difficulty to employ PSN persists. Thus, and having a strategy to fight unemployment among this target group, we propose the creation of a project which is developed in the agricultural area, and which, in our view, may end up with some of the employment deficits detected in this field.

Keywords

People with Special Needs, Professional Training, Integration Enterprises, Integration, Job Market.

Índice

Introdução.....	1
Parte I.....	4
1. Notas Metodológicas	5
1.1. Noção de Empreendedorismo Social	5
1.1.1. Definição de Projecto Social.....	6
2. Natureza do Projecto.....	8
2.1. Origem e Justificação.....	8
2.1.1. Traçado do Projecto	9
3. Enquadramento do Sector Cooperativo	14
3.1. Personalidade Jurídica da Cooperativa	16
Parte II.....	18
1. FUNDAMENTAÇÃO	19
1.1. Justificação Doutrinária e Técnica	19
1.1.1. Breve Abordagem: da Exclusão à Integração Social	19
1.1.2. Reflexão Conceptual sobre Pessoas com Necessidades Especiais	22
1.1.2.1. Breve Contextualização Histórica	22
1.1.2.2. O Papel da Educação Especial.....	26
1.1.3. Perspectiva de Integração das Pessoas com Necessidades Especiais	28
1.1.4. Enquadramento da Representação Social do Trabalho	32
1.1.4.1. O Trabalho como Factor de Integração das Pessoas com Necessidades Especiais	34
1.1.5. Linhas de Orientação Comunitária para a Inclusão	37
1.1.6. Integração de Pessoas com Necessidades Especiais em Portugal	39
1.1.7. Emergência de Novas Políticas Sociais.....	41
1.1.7.1. Empresas de Inserção Social	43
1.1.7.2. O Papel do Partenariado	44
2. Diagnóstico	46
2.1. Sobre a Importância do Diagnóstico	46
2.1.1. Universo de Pesquisa	50
2.1.1.1. Estrutura e Modelo de Gestão	53
2.1.1.2. Estratégias Organizacionais face às Necessidades do Público-alvo	54
2.1.1.3 Actuação face à inserção socioprofissional.....	57
2.1.2.4. O Papel das Parcerias como Alicerce nas Relações Sociais	62
2.1.2.5. Perspectiva de Projectos Futuros	64
1.3. Notas conclusivas do Diagnóstico	65
Parte III.....	66
1. PLANIFICAÇÃO	67
1.1. Objectivos.....	67
1.2. Metas a atingir.....	68
1.3. Localização Geográfica.....	70

1.4. Plano Operativo	71
1.4.1 Especificação das actividades.....	71
1.4.2 Recursos	74
1.4.2.1 Recursos Humanos	75
1.4.2.2 Recursos Materiais e Técnicos	76
1.4.2.3 Recursos Financeiros.....	76
1.5. Impacto do Projecto.....	77
Considerações Finais	78
Bibliografia	80
Anexos	85

Lista de Figuras

Figura 1- Esquema da Produção Integrada	10
Figura 2 - Síntese da dinâmica de Integração Social	21
Figura 3 - Contextualização da Ajuda Técnica	36
Figura 4 - Contextualização Geográfica.....	70

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Relações em Rede da Produção Integrada	11
Tabela 2 - Enquadramento das Cooperativas no âmbito das Pessoas Jurídicas.....	15
Tabela 3 - Interacção entre os conceitos	25
Tabela 4 - Síntese dos Tipos de NEE significativas/permanentes	27
Tabela 5 - Triângulo de Lisboa	38
Tabela 6 - Elementos Caracterizadores das Entidades em Estudo	51
Tabela 7 - Metas Sociais a Atingir	68
Tabela 8 - Indicador das Fases Rotativas da Cultura	69
Tabela 9 - Indicadores das Actividades	71
Tabela 10 - Indicadores de Técnicas de Comunicação	72
Tabela 11 - Indicadores de Recursos face às actividades.....	74

Lista de Siglas

PNE - Pessoas com Necessidades Especiais
FP - Formação Profissional
EI's - Empresas de Inserção
PAC - Política Agrícola Comum
CRP - Constituição da República Portuguesa
ICF - International Classification of Functioning, Disability and Health
ICIDH - Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps
CIDID - Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
CIDD-2 - Classificação Internacional das Deficiências, Actividades e Participação - Manual 2
NEE - Necessidades Educativas Especiais
OMS - Organização Mundial de Saúde
PEI - Plano Educativo Individual
TVA - Transição para a Vida Adulta
PIT - Plano Individual de Transição
TCI - Técnicas de Informação e Comunicação
UE - União Europeia
MAC - Método Aberto de Coordenação
PNE - Plano Nacional de Emprego
ONU - Organização das Nações Unidas
POPH - Programa Operacional Potencial Humano
QREN - Referência Estratégico Nacional
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

Introdução

O presente projecto insere-se no espaço do Empreendedorismo Social e objectiva criar oportunidades de trabalho para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), ambicionando ter uma intervenção positiva na esfera social.

Actualmente, Portugal vive uma situação de desemprego preocupante, muitas famílias vivem momentos problemáticos. A perda de rendimentos das famílias priva-as do acesso a bens essenciais, e é em áreas como a saúde, a educação e a habitação que mais se faz sentir a precariedade. Esta é uma realidade que cria, em muitos casos, situações de dependência dos apoios estatais que se arrastam por longos períodos de tempo e que, só por si, tem consequências nefastas ao nível da reconhecimen

Neste âmbito, aderindo à perspectiva de Bruto da Costa, o desemprego “surge como uma forma paradigmática de exclusão social” (2007:57), privando as pessoas de rendimentos e de vínculos à sociedade, originando uma certa instabilidade social.

Vários são os públicos que se enquadram nesta posição. As Pessoas com Necessidades Especiais representam, à partida, uma minoria na sociedade, o que favorece, desde logo, a sua exclusão. Ao longo dos tempos, estas pessoas foram privadas de uma serie de bens culturais e intelectuais, o que consequentemente dificultou a sua integração socioprofissional.

As políticas de inserção prendem-se com a necessidade de criar mecanismos de acesso ao mercado de trabalho. Recentemente, desenvolveu-se uma cultura de sensibilização e interacção das respostas sociais, surgindo o conceito de *empowerment* que valoriza as capacidades das PNE, no sentido de elas próprias poderem dar respostas e avançar com soluções para a resolução dos seus próprios problemas, reconhecendo a sua autonomia e participação na sociedade. Esta concepção vai muito mais além da aceitação das diferenças e da convivência com a diversidade humana.

Empowerment consiste num processo que assenta em diversas disciplinas intercalares. Não se trata apenas de administrar o *saber*, inerente ao desempenho de uma profissão em concreto, com base numa acção de formação. Simultaneamente, através do *Empowerment*, pretende-se criar um conjunto de situações integradas que garantem a eficácia da Formação Profissional, o acesso ao trabalho e uma fluidez de todo o processo que contribui para a motivação das pessoas, no sentido de se empenharem e transformarem as suas condições de vida.

Neste âmbito, a Formação Profissional (FP) surge como uma ferramenta importante, transmitindo conhecimentos e competências tidas como necessárias para fazer face aos desafios do mercado de trabalho. Transversalmente, surgem as Empresas de Inserção (EI's), visando a complementaridade das competências pessoais, sociais e profissionais baseadas no exercício de uma actividade profissional.

A inserção das PNE no mercado de trabalho ocorre de diversas formas, influenciadas por várias motivações e sustentadas por diversas estratégias. A execução deste nosso projecto assenta numa estratégia que considera as potencialidades de aprendizagem, valoriza as aptidões

e capacidades de cada indivíduo e o seu grau de envolvimento na actividade profissional, facultando a sua entrada e permanência numa actividade produtiva.

Assim, para elaboração do diagnóstico considerámos a natureza exploratória das entrevistas direccionadas a organizações que adoptam as valências de Formação Profissional e Empresa de Inserção. Deste diagnóstico pretende-se analisar as seguintes dimensões, a saber: estrutura da organização e modelo de gestão; estratégias organizacionais face às necessidades dos seus públicos; actuação na inserção socioprofissional, e o papel das parcerias como alicerce nas relações sociais. Outra questão que se pretende avaliar, de uma forma geral, é a perspectiva de projectos de futuros.

O projecto desenvolve a sua actividade laboral sob a figura comercial de uma Cooperativa Agrícola cujo ramo de negócio assenta na produção biológica em hortifruticultura. A estrutura do projecto segue a linha orientadora de Glória Serrano, uma vez que na perspectiva da autora, a formulação de um projecto “consiste em ordenar toda a informação e as decisões disponíveis, de acordo com uma lógica de sequência de informação sobre o que se vai fazer com ele” (SERRANO, 2008: 24)

Nesta linha, o presente trabalho estrutura-se da seguinte forma:

A **Parte I** é composta por Notas Metodológicas. Assim, numa perspectiva preliminar o **ponto 1** reflecte a noção de Empreendedorismo Social e definição de Projecto Social. Como um projecto deve descrever os passos do seu desenvolvimento, no **ponto 2** desenvolve-se a Natureza do Projecto, define-se a necessidade que lhe deu origem e faz-se uma breve alusão à actividade do mesmo. Tratando-se o presente projecto da criação de uma Cooperativa integrada no Sector Social, no **ponto 3**, far-se-á uma breve incursão à economia social e serão abordados os princípios cooperativos e o enquadramento jurídico das cooperativas.

A **Parte II** fundamenta o projecto. Reúne um conjunto de sub-pontos, que visam uma abordagem doutrinária e técnica que tem por objectivo consolidar um processo construtivo de conhecimentos teóricos. Pretendendo criar um projecto de inserção consideramos pertinente no **ponto 1.1.1.** fazer uma abordagem aos fenómenos de Exclusão e Integração Social. Pretendendo transmitir um melhor conhecimento do nosso público-alvo, no **ponto 1.1.2.**, procura-se reflectir sobre a condição das Pessoas com Necessidades Especiais. Esta reflexão está assente numa breve resenha histórica de carácter evolutivo do conceito social sobre ‘deficiência’, apoiada nas várias definições conceptuais deste público. Ainda, neste ponto, é argumentado o papel da Educação Especial. O **ponto 1.1.3.** assenta num conjunto de reflexões sobre a perspectiva de inclusão de Pessoas com Necessidades Sociais. Ao considerar-se o factor *trabalho* um elemento importante para a integração social, no **ponto 1.1.4.**, enquadra-se a representação social do trabalho. Ainda neste ponto, relaciona-se a importância do trabalho com o público-alvo. No **ponto 1.1.5.**, são desenvolvidas as Linhas de Orientação Comunitária para a Inclusão. No plano nacional, os direitos das PNE foram sendo conquistados ao longo dos anos, assim no **ponto 1.1.6.** faz-se uma referência às políticas destas pessoas. Como as políticas sociais têm um papel na redução das desigualdades, no **ponto 1.1.7**, foca-se a emergência das políticas sociais, enquadrando-se o

surgimento das Empresas Sociais. Ainda neste ponto, considera-se fundamental abordar o papel do Partenariado.

O **ponto 2** está dedicado ao diagnóstico das entrevistas realizadas, que surgem com um propósito orientado para a acção. O **ponto 2.1.** reflecte a importância do diagnóstico, o **ponto 2.1.2.** alude ao universo de pesquisa, orientado nas seguintes dimensões: Estrutura e Modelo de Gestão; Estratégias Organizacionais face às Necessidades do Públicos-alvo; Actuação face à inserção socioprofissional; O Papel das Parcerias como Alicerce nas Relações Sociais e Perspectiva de Projectos Futuros. Termina com notas conclusivas referentes ao diagnóstico.

A **Parte III** é composta pela planificação do projecto. O **ponto 1.1.** incide sobre os objectivos que adquirem um carácter operativo nas metas a atingir especificadas no **ponto 1.2.**, onde se assinalam a quantidade e qualidade dos objectivos a alcançar. No **ponto 1.3.**, é identificada a localização do projecto cuja cobertura espacial vai da macro-localização à micro-localização. No **ponto 1.4.**, é reconhecido o plano operativo que engloba a especificação das actividades, os recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros. O plano operativo termina com a ambição de impacto do projecto. As considerações finais concluem o desenvolvimento do projecto.

Parte I

1. Notas Metodológicas

1.1. Noção de Empreendedorismo Social

Não pretendendo enfatizar os muitos conceitos referentes ao Empreendedorismo e os vários aspectos inerentes a cada um desses conceitos, consideramos, no entanto, importante fazer uma breve reflexão sobre o tema.

O empreendedorismo é um conceito associado “à criação de valor e de produtividade, no sentido da optimização de recursos e de eficiência económica em benefício da criação de valor” (QUINTÃO, 2004: 2).

Na base do desenvolvimento económico, Sarkar na sua obra expõe a opinião de Schumpeter, para quem a economia devia sair do estado não evolutivo e entrar num processo de expansão, e é nesta linha que o autor lança a ideia de inovação. A introdução da inovação é para Schumpeter um acto empreendedor, definindo empreendedorismo como um “processo de criação e/ou expansão de negócios que são inovadores ou que nascem a partir de oportunidades identificadas” (apud SARKAR, 2007: 47). Desta forma, inovação é tida como o processo de criar algo diferente e capaz de fazer sucesso.

Na lógica desta ideologia os empreendedores são vistos como agentes de mudança económica, indivíduos capazes de criar formas inovadoras de produção. A sua função é converter o modelo de produção “ (...) reformar ou revolucionar por dentro o padrão da produção, combinando capital e trabalho, fazendo algo verdadeiramente inovador (...) introduzindo uma nova maneira de fazer alguma coisa, criando um novo mercado, descobrindo uma nova fonte de matérias-primas e estabelecendo novas formas de organização.” (SARKAR, 2007: 47-48). Assim cabe aos empreendedores, serem intervenientes e inovadores, servindo novos mercados e criar novas formas de desenvolvimento económico.

Já Drucker aplica ao empreendedorismo a noção de oportunidade, sendo esta a principal componente para criar valor. Desta forma, o autor vê os empreendedores como agentes exploradores das oportunidades “geradas pelas oportunidades sociais, económicas, tecnológicas e normativas” (apud QUINTÃO, 2004: 3). Neste âmbito, Drucker interpreta os empreendedores como exploradores das oportunidades que alteram o ambiente das empresas (na tecnologia, nas preferências de consumidor, em normas sociais, entre outros sectores). Os empreendedores aproveitam as oportunidades para criar mudança, e clarifica que o empreendedorismo nem sempre prevê o lucro, alargando o conceito de empreendedorismo ao sector social, considerando o empreendedorismo como “um fenómeno não registável apenas nas empresas, mas também nas Organizações Não Governamentais demarcando assim o conceito de *Empreendedorismo Social*” (apud SARKAR, 2007: 49).

Os limites sectoriais do empreendedorismo estão cada vez menos delimitados, e assim a noção de empreendedorismo social insere-se na tradição teórica do empreendedorismo. A diferença estabelece-se afinal na missão social.

Na visão do empreendedorismo tradicional, a riqueza social é um subproduto do valor económico criado pelos empregadores. Por seu turno, na visão do empreendedorismo social, a criação de valor social surge como objectivo fundamental devendo “contribuir para a prosperidade e o bem-estar de uma dada comunidade” (SEELOS e MAIR, 2005: 244), criando novos produtos e/ou serviços que vão ao encontro da satisfação das necessidades sociais.

Neste âmbito, Dees procura combinar a geração de valor com a inovação e agentes de mudança, procurando a oportunidade e utilizando os princípios dos valores sociais. O autor considera os empreendedores sociais como indivíduos que “desempenham um papel de agentes de mudança social assumindo a missão de criar e manter valor social” (DEES, 2001: 4). Para o autor a ‘missão’ é o elemento caracterizador do empreendedor social, este deve conduzir os seus propósitos do empreendedorismo social, é a missão que deve criar a mudança, gerar valor social, combinar inovação e oportunidade.

O empreendedorismo social não se conduz apenas pela visão da necessidade social, é imprescindível perceber de que forma se pode obter a melhoria social e fazer com que essa melhoria aconteça. Assim, o grande foco da actividade do empreendedorismo social é a transformação social que ocorre quando um grupo de pessoas acredita em determinados conceitos e valores e age a partir destes.

As pessoas que agem no âmbito do empreendedorismo social não têm a pretensão de fazer caridade, pretendem, sim, aplicar projectos de intervenção social de forma sustentável assentes num processo dinâmico, inerente à percepção de uma oportunidade, desenvolvendo programas de acção directa que assegurem um melhor futuro, tanto para o grupo-alvo a que destinam o seu projecto como da sociedade em geral.

1.1.1. Definição de Projecto Social

Qualquer projecto deve ser visto como um interesse direccionado a um objectivo pré-estabelecido, comportando em si, um início, meio e fim, numa sequência de actividades relacionadas. Na opinião de Aguilar, um projecto “faz referência a um conjunto intercalar de actividades concretas e coordenadas entre si, que se realizam com o fim de produzir determinados bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades e resolver problemas” (AGUILAR et al., 2001: 17). Nesta perspectiva, contam com uma estrutura própria consoante o público a que se direccionam e os objectivos pretendidos.

Para Gloria Serrano, um projecto “é um plano de trabalho com carácter de proposta que substancia os elementos necessários para conseguir alcançar os objectivos desejáveis. Tem como missão prever, orientar e preparar bem o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento.” (SERRANO, 2008:16). Neste âmbito o projecto implica a articulação de uma série de actividades e recursos que objectivam a realização dos seus intentos. Para atingir os seus objectivos e as suas metas, o projecto deve ter um carácter realista.

No parecer da autora, um projecto social direcciona-se ao ser humano e às suas formas de vida, devendo “contemplar fundamentalmente o que faz referência às necessidades básicas do indivíduo, que, segundo os organismos internacionais, são a saúde, a educação, o emprego e a habitação” (Idem: 17). Estas são as necessidades dominantes na vida do Homem. Neste âmbito, podemos dizer que os projectos sociais se direccionam para a resolução de problemas das pessoas.

Tal como todos os projectos têm a intenção clara de alcançar os seus objectivos com eficácia e qualidade, cada projecto é definido relativamente à problemática social que representa. A autora faz alusão ao parecer de Ander-Egg, para quem “a elaboração de um projecto consiste essencialmente em organizar um conjunto de acções e actividades a realizar (...) numa determinada área ou sector, com o fim de alcançar determinadas metas ou objectivos” (apud Idem, 17). Refere ainda a ideia de Forni que classifica os projectos sociais “segundo a forma como satisfazem as necessidades daqueles a quem se dirigem” (apud Idem, 18-19). Usando a classificação do autor, o projecto que propomos é um projecto que admite um sistema produtivo para melhorar situações sociais, sendo a execução de um projecto dirigido à criação de emprego.

2. Natureza do Projecto

2.1. Origem e Justificação

A motivação para a criação deste projecto surge da vontade de criar uma mudança no panorama de inserção de PNE. Parece-nos pertinente o desenvolvimento de um projecto cujo objectivo é a criação de postos de trabalho efectivos para um determinado grupo-alvo: pessoas que à partida e de forma 'natural' têm menos probabilidades de entrar no mundo do mercado de trabalho. Em consequência da sua empregabilidade têm acesso à saúde, educação e habitação, permitindo-lhes integrar de forma harmoniosa a sociedade e formar os seus laços sociais.

Neste projecto, optamos por consolidar os três conceitos de intervenção social definidos por Roque Amaro, como Inclusão, Inserção e Integração (apud SIMÕES et al., 2008:6). Por **Inclusão** entende-se o processo de aumento e disponibilização de oportunidades, de forma equitativa para todos os cidadãos. Por seu turno, o conceito de **Inserção** corresponde ao processo das competências individuais, viabilizando a ligação do indivíduo à sociedade, proporcionando estratégias assentes num processo de *empowerment* e permitindo uma evolução autónoma e responsável dos indivíduos. Este elemento tem repercussões directas e indirectas na vertente socioeconómica da vida das pessoas envolvidas. Por fim, o conceito de **Integração** consiste na articulação sistemática dos dois processos anteriores, permite a interacção positiva entre indivíduo e sociedade.

Para que a integração se efective, consideramos importante o processo de "conscientização" enunciado por Paulo Freire, cuja reflexão, no essencial, incide sobre a prática social e as acções que levam à transformação do ser, isto é, o processo pelo qual as pessoas devem chegar aquilo que o autor designa por "ser mais". Trata-se, assim, de um processo pelo qual as pessoas "ultrapassam a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegar a uma esfera crítica na qual o homem assume uma posição cognitiva" (FREIRE, 1980:26). Para tal, é necessário desenvolver horizontalmente as condições "o **Ser** permitindo o desenvolvimento pessoal de auto-reconhecimento; o **Estar** desenvolvendo as relações sociais e comunitárias na base da reactivação dos laços sociais; o **Criar** concretizando os projectos pessoais, assumindo o risco e as iniciativas; o **Saber** alargando as competências informativas, aprendizagens; o **Ter** possibilitando o poder de compra" (Idem: 27).

A dinâmica deste processo tem por base uma sequência formativa que assenta em duas componentes bases, a saber: a componente vocacional de modo a evitar expectativas irrealistas; e a componente profissional facilitando a sua efectiva integração no mundo do trabalho. Para além destas componentes, tem ainda por base a filosofia da Aprendizagem Experimental que diz respeito ao processo construtivo da formação pessoal. Este processo "introduz no sujeito a vontade de agir e de viver as suas experiências, de as procurar e de as estimular, e não simplesmente deixá-las acontecer" (Josso, 2002: 60), envolvendo a pessoa nas suas várias dimensões (inteligência, afectividade, atitudes, comportamentos, entre outras dimensões) e proporcionando o autoconhecimento e o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.

Enquadrado no âmbito de integração, o projecto que propomos reconhece e dá iguais oportunidades de trabalho a PNE, independentemente das suas limitações. A razão de se enquadrar na área agrícola deve-se à nossa experiência com jovens com necessidades especiais (nomeadamente jovens com Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, jovens com dificuldades de aprendizagem e jovens tetraplégicos - consequência de Paralisia Cerebral ou acidente).

Esta é uma área em que estes jovens se sentem motivados, enquadrados e ocupados. As pessoas interagem entre si de uma forma dinâmica, percebendo bem qual é o seu espaço e o seu tempo. Diz-nos a experiência que esta é uma área laboral em que as PNE podem desenvolver o seu horizonte pessoal ao nível do autoconhecimento, das relações sociais e criar o seu próprio projecto de vida, acrescentando a tudo isto um salário fixo mensal proveniente do seu trabalho.

2.1.1. Traçado do Projecto

Tal como referido, o projecto estabelece-se numa organização agrícola, alicerçada num espaço de 4 hectares, dos quais 2,5 hectares são destinados à plantação de árvores de fruto sob a Produção Integrada (PRODI) e 1,5 destinados à horticultura na área de Agricultura Biológica (ABIO), sendo que 1 hectare engloba a zona de estufas e 0,5 a zona de ar livre.

Neste ponto parece ser pertinente fazer uma breve análise à actividade agrícola, referenciando os tipos de agricultura a que se destina a Cooperativa. Assim, é de referir, numa primeira instância, o parecer de BAPTISTA (apud SIMÕES, 2004: 603) para quem se “deve evitar análises unilaterais, como as que decorrem de limitar a apreciação a um único terreno - social, político ou ideológico”. As instituições agrícolas foram, desde sempre, resultado de profundas transformações económicas, sociais, demográficas e culturais, demarcadas pela sucessão de realidades distintas e em diferentes períodos sociopolíticos.

A agricultura portuguesa foi fortemente demarcada pelo posicionamento do país na “semiperiferia europeia”, tal como refere SOUSA SANTOS (apud SIMÕES, 2004: 611). Na perspectiva destes autores, o desenvolvimento de produção agrícola esbarra em Portugal com estruturas agrárias arcaicas, atraso tecnológico e envelhecimento populacional, sobretudo devido ao êxodo rural. Paralelamente, a importação de novos modelos de consumo provocaram alterações nos hábitos de consumo, deixando a agricultura inadaptada.

Em 1992, a reforma operada através da Política Agrícola Comum (PAC) reconheceu o carácter multifuncional da Agricultura Europeia “não limitando a agricultura unicamente à sua função produtiva, mas também à produção de bens e serviços sociais e ambientais como a preservação da paisagem, do espaço rural e do ambiente” (Idem: 615). Devido à sua importância social, esses serviços deveriam ser remunerados. Neste contexto, surgem no Regulamento (CEE) nº 2078/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, as Medidas Agro-ambientais, com o objectivo de fomentar e remunerar as práticas tecnológicas menos penalizantes para o ambiente, como a Protecção e Produção Integradas, obrigando as organizações agrícolas a uma maior articulação com outros sectores da actividade económica e, assim, a adaptarem-se a novos desafios.

Em Portugal estas medidas vieram reforçar a adopção de métodos de produção alternativos e conseqüentemente acelerar o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável. Os apoios concedidos através das Medidas Agro-ambientais traduzem-se na prática da Produção Integrada (PRODI), “traduzindo-se por um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade que utiliza os recursos naturais e mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável. Em produção integrada é essencial a preservação e melhoria da fertilidade do solo e da biodiversidade e a observação de critérios éticos e sociais.” (AGUIAR et al., 2005:10) e envolvendo uma gestão rentável das culturas. Para tal existe um conjunto de elementos que permite estabelecer um equilíbrio entre a produção económica e a responsabilidade ambiental.

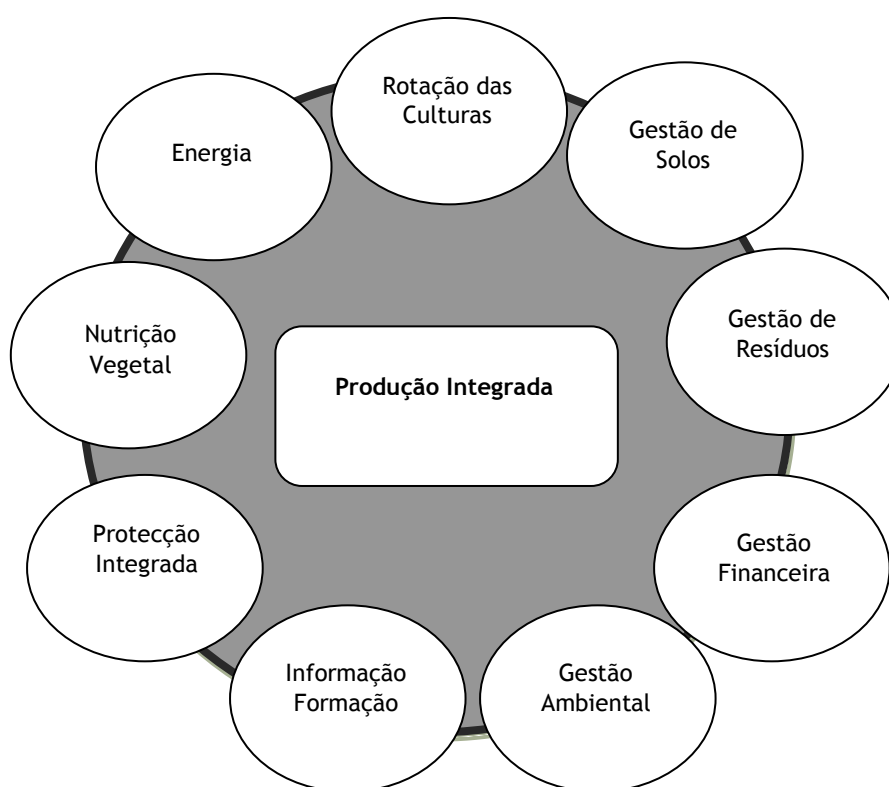


Figura 1- Esquema da Produção Integrada
 Fonte: AGUIAR et al., (2005: 12)

A Produção Integrada obedece a um sistema dinâmico que satisfaz as exigências de sustentabilidade a longo prazo e deve processar-se em rede.

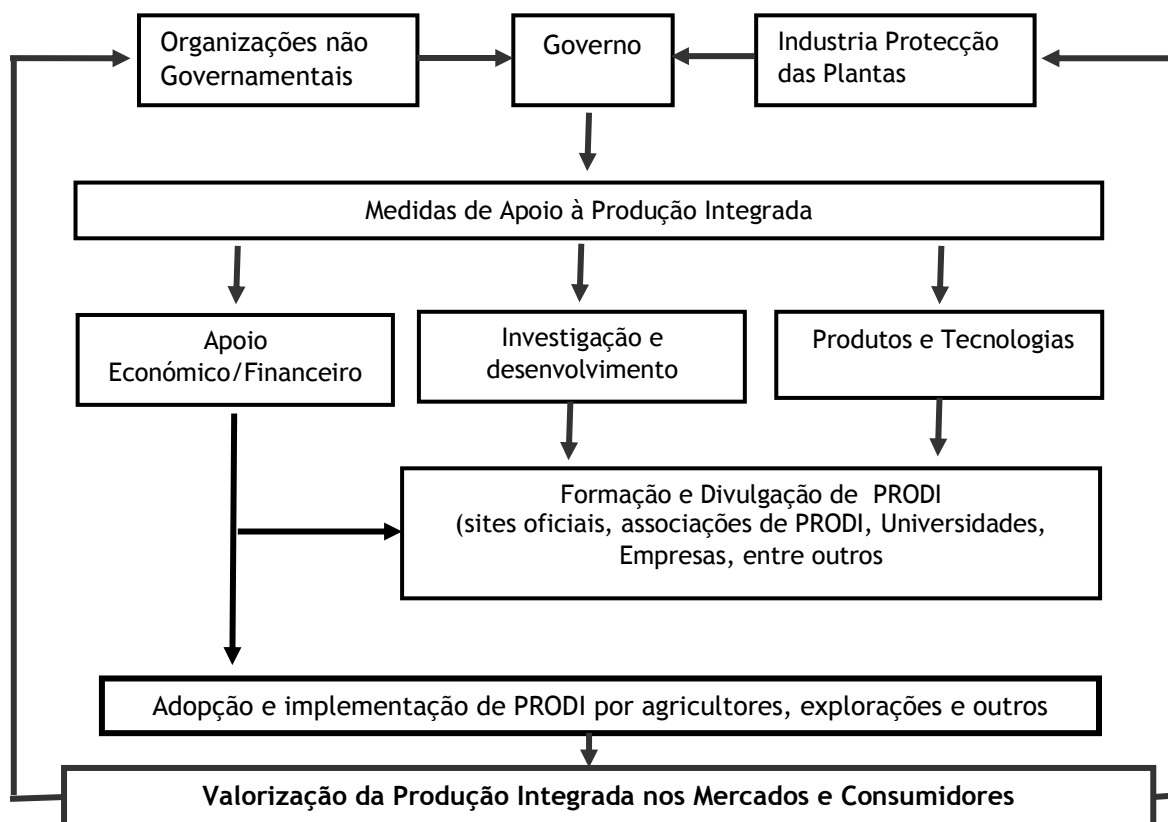


Tabela 1 - Relações em Rede da Produção Integrada
 Fonte: Fonte: AGUIAR et al, (2005: 13)

Em Conselho de Ministros da Agricultura da UE têm sido operadas sucessivas revisões intercalares à PAC, que têm orientado a política agrícola no sentido do desenvolvimento rural, fazendo surgir novas dinâmicas, novos actores e novos interesses. Nesse sentido, relevamos o facto de na última revisão da PAC se prever que a partir de 2014 as actuais ajudas financeiras sejam substituídas por um sistema com mais apoios para os produtores que respeitem a ecologia.

O conceito de Agricultura Biológica (ABIO) foi instituído pelo Regulamento (CE) 2092/91, que entretanto sofreu diversas alterações e complementaridades com outros regulamentos comunitários, desde a produção, controlo e rotulagem dos produtos, que deve respeitar o logótipo de produção biológica da União Europeia e respeitar o regime de importação/exportação de produtos biológicos de outros países.

Este tipo de agricultura é vista como uma solução para o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentável, pois “aumenta a diversidade, protege os solos, melhora a qualidade nutricional dos alimentos, assegura elevados níveis de bem-estar animal e aumenta o emprego em zonas rurais (...) proporciona sistemas de agricultura maleáveis capazes de combater as alterações climáticas” (in IFOAM-Program 2009-2011), facultando uma elevada sustentabilidade económica, social e ambiental. Uma das componentes mais importantes de uma política agrícola é o bem-estar económico e social das populações rurais, que para Orlando Simões reside “na manutenção e ritmo de investimento, consolidando as infra-estruturas necessárias ao

desenvolvimento e valorização de bens e serviços, de forma a estimular a procura da sustentabilidade económica.” (SIMÕES, 2004: 614-615).

Desta forma, a Agricultura Biológica é apresentada como uma resposta aos novos interesses agrícolas, visto que se caracteriza pelo respeito e afirmação dos solos naturais, devendo na opinião de Francesco Indrio “respeitar o equilíbrio natural do meio em que se trabalha de forma compatível com os ciclos e sistemas naturais da terra, plantas e animais obrigando-se desta forma a manter a biodiversidade e proteger os habitats da fauna e flora selvagens” (INDRIO, 1995:18-20). Assim sendo, é um tipo de agricultura que recorre “a práticas como rotações culturais, à utilização de adubos verdes que consistem no plantio de espécies verdes (em especial as leguminosas), capazes de reciclar os nutrientes para tornar o solo mais fértil e conseqüentemente mais produtivo” (CALEGARI et al., 1993: 2-7). Já a prevenção dos danos causados por parasitas, doenças e infestantes deve ser feita através da escolha de espécies e variedades adequadas, programas de rotação de culturas, técnicas de cultivo e processos térmicos (FERREIRA e STRECH, 1998: 30-35).

Para Jorge Ferreira, este tipo de agricultura assume-se como uma oportunidade no contexto agrícola português: por um lado, produz produtos diferenciados, com um valor acrescentado, que tem registado um aumento na procura por parte do consumidor; por outro, é um método de produção que faz uso de práticas respeitadoras do ambiente, “permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem, enquadrando-se no espírito da actual política agrícola europeia que aponta no sentido de uma agricultura em harmonia com o ambiente e não como fonte desestabilizadora do equilíbrio natural dos ecossistemas” (FERREIRA, 2000: 45-46).

Tal como refere INDRIO (1995: 38-50), existem alguns estrangulamentos que se prendem com questões de natureza técnica, sobretudo no respeitante ao controlo de pragas e doenças. Neste ponto, a maior preocupação prende-se com a dificuldade na obtenção de factores de produção autorizados na agricultura biológica e no custo dos mesmos. Na medida em que esses factores, não sendo de elevada procura devido ao reduzido número de produtores biológicos, deixam de ser rentáveis para as empresas comerciais que peçam a sua homologação, uma vez que se trata de um processo caro e moroso, e que desincentiva a adesão dos produtores a este modo de produção. Outro elemento estrangulador muito importante neste tipo de agricultura é a dificuldade de encontrar disponível no mercado matéria orgânica animal ou vegetal com qualidade.

Apesar de todas as contrariedades, reconhecemos estes sistemas agrícolas como uma mais-valia para a preservação do meio ambiente, dos solos, da paisagem e nas quais todos os recursos são bem consolidados. Aliada a esta consciencialização, preocupamo-nos com a qualidade dos produtos e conseqüente certificação, que consiste em registar a marca segundo as regras de um sistema de certificação. A certificação indica o nível de confiança do produto, estando este em conformidade com as Normas da CEE, quer ao nível da Agricultura Biológica quer ao nível da Agricultura Integrada.

Não podemos, ainda, esquecer que base de uma boa gestão está a questão comercial a que INDRIO considera importante para o sucesso ou insucesso da exploração agrícola. A gestão

comercial pode relevar-se como “o principal entrave à expansão de explorações em agricultura biológica numa região, uma vez que, não havendo organização da produção (...), e sem condições de garantir regularidade no abastecimento” (Ibidem: 55). Deprendendo-se que a inexistência de um entreposto e canais de escoamento, aliados à distância das explorações dos principais centros consumidores, tem desmotivado muitos produtores que, não conseguindo vender os produtos com a mais-valia que lhe é associada pelo modo de produção específico, optam por vender, sem a marca de certificação, nos mercados locais.

O desenvolvimento da nossa proposta passa pela expansão de mercado. Numa primeira fase será bastante difícil conquistar mercado para escoamento dos nossos produtos. Assim, de início, será fundamental inscrever o empreendimento em associações de produtores e fazer venda directa em pontos estratégicos - praça, comércio locais, abertura do espaço ao público, venda via *on-line*, promoção de cabazes e outros modos de difusão dos produtos, sempre divulgando a marca de certificação.

3. Enquadramento do Sector Cooperativo

Estando a propor um projecto sob a figura jurídica de uma Cooperativa Social, torna-se imprescindível, antes do mais, fazer uma breve incursão à economia social.

A economia social está ligada a conceitos de progresso e coesão social “emergindo-se do contraponto com o que é público e com o que é lucrativo” (NAMORADO, s/d-a: 1). Nesta perspectiva, a economia social combina dois aspectos contrastantes, a saber: o aspecto social, associado à promoção de valores e iniciativas individuais e colectivas; e o aspecto económico, que se traduz na produção de bens e serviços geradores de riqueza colectiva.

Na visão do autor, a economia social abarca “uma constelação de esperanças, uma multiplicidade solidária de iniciativas (...)” (NAMORADO, s/d-b: 2) que vivem em função da vontade de conquistar um mundo melhor, procurando a sua razão de ser em realidades sociais. Essas iniciativas são aplicadas através de organizações “diversificadas entre si que representam formas de organização de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços distintas dos poderes públicos e das empresas privadas com fins lucrativos (...)” (QUINTÃO, 2004:2). Este conjunto de organizações assumiu a designação de Economia Social, que foi um movimento lançado em França que “tornou possível estabelecimento de sinergias com outras dinâmicas sociais” (NAMORADO, s/d-b: 3), tendo outros países europeus enveredado por um caminho semelhante.

Na opinião de Rui Namorado, em Portugal o ordenamento jurídico da Economia Social é configurado em 1976 pela Constituição da República Portuguesa (CRP), que consagrou o Sector Público, Sector Privado e Sector Cooperativo. No âmbito da Revisão Constitucional de 1989, o Sector Cooperativo engloba os subsectores comunitário e autogestionário, comportando, desta forma, a vertente cooperativa e social. Na revisão de 1997, foi acrescentado ao Sector Cooperativo o subsector solidário. Nesta sequência de alterações, a CRP não consagrou “a economia social como uma categoria constitucional autónoma (...) especificando-se uma vertente cooperativa à qual se juntou a vertente social (...) designado o sector Cooperativo Social” (NAMORADO, s/d-a: 9). Desta forma, e na linha de pensamento do autor, em Portugal a economia social engloba todas as entidades do sector cooperativo social, bem como outras entidades cujo objectivo seja a solidariedade social.

Os princípios Cooperativos nasceram da necessidade dos cidadãos desenvolverem uma alternativa de organização social e económica em relação ao Sector Estado e ao Sector Privado. Os valores cooperativos foram evoluindo ao longo dos tempos, sobretudo em consequência da evolução social e económica.

São estruturas identificadas com os parâmetros da economia social, que do ponto de vista organizacional aliam os pressupostos de gestão empresarial aos mecanismos associativos de mobilização e coesão.

O quadro legislativo deste sector, tal como já se percepcionou, remete-nos ao artigo 80.º da CRP, o qual aponta os princípios fundamentais de organização económico-social: na alínea b) refere o princípio de coexistência entre o sector público, sector privado e sector cooperativo e

social de propriedade dos meios de produção; na alínea f) menciona o princípio de protecção do sector cooperativo e social. Devemos ainda referir o artigo 82.º da CRP, cujo ponto 4, na sua totalidade, define os princípios gerais do sector cooperativo e social. No seu artigo 85.º prevê-se uma parceria económica.

A Assembleia da República decretou, nos termos da alínea c) do 161.º da CRP, o Código Cooperativo, através do Decreto-Lei n.º 51/96 de 7 de Setembro. Apesar do Código Cooperativo se reportar a 1996, só dois anos depois foi publicado pelo Decreto-Lei 7/98 de 15 de Janeiro, através do qual o Ministério do Trabalho e da Solidariedade regulamenta o regime jurídico das Cooperativas de Solidariedade.

Referindo a sua forma jurídica, as cooperativas “são pessoas colectivas, com participação de capital, cujo fim é a satisfação de necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais dos seus membros (...) de feição jurídica híbrida, na medida em que tem características das sociedades, existência de capital, mas contem elementos das associações” (MENDES, 2006:19).

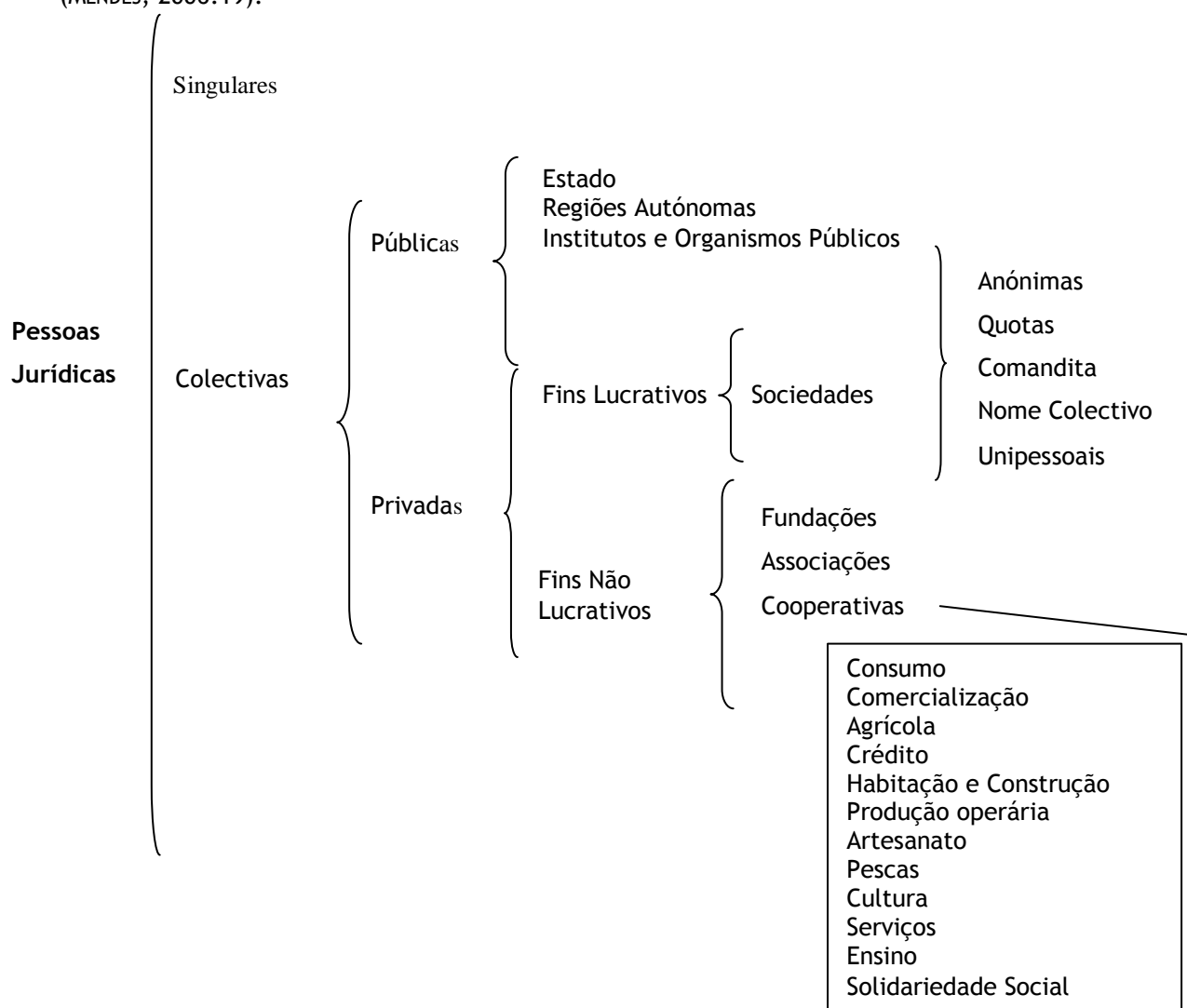


Tabela 2 - Enquadramento das Cooperativas no âmbito das Pessoas Jurídicas
 Fonte: MENDES (2006:19)

Daqui depreende-se que as cooperativas são instituições cujo regime jurídico medeia entre sociedades e organizações. Na perspectiva de Victor Mendes, as cooperativas têm por um lado, numa base associativista, a distribuição do lucro, por outro, têm a existência de capital o implica uma organização empresarial. Deste modo, as cooperativas assentam em dois grandes vectores da existência jurídica, a saber: a associação de pessoas e empresa de economia social e o conceito de empresa cooperativa. Nesta perspectiva a empresa cooperativa visa objectivos económicos como resultado das suas actividades, assente na ideologia basilar da solidariedade.

3.1. Personalidade Jurídica da Cooperativa

As cooperativas diferenciam-se sob o ponto de vista organizacional e a forma jurídica adoptada para prosseguir os seus fins. No âmbito social o tipo de cooperativa recai “na mera descrição teórica, sem abordar claramente o seu carácter, e sem distinguir claramente os fenómenos associativos que lhe são claramente distintos” (MENDES, 2006:21).

A classificação das cooperativas assenta em três tipos, a saber: - cooperativas de primeiro grau, compostas por pessoas individuais ou colectivas; - cooperativas de segundo grau, compostas por outras cooperativas, designadas, também, por federações; e - cooperativas de terceiro grau, compostas por federações, ou igualmente denominadas confederações de cooperativas.

As regras para aquisição de personalidade jurídica e o seu conseqüente funcionamento regem-se segundo a sua tipologia assente na caracterização jurídica e no regime de conformidade previsto no artigo 4.º do Código Cooperativo

A Cooperativa Agrícola foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 335/99 de 20 de Agosto, estabelece o regime jurídico aplicável às cooperativas agrícolas, no seu capítulo I, artigo 1.º designa as cooperativas agrícolas de 1.º grau. O Código Cooperativo no seu artigo 10.º designa como forma de constituição “instrumento particular”.

O Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março actualiza as medidas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais, aprovando o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais. Assim, a escritura pública deixou de ser feita, tornando-se suficiente a redução a escrito, salvo se forma mais solene for exigida para a transmissão de bens que apresentem o capital social inicial da cooperativa.

A constituição de cooperativa, passa assim, “segundo o regime geral e normal traves de realização de assembleia geral constitutiva, seguida de registo na Conservatória de Registo Comercial” (Idem : 23).

Sob a identidade de uma Cooperativa, constituída por ‘instrumento particular’ o empreendimento passa a ser propriedade comum, democraticamente gerida e assente em responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade.

A formação de cooperativa é a expressão da vontade de cada um dos seus fundadores, o processo da sua constituição compreende diversas fases, a saber:

- A vontade de formar uma cooperativa é expressa numa reunião inicial, na qual são aprovados os instrumentos fundamentais, a saber: nome da cooperativa, objecto social a adoptar, as principais actividades a desenvolver, a forma de funcionamento interno subentendendo-se a definição dos órgãos. Numa cooperativa de grau 1, o número dos seus membros não deve ser inferior a cinco e o seu capital social não deve ser inferior a 5000 euros.

- Após a deliberação em fundar uma cooperativa o primeiro passo legal a dar é a obtenção do Certificado de Admissibilidade e Cartão Provisório que tem um prazo de validade de 180 dias. O pedido dos cartões é efectuado ao RNPC - Registo Nacional de Pessoa Colectiva (que tem competência de manter um registo publico, segundo o respeito dos princípios da novidade, exclusividade e verdade), este processo legal atribuído ao RNPC está consagrado no Decreto-Lei n.º 129/98 de 13 de Maio. Poderá ser apresentado directamente na recepção do RNPC, remetido por via postal, numa Conservatória do Registo Comercial, apresentado por intermédio de um Cartório Notarial ou por via internet prevista nos termos do Decreto-lei n.º 12/2001 de 25 de Janeiro (disponível no site da DGRN - www.dgrn.mj.pt)

Designadamente o registo compreende a denominação social, o objecto social, a data de constituição e o tipo de pessoa colectiva (requerido pelo impresso Mod. 11 DGRN/RNPC). Em simultâneo ao pedido de denominação social, pode ser pedido o certificado de admissibilidade (requerido pelo impresso Mod. 10 DGNR/RNPC);

- Após a obtenção do certificado de admissibilidade e a redução a escrito dos Estatutos da Cooperativa, procede-se ao Registo Comercial da cooperativa que é feito numa Conservatória do Registo Comercial. Para tal, deve ser preenchido o impresso próprio para o registo e anexar, a saber: Originais da Acta de Assembleia de Fundadores e dos Estatutos, Certificado de admissibilidade de denominação/NIPC - Número de Identificação de Pessoa Colectiva, Lista identificativa dos fundadores da cooperativa e respectivas moradas e Fotocópia dos Bilhetes de Identidade e contribuinte;

- Eleição dos Corpos Gerentes, processa-se em Assembleia Geral Eleitoral expressamente convocada para o efeito. A eleição deve decorrer respeitando as normas de natureza eleitoral presentes nos estatutos. A Cooperativa tem obrigatoriamente no mínimo três órgãos, a saber: **Assembleia** - órgão deliberativo, sendo o seu funcionamento regulado em termos pelos artigos 44.º a 54.º do Código Cooperativo, tendo como competências principais as designadas no 49.º, **Direcção** - órgão máximo de administração que coordena e gere toda a cooperativa. É um órgão colegial e tem obrigatoriamente um presidente. À restante composição da direcção, a lei determina que fica à livre disponibilidade dos sócios e dos respectivos estatutos. Prevendo-se as figuras de: Secretário, Tesoureiro e Vice-presidente. E o **Conselho Fiscal** - órgão de fiscalização podendo ser composto por um presidente, um relator e um secretário.

Resumindo, a organização da cooperativa deve ser formada por um modelo organizacional assente nos seguintes órgãos, a saber: Assembleia de cooperadores, Direcção e Conselho Fiscal, sendo que a sua gestão deve ser rigorosa combinando as directrizes solidárias.

Parte II

1. FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Justificação Doutrinária e Técnica

Para fundamentar este projecto optámos partir de dois ramos de conhecimento, sob a perspectiva de trabalhar a inserção social consideramos fazer uma abordagem de ordem sociológica para contextualizar determinadas posições. Para melhor identificar o nosso público-alvo, considerámos importante fazer uma incursão pela psicologia.

1.1.1. Breve Abordagem: da Exclusão à Integração Social

Objectivando criar um espaço de inserção, considerámos pertinente fazer uma abordagem à actual sociedade onde proliferam as desigualdades sociais que contribuem para o fenómeno de exclusão social. Desta forma, a exclusão surge com a agudização das desigualdades e coexiste a vários níveis sociais distintos, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Acresce ainda o facto de ter um carácter acumulativo, dinâmico e persistente que constitui simultaneamente a causa e a consequência de múltiplas rupturas na sociedade.

As actuais sociedades vêem-se inseridas em contradições que, na perspectiva de António Fernandes, “quanto mais denunciam a exclusão como incompatível com a democracia mais a produzem na sua prática social quotidiana” (FERNANDES, 1995:16), sublinhando-se na privação de recursos materiais e sociais. Isto significa que excluídos são todos aqueles que “não participam dos valores e das representações sociais dominantes” (Ibidem: 16). Assim, excluem-se todos os indivíduos que não correspondem aos ideais sociais predominantes e, por sua vez, as pessoas excluem-se do social envolvente quando percebem que os seus valores não são partilhados pelos outros, interiorizando um sentimento de auto-exclusão. Desta forma, o fenómeno de exclusão reflecte um processo de segregação fundamentado sob diferentes causas, reproduzindo o acesso limitado aos direitos sociais e civis, e originando a “separação entre aqueles que têm um estatuto de pleno direito e aqueles que têm um estatuto diminuído ou simplesmente os que não o têm de todo” (ESTIVIL, 2003: 5).

Ao reflectir a complexidade deste fenómeno, Soulet (apud SIMÕES et al., 2008: 5-6) identifica três grandes dimensões. Sendo que a dimensão Macro, relaciona-se de uma forma directa com o funcionamento global das sociedades (sistema económico, financeiro, modelo de desenvolvimento, valores e princípios socialmente dominantes). A dimensão Meso encontra-se relacionada com as necessidades de âmbito local. Esta dimensão circunscreve-se às relações e condições de proximidade com a população (é direccionada a nível de políticas autárquicas, modelos de funcionamento localizado dos organismos, associações, entre outros). Por fim, revela-se ao nível da dimensão Micro, focalizando-se individual e/ou familiarmente (prende-se com as fragilidades dos percursos individuais). Ou seja, todas as políticas têm uma vertente

hierárquica. As políticas de nível Meso têm uma visibilidade *in loco*, mais próxima da realidade, da comunidade, podendo assim, prestar um serviço direccionado à população.

Desta forma, para o autor, o combate à exclusão assenta num duplo processo de inter-relação positiva entre a sociedade e os indivíduos.

Processo designado por Roque Amaro (apud, Idem: 6) como fenómeno de integração que associa o processo de ‘inclusão’ de cariz macro e meso, uma vez que corresponde à forma como as sociedades e os estados disponibilizam os recursos e geram oportunidades de inclusão. O processo de ‘inserção’ que remete para o factor de ordem micro corresponde ao processo pelo qual os indivíduos se dispõem a usar os recursos e oportunidades disponibilizados pela sociedade, com o objectivo de promover a inserção social.

A exclusão, só por si, origina a fragilidade da sociedade que leva à ruptura dos laços sociais. Castel (apud SIMÕES et al., 2008: 6) remete o fenómeno de exclusão para a ideia de ‘desafiliação’. O autor propõe uma classificação que caracteriza a função de pertença à relação entre o trabalho e o indivíduo no seio social. As situações de pobreza e exclusão resultam do eixo de integração que possui como factor primordial a condição ‘trabalho’ e o eixo de inserção assente na sociabilidade (sociofamiliar). Daqui, o trabalho é entendido para além da tecnologia da produção e é-lhe associado um conjunto de relações sociais e culturais que identificam o indivíduo e seus grupos.

Na óptica de Castel, a ruptura dos laços sociais resulta da fraca condição salarial, sendo este factor determinante para o afastamento progressivo das relações familiares, dos vizinhos e dos amigos. Assim, a exclusão social corresponde a uma série de rupturas de pertença que isola os indivíduos dos seus grupos de pares e da sociedade em geral.

Também Serge Paugam vê as transformações do mercado de trabalho como uma desqualificação social que significa abordar, de modo abrangente, questões relativas ao mercado de trabalho. O conceito de desqualificação social é aprofundado sob o referencial da hierarquia dos *status* sociais: “(...) estudar a diversidade dos *status* que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjectivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro” (PAUGAM, 2003: 47). De acordo com o autor, um *status* inferior e desvalorizado marca a identidade de um indivíduo. Assim, o indivíduo marcado como desqualificado está associado à precariedade económico e social, caracterizado habitualmente por uma vida familiar instável e pela instabilidade social. Desta forma, a desqualificação social está vinculada ao processo de exclusão e marca uma identidade: a “rotulagem” (Ibidem: 61). Na perspectiva de Alcides Monteiro, à luz do paradigma da ‘solidariedade’, o fenómeno da exclusão social remete à “ruptura progressiva dos laços sociais” (MONTEIRO, 2004: 28).

Estas são apenas algumas das abordagens argumentadas em torno do fenómeno de exclusão social que, por oposição, nos remete ao fenómeno de integração social da mesma forma que à ruptura dos laços sociais se opõe a coesão social que obriga a um processo de inter-relação positiva entre a sociedade e os indivíduos, desenvolvendo-se mecanismos ligados à inclusão do

indivíduo, dos grupos excluídos ou em risco de exclusão. Por sua vez, estes, devem desenvolver esforços e vontades no sentido da sua inserção.

Apesar das múltiplas definições dos conceitos de integração, inclusão e inserção que se destinam à dimensão central da vida em sociedade, Alcides Monteiro refere a organização da vida social segundo a perspectiva de Maclouf, para quem a vida social “evolui em dois planos complementares: o da socialização, ou participação nas estruturas integradoras das normas sociais e o da sociabilidade correspondente a uma participação e troca de grupos restritos. Sendo que a socialização interioriza os valores e normas da sociedade com um carácter de estandardização uma vez que o exterior se «impõe» sobre a vida de cada indivíduo”. Já a sociabilidade “consiste na relação entre o indivíduo e os seus grupos apenas está sujeita a adaptações mútuas” (Idem: 28-29).

Nesta perspectiva a dinâmica de integração social resulta da consolidação dos laços sociais que sustentam a vida de cada indivíduo em sociedade. Os laços sociais são o resultado de processos de integração que se desenvolvem em forma triangular, sendo que um dos vértices é constituído pelo próprio indivíduo, outro vértice pela comunidade de pertença e o terceiro pela sociedade instituída.

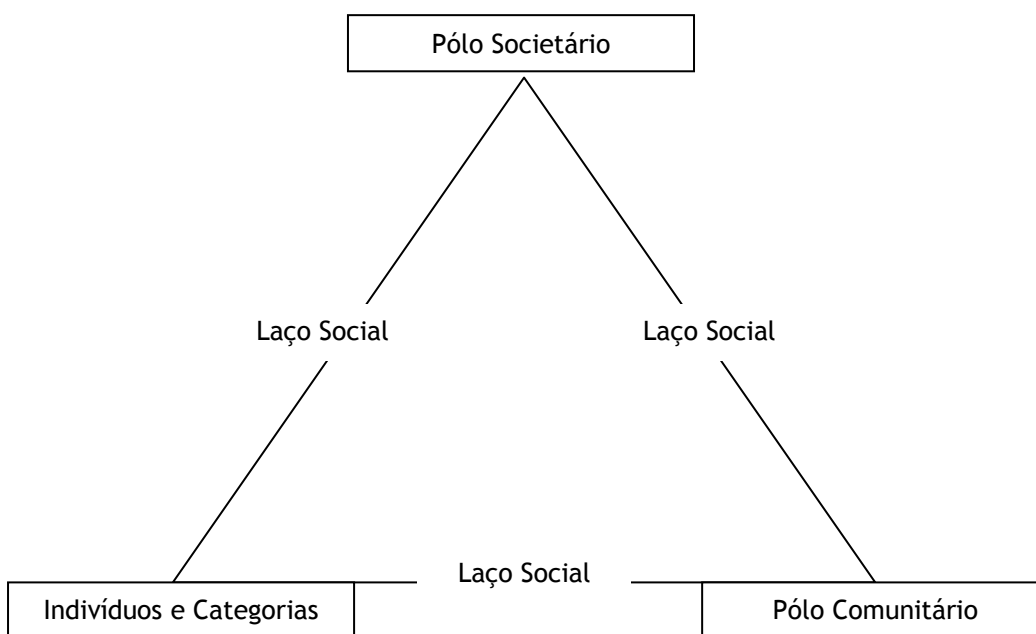


Figura 2 - Síntese da dinâmica de Integração Social
 Fonte: MONTEIRO, 2004: 30

Deste modo, entende-se laço social como um conjunto de relações e interações de carácter estável que permitam ao indivíduo a proximidade entre os membros de uma comunidade. Na sua obra, o autor referencia a ideologia de Durkheim, para quem o essencial são os laços sociais ‘horizontais’ que ligam os indivíduos entre si, construindo relações de solidariedade. Já Weber revela interesse sobre os aspectos ‘verticais’ que configuram o indivíduo às representações colectivas” (Ibidem: 31).

Pode-se então perceber a integração como um processo dinâmico das pessoas num contexto inter-relacional, o que determina a sua interacção com os diversos grupos sociais e que adopta formas diferentes de acordo com as necessidades de cada indivíduo.

Para um melhor reforço de laços sociais das PNE, é necessário proporcionar-lhes autonomia e igualdade de oportunidades, para que estas pessoas possam ter uma participação plena na sociedade. Com o objectivo de transmitir um melhor conhecimento do nosso público-alvo, fazemos uma reflexão sobre o “ser” diferente e como se pode ‘educar’ para a integração.

1.1.2. Reflexão Conceptual sobre Pessoas com Necessidades Especiais

1.1.2.1. Breve Contextualização Histórica

Na nossa sociedade, a ‘diferença’ assume-se não só como um problema conceptual mas também social. Abrange um variado conjunto de realidades com fronteiras difíceis de demarcar, pelo que se torna difícil encontrar uma única definição para este conceito.

Para melhor contextualizar a diferença, considera-se importante fazer uma incursão à *deficiência*. Ao longo da história diversos foram os termos utilizados para se referir às pessoas com *deficiência*, reflectindo as crenças e a realidade social em cada momento da sociedade.

Do ponto de vista estritamente social¹, existe nas sociedades uma divisão entre o que é ‘normal’ e ‘anormal’, entre ‘comum’ e ‘incomum’, entre ‘iguais’ e ‘diferentes’. Esta segmentação acaba por colocar pessoas *ditas normais* de um lado e, de outro, tudo o que diverge das regras sociais, como o anormal, o patológico e o que é diferente. Nesta extensão, pode-se questionar quais são as regras que determinam a norma, crendo-se que a ‘norma’ é um elemento relativo. Associando os termos ‘deficiente’, ‘desviante’ e ‘diferente’, de entre outros, que podem significar muitas coisas além dos gestos ou comportamentos impostos, e que traduzem os preconceitos que geram estigmas que se concretizam na relação entre as pessoas ‘normais’ ou ‘anormais’, ‘iguais’ ou ‘diferentes’, ‘pessoas portadoras de deficiência’ ou não; e afectam o bom relacionamento humano.

A este respeito podemos ponderar a análise de estigma que remete para a antiga Grécia, onde as crianças que nasciam com alguma deformidade física eram consideradas sub-humanas e a sua eliminação era uma prática usual. O relato mais antigo, desta prática, encontra-se na obra clássica *Política*, livro IV, cap. XIV, de Aristóteles (384-322 a.C.). Este texto refere alguns aspectos a ter em conta pelos pais que desejem filhos saudáveis (tais como: idade, aspectos físicos, cuidados durante a gestação de forma a favorecer a saúde dos filhos e, por extensão, também da própria sociedade). Em relação aos recém-nascidos, “os pais devem saber quais os filhos que devem ser abandonados ou educados, evidenciando a obrigatoriedade de uma lei que proibisse de alimentar toda criança disforme” (apud SILVA, 1986: 125-126). Completando no livro

¹ Terminologias utilizadas por Vygotsky (1995), *Fundamentos de defectologia*

V: “(...) os filhos dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto como convém.” (Idem: 127) Deprendendo-se que se ao nascer uma criança não correspondesse aos ideais atléticos e estéticos, seria eliminada.

O termo estigma aparece mais tarde para referir “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1986: 11). Assim, o estigma era visto como uma identificação visual imediata (escravo ou criminoso) e o contacto com tais pessoas deveria ser evitado. Desta forma, o conceito de estigma corresponde “ao recurso visual” de marcas corporais, feitas com cortes ou com fogo, as pessoas “ritualmente poluídas” (DOUGLAS, 1976: 15-55).

Uma concepção de estigma que influenciou o Ocidente desde a Antiguidade, até recentemente, embora de forma subtil, refere-se à explicação das deficiências físicas ou cognitivas como tendo sido impostas por alguma divindade, como punição por um pecado cometido. Neste sentido, a pessoa com alguma diferença funcional e quem lhe é próximo ainda procuram explicações a partir de elementos religiosos ou sobrenaturais. No início da era cristã, embora prevalecendo a relação entre pecado e diferença funcional, as iniciativas de acolhimento começaram a substituir a eliminação da diferença.

Gradualmente, observa-se uma mudança na concepção do homem, da sociedade e do mundo, e as pessoas que apresentavam diferenças funcionais passaram a ser avaliadas de acordo com a sua capacidade produtiva.

Considerando que a análise de estigma (GOFFMAN, 1986: 51-104) desenvolve uma reflexão conceptual baseada na formação de identidades individuais, para o autor estigma é um elemento caracterizador da sociedade, numa sociedade que estabelece normas e firma atributos tidos como normais. A sua construção de análise de estigma assenta na intersecção da identificação pessoal e da identificação social, construindo uma identidade na qual se cruzam os elementos pessoais, sociais e o ego. A identidade social é aquilo que transmitimos de nós aos outros em virtude das nossas filiações a determinados grupos (auto-identidade). Assim, a identidade social corresponde aos vários tipos de relações que se podem estabelecer entre aqueles que denomina de ‘normais’ e de ‘estigmatizados’ que integram o mesmo complexo social. Cada indivíduo já vivenciou, em algum momento da sua vida, ambos os papéis. Assim, ambos os elementos devem ser percebidos como perspectivas de situações sociais interactivas de normas não cumpridas, havendo que considerar a diferença existente entre identidade pessoal e identidade social.

Considerando-se, então, que contribui para a estigmatização social toda a característica, não inevitavelmente física ou visível, mas sim, toda a diferença que não se harmoniza com as expectativas sociais. Neste âmbito, todas as sociedades definem categorias consideradas naturais, normais e comuns ao ser humano. Perante isto, o indivíduo que sofre de estigma tende a padecer de insegurança e dificuldades de relacionamento com o outro, pois, seja qual for a conduta social adoptada, haverá uma sensação de inferioridade provocada pela inadequação social.

Continuando a perspectiva evolutiva da concepção do termo em busca de uma definição mais fielmente adaptada a este grupo de pessoas, há que considerar que, do ponto de vista da

medicina, o termo *deficiência* “representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica” (OMS 1980:35). A noção de deficiência inclui em si a noção de ‘perda’ caracterizada por alterações temporárias ou permanentes. Ao referir-se que uma pessoa ‘tem uma deficiência’, não implica necessariamente ‘ser doente’. Parte-se do princípio que sim, que a ‘Pessoa Deficiente’ necessita de atendimento particularizado, quer seja para fins terapêuticos (fisioterapia ou estimulação motora) quer seja para aprender a lidar com a sua deficiência, e assim desenvolver as suas potencialidades.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) tem promovido a ampliação deste conceito estritamente médico, começando a considerar as ‘Pessoas Deficientes’ quando possuem restrições não compensadas por providências sociais. Percebendo-se que considera as limitações relativas à sociabilização destas pessoas.

Um marco no debate da deficiência liga-se à International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)², quadro classificativo de incapacidades quer ao nível individual quer populacional, que engloba todos os componentes relevantes para a saúde relacionados com o bem-estar. Corresponde a uma tentativa da OMS organizar uma linguagem universal sobre lesões e deficiência. Dentre as várias modificações propostas, a mais relevante foi o novo significado do termo *deficiência*. A redefinição da deficiência expressa-se na International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH), que antevê um quadro conceptual descrito em *impairments* (perdas ou anormalidades corporais), *disabilities* (restrições de habilidade provocadas por lesões) e *handicaps* (desvantagens resultantes de *impairments* ou *disabilities*). As desvantagens provêm da ausência em satisfazer as expectativas do indivíduo e surgem quando as “funções de sobrevivência” se tornam difíceis de desempenhar.

Esta classificação caracteriza-se, sobretudo, por representar uma expressão social da deficiência ou incapacidade e, como tal, reflecte as consequências (culturais, sociais, económicas e ambientais) para o indivíduo, fornecendo indicações referenciais básicas na compreensão da deficiência. A terminologia utilizada deve contribuir para uma maior proximidade entre as pessoas, favorecendo a comunicação e possibilitando a construção de pontes culturais.

A integração entre os conceitos pode ser observada na tabela 3, depreendendo-se que a doença ocorre sem grandes implicações. A incapacidade e a desvantagem podem acontecer na ausência de uma doença. Percebe-se ainda que a deficiência pode estar associada à incapacidade e à desvantagem perante os outros, comprometendo todos os níveis de expressão. Há, ainda, a possibilidade de uma pessoa ter uma deficiência sem incapacidade, uma incapacidade sem desvantagem ou uma desvantagem sem incapacidade ou deficiência.

² Salienta-se que a ICF se demarca na amplitude da saúde, não se direcciona unicamente a pessoas com incapacidades

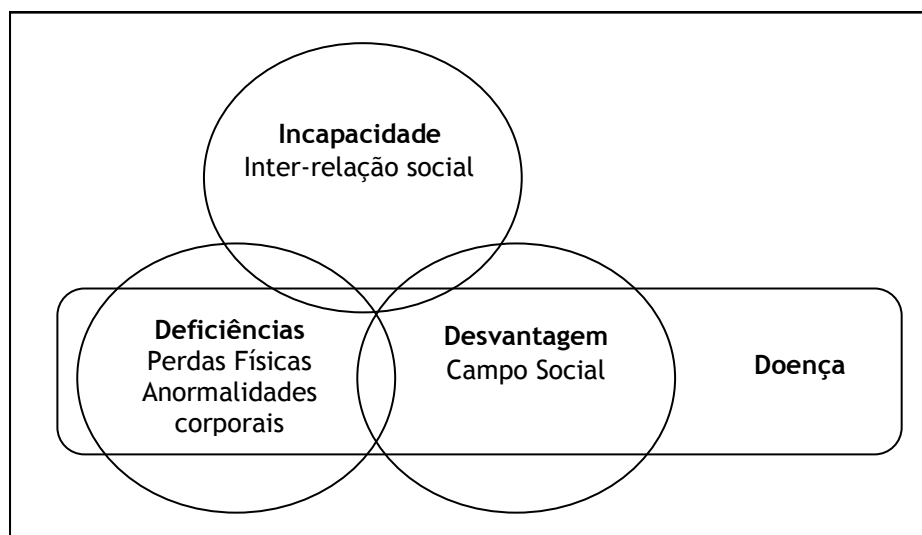


Tabela 3 - Interação entre os conceitos
 Fonte: AMIRALIAN, 2000: 6

A deficiência pode estar associada à desvantagem, sem incapacidade. Veja-se, a título de exemplo, que a pessoa diabética possui uma deficiência, mas com acompanhamento clínico pode não desenvolver incapacidade, embora tenha desvantagens no relacionamento social, devido às limitações dietéticas, às actividades físicas, entre outras.

Resumindo, as classificações da Organização Mundial de Saúde aproximam o conceito de 'deficiência' à definição do problema na área da saúde, omitindo as desvantagens significativas de outros tipos de doença; a título de exemplo, as pessoas portadoras de HIV em dado momento da doença não apresentam nem deficiência nem incapacidade, mas têm inúmeras desvantagens no relacionamento social

Contudo, ao longo da sua evolução histórica as classificações de 'deficiência' têm considerado os contextos ambientais e potencialidades dos indivíduos. A recente actualização da classificação a CIDDM-2 inclui a participação do indivíduo na sociedade, define a interação que se estabelece entre a pessoa portadora de deficiência, a limitação da actividade e os factores do contexto social, e considerando a sua limitação respeitante às actividades diárias.

Relaciona actividade com o que as pessoas fazem a qualquer nível de complexidade, desde as actividades mais simples às mais complexas. A limitação da actividade, anteriormente vista como incapacidade, é agora compreendida como uma dificuldade no desempenho pessoal. A origem da incapacidade corresponde à limitação no desempenho da actividade e deriva inteiramente da pessoa. No entanto, o termo 'incapacidade' deixou de ser utilizado, uma vez que pode ser considerado como 'desqualificação social'.

1.1.2.2. O Papel da Educação Especial

Sempre num sentido evolutivo o marco positivo para a integração deste público-alvo revela-se no papel da Educação Especial, considerado pela Declaração de Salamanca (1994) como ‘Necessidades Educativas Especiais (NEE)’, suprimindo o termo criança especial, anteriormente utilizado na educação para designar a criança com deficiência. Esta nova designação refere-se não somente à pessoa com deficiência, mas engloba qualquer outra necessidade considerada atípica e que demande algum tipo de abordagem específica por parte das instituições, seja de ordem comportamental, seja social, física, emocional ou familiar.

Em 1978, o Relatório Warnock apresentado ao parlamento do Reino Unido, redefine e adopta o conceito de NEE, abrangendo, desta forma, tanto as crianças em desvantagem como as denominadas sobredotadas, bem ainda como crianças de rua ou em situação de risco. Crianças que trabalham, oriundas de populações remotas ou nómadas, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional. Começa-se então a falar de ‘desenvolvimento inclusivo’ que aproveita e potencia a ampliação dos direitos e capacidades de cada uma das dimensões do ser humano (económica, social, política, cultural), com base na procura e garantia do acesso da igualdade de oportunidades e da equidade.

Para tal, considera-se em primeiro plano a ‘educação inclusiva’ vista como um processo em que se amplia a participação de todos. Sendo este um termo amplo, o qual apela à participação de todos, deve-se proceder a uma reestruturação de âmbito cultural, rever a prática e as políticas que pretendem a satisfação pessoal e inserção das PNE. Neste sentido, Luís Miranda Correia considera que a expressão ‘Necessidades Educativas Especiais’ procede “de uma evolução de conceitos que até então se usavam, fossem de cariz social ou educacional”, acrescentando ainda que “responde ao princípio da progressiva democratização das sociedades, reflectindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos” (CORREIA, 1997: 46-48).

Num sentido mais amplo, as necessidades especiais dizem respeito a um problema de ordem física, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas, e afecta a aprendizagem. Logo são necessários “acessos especiais, quer seja a um currículo especial ou modificado ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada” (Ibidem).

Desta forma as NEE encontram-se classificadas em dois grupos, a saber: as **ligeiras ou de carácter temporário** que podem manifestar-se ao nível de problemas delicados de leitura, escrita ou cálculo, ou ainda, como atrasos ou perturbações menos graves ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou sócio-emocional. E as **significativas ou de carácter permanente**, que manifestam-se por significantes diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais que causam dificuldades na sua interacção com o meio social e, por isso, necessitam de recursos especializados de forma a desenvolver o seu potencial e a superar ou minimizar as suas dificuldades. Ao nível escolar exigem adaptações generalizadas dos currículos individuais, adaptando-os às características próprias dos alunos e mantêm-se por todo o percurso escolar.

Abrangem, problemas de foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e outros problemas ligados à saúde do indivíduo.

CATEGORIAS	MANIFESTAÇÕES
De carácter intelectual	- Deficiência mental: ligeira, moderada, severa, profunda - Autismo - Síndrome de Down - Dotados e superdotados
De carácter sensorial	- Cegos - Surdos
De carácter motor	- Paralisia cerebral - Espinha bífida - Disfunção muscular - Paraplegia - Tetraplegia - Outros problemas
Traumatismo craniano	
De carácter processológico	Dificuldades de aprendizagem
De carácter emocional	- Psicose - comportamentos graves - Outros
Outros problemas de saúde	HIV/sida, diabetes, asma, hemofilia, problemas cardiovasculares, cancro, epilepsia, entre outros

Tabela 4 - Síntese dos Tipos de NEE significativas/permanentes
Fonte: Adaptação da classificação de NEE de CORREIA (1997: 50)

Deste quadro depreende-se que nem todas as PNE devem ser consideradas de forma semelhante, pois possuem limitações e habilidades distintas, independentemente das suas características. Uma pessoa poderá ser considerada incapaz, outra poderá desenvolver capacidades que lhes permitam a integração em sociedade.

Integrar uma PNE na sociedade não deve ser visto no âmbito de um problema individual/familiar; mas antes como uma questão de cidadania que promove uma sociedade em igualdade de direitos, garantindo-lhes uma maior participação na vida social, cultural e económica da comunidade em que se inserem.

1.1.3. Perspectiva de Integração das Pessoas com Necessidades Especiais

A integração deste grupo de pessoas passa por um conjunto de reflexões, não basta frequentarem uma escola, uma instituição ou um espaço público/privado, o princípio de integração assenta nas relações sociais.

Neste âmbito, cabe reflectir sobre o papel fundamental da família como agente de socialização primário, que desempenha uma função formativa e determinante no desenvolvimento cognitivo-afectivo da criança, promovendo todo um conjunto de conhecimentos e comportamentos que lhe permitirão dar respostas adequadas às situações sociais.

A compreensão da dinâmica das relações familiares é essencial para a compreensão da PNE. Quando nasce uma criança distinta do padrão culturalmente reconhecido como “normal”, a estrutura familiar rompe (todas as representações e sentimentos se alteram) e instala-se uma crise inevitável na identidade familiar - “é como se toda a família (imaginária) construída por esses pais desaparecesse, e uma nova família (real) tenha que ser criada” (GLAT e DUQUE, 2003: 16).

Tanto a família como a criança precisam de enfrentar a sua situação e o estigma social a que estão sujeitos. A relação com essa criança assenta numa ambivalência de sentimentos que oscila entre as condições reais do indivíduo e os estereótipos que lhe são impugnados. A família passa a organizar-se em função dessa criança, pois “em termos psicodinâmicos a criança absorve todas as acções” (Ibidem: 20). Em consequência deste comportamento, observa-se uma menor possibilidade de inserção da criança. Ou seja, quando a família age de um modo super-protector, dificulta a autonomia e a independência que a criança deveria conquistar como condição para o desenvolvimento das suas capacidades. Certo é que a família não tem esta atitude com um parecer negativo, simplesmente e de uma forma inconsciente, tentam preservar a criança de possíveis ‘derrotas’ face às suas dificuldades inerentes.

Desta forma, é importante que seja dada atenção no sentido de estimular e incentivar ao máximo a autonomia e o crescimento da criança para que possa aprender a lidar melhor com as suas dificuldades. Perante este quadro, é fundamental “o papel de alguns profissionais para promover orientações sobre as capacidades da criança e sobre a própria família (em trabalho paralelo)” (GLAT, 1966: 113).

A família e a PNE enfrentam, ao longo da vida, vários processos de mudança, sendo muito importante que a criança/pessoa com necessidades especiais ocupe um espaço na dinâmica familiar onde participe, na medida de suas possibilidades, no quotidiano familiar, inclusive nas situações sociais. Mas a criança com necessidades especiais não deve ficar limitada ao espaço família e às pessoas que lhe estão directamente ligadas.

Neste âmbito, ressaltamos a posição de Piaget quando afirma que ao desenvolvimento da criança “corresponde um processo contínuo de trocas entre o organismo vivo e o ambiente, o desenvolvimento mental é uma construção contínua, à medida que se acrescenta algo, ficará mais sólido (...)” (PIAGET, 1972: 12-13). Desta forma, o contacto social das crianças não pode ser

restrito aos indivíduos mais experientes, considerando-se os adultos e as crianças mais velhas, ou as outras crianças de idade aproximada. É imperativo que o relacionamento da criança contemple ambas as formas para o seu desenvolvimento pleno.

Também para Vigotsky (1984: 132-134) o desenvolvimento humano é percebido não como a decorrência de factores isolados mas, sim, como resultado de um conjunto de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, onde cada aspecto influi sobre o outro, destacando o sujeito como “um todo” ao qual se impõe um cenário de desenvolvimento-aprendizagem e ensino-aprendizagem.

Estes autores são considerados fundamentais na compreensão das relações de aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento, activamente construídos pelo sujeito, através de um processo cognitivo. Os processos educacionais são indispensáveis na promoção da integração social. No mesmo registo, Durkehim diz-nos que a aprendizagem permite uma maior integração social do indivíduo. Criando uma identificação com o sistema social “o indivíduo precisa de ser preparado para a sua vida em sociedade, este processo é realizado pela família e também pelas escolas (...)” (DURKEHIM, 1973: 44).

Neste sentido cabe à escola e outras instituições sociais terem a capacidade de observar a diversidade de cada indivíduo, promovendo as relações sociais, a autonomia pessoal, a afectividade, os ritmos e os processos de aprendizagem, e possibilitando oportunidades várias para quem se encontre em situação de desigualdade ou de desvantagem.

Retomando a perspectiva de Luís Miranda Correia, os serviços de educação especial constituem um elemento essencial na inclusão. Aqueles serviços servem para tentar reduzir a problemática da criança com necessidades especiais e “têm a preocupação de estarem atentos e, quando necessário, contribuir para a codificação dos ambientes de aprendizagem dos alunos com NEE, para que eles pudessem vir a usufruir de uma educação apropriada às suas características e necessidades” (CORREIA, 2004:10). Desta forma, podemos afirmar que a integração ocorre quando a criança é colocada num ambiente ‘normal’, com o fim de poder receber uma educação apropriada, partindo-se da convicção de que neste local possam satisfazer as suas necessidades educativas, pois é aqui fornecido apoio educativo para a superação do problema. Na vertente pré-escolar, o objectivo dos programas de educação para crianças com necessidades especiais é, por um lado, impedir que a deficiência atinja a sua forma mais severa e, por outro, adaptar essa criança à sua deficiência. Isto fará com que a criança se adapte e desenvolva as suas capacidades de forma mais rápida e eficaz.

Por sua vez, a escola tem uma componente diversificada, pois engloba várias características individuais e deve promover uma orientação compensadora das desigualdades. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos seus alunos, assim, adaptam ambos os estilos e ritmos de aprendizagem assegurando uma educação de qualidade. O Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, reflecte esta preocupação por parte do Estado ao promover a igualdade de oportunidades, valoriza a educação e promove, ainda, a melhoria da qualidade do ensino, orientado para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.

A educação inclusiva visa uma igualdade educativa, quer no acesso quer nos resultados da educação. Pressupondo a individualização e personalização das estratégias educativas, com o objectivo de promover competências que permitam a autonomia das crianças e jovens com NEE. Entre os vários alunos com NEE alguns necessitam de acções que exigem diferentes graus de intensidade e de especialização.

Para além da escola, a educação inclusiva alarga-se a outras instituições. A lei de bases do sistema educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, estabelece que a educação especial se organiza preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, podendo também processar-se em instituições específicas quando comprovadamente o exigirem o tipo e o grau de deficiência do educando. Neste âmbito, a Portaria n.º 1102/97, de 3 de Novembro, aplica-se a cooperativas e associações de ensino especial, sem fins lucrativos, que prestem escolarização de alunos com NEE, e compreendam actividades de apoio às escolas de ensino regular, em parceria com as equipas de coordenação dos apoios educativos.

Deste modo, a educação inclusiva assenta no assegurar de um processo de ensino e de aprendizagem, mobilizando todos os recursos da instituição de ensino e da comunidade, e devendo obedecer ao princípio comum de uma ‘escola inclusiva para todos’.

Neste âmbito, os processos de inovação educacional, a organização e gestão educativa, exercem um dinamismo assente numa nova cultura pedagógica e organizacional que incluem o acompanhamento no processo de transição, dos jovens com NEE, para a vida adulta. Isto implica a organização de um modelo que estabeleça as necessárias correlações com o processo de formação do jovem, tendo em vista o seu acesso ao mercado de trabalho.

O conceito de transição da escola para o trabalho (ou para a vida adulta) é referido na Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais que enquadra a preparação para a vida adulta dos jovens com Necessidades Especiais, referindo que estes “(...) precisam de ser apoiados para fazerem uma transição eficaz da escola para a vida activa, quando adultos. As escolas devem ajudá-los a tornarem-se activos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessárias à vida diária, oferecendo-lhes uma formação nas áreas que correspondem às expectativas e às exigências sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta (...)” (declaração de Salamanca, 1994:34).

O processo de Transição para a Vida Adulta (TVA) desenvolve-se ao abrigo do Decreto-Lei 319/91, de 23 de Agosto, que traduz um método assente na aprendizagem em contexto real de trabalho, permitindo uma diversificação de experiências que se devem incluir nos currículos. Nesta situação, o jovem é alvo de avaliação de desempenho. Desta forma, rentabilizam-se os princípios educativos favoráveis à prática de integração, perspectivando o acesso ao mercado de trabalho.

A transição é feita de forma gradual. Assim, o Plano Individual de Transição (PIT) surge como uma ferramenta em forma de documento no qual é registado o passado, o presente e o futuro desejado dos jovens. O PIT destina-se a promover, sempre que possível, o exercício de uma actividade profissional com a adequada inserção social. O programa inicia-se três anos antes

da idade limite de escolaridade obrigatória e deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.

O PIT está estreitamente relacionado com o Plano Educativo Individual (PEI), que define os apoios especializados a prestar na educação e nos serviços básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Este plano fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação estabelecidas no currículo de uma criança com NEE, e foi criado para definir as estratégias a utilizar para responder às necessidades identificadas da criança. De acordo com a legislação, o PEI documenta as necessidades educativas especiais, baseadas na observação e avaliação em sala de aula, e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo (aluno, família, equipa médica).

O processo TVA exige um envolvimento das escolas e instituições com o mercado de trabalho, actuando como agentes facilitadores. Desta forma, é constituído um processo “pelo qual a sociedade se adapta para incluir nos seus sistemas sociais gerais as Pessoas com Necessidades Especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997: 3). Para que o processo resulte, tem de haver uma adaptação social da PNE. A pessoa deve estar disposta a trabalhar e os seus comportamentos devem convergir para a sua felicidade, através da sua independência, compreensão da realidade e relações interpessoais adequadas.

O momento da escolha profissional constitui um marco importante no projecto de vida e depende, em grande medida, de um ambiente que dê espaço para que o jovem possa considerar todo o processo de forma consciente. Neste âmbito, a orientação vocacional é de extrema importância. Considerada como condição primária, configura-se como um momento de enfrentar entre desejo e realidade e, por isso, não se pode ficar apenas com uma dessas variantes para fazer uma escolha autónoma, pessoal e responsável. O trabalho deve ser visto como uma vivência significativa da pessoa, deve estar relacionado com o desejo e a vontade do indivíduo e, neste sentido, a vocação actua como um agente facilitador. Leva a pessoa a ampliar as possibilidades de realização no seu projecto de vida, no qual é considerada a sua ambição, tal como, as suas limitações quer no âmbito individual, quer no âmbito social.

Os processos de inclusão não devem ser vistos como meros processos técnicos, mas sim como desafios perfeitamente naturais, sendo que o jovem com NEE, tal como qualquer outro, tem de tomar decisões quanto ao seu envolvimento social. Neste processo o contributo da família tem um papel fundamental, nomeadamente, nos planos da participação activa. Em todo o processo valoriza-se a qualidade das interações no contexto familiar que por si fazem uma ligação à comunidade (trabalho, lazer, cultura).

1.1.4. Enquadramento da Representação Social do Trabalho

Antes de contextualizar a importância do trabalho na integração das PNE, consideramos importante estabelecer o sistema valorativo do trabalho na representação social. A produção e o trabalho têm sofrido várias interpretações que procuram definir as mudanças na estrutura ocupacional e nas relações de trabalho, e conseqüente envolvimento social.

A concepção do trabalho surge como fonte de identidade e auto-realização, e na sua evolução conceptual podem ser atribuídas duas visões distintas. Uma de carácter negativo, visto como um fardo: “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer outro resultado.” (ALBORNOZ, 1994: 59). Com a crise do capitalismo e consecutivas mudanças sociais, políticas e económicas, surge a segunda visão do trabalho, deixa de ter a condição servil e passa a ser uma condição necessária para a liberdade do Homem. A actividade profissional é valorativa por si mesma e, quando marcada por valores éticos, gera a construção de uma nova sociedade.

A centralidade do trabalho nas sociedades modernas tem correspondido ao facto do trabalho proporcionar rendimentos e, através destes, o acesso ao consumo. O trabalho assalariado constitui-se como um veículo da definição e descrição dos trabalhadores na sociedade, na perspectiva de Castel é “a sociedade em que a identidade social se baseia no trabalho assalariado” (CASTEL, 1998: 386). O autor refere-se à sociedade salarial como a sociedade que se engloba no mercado de trabalho, referindo-se aos trabalhadores industriais como subordinados ao “assalariado da sociedade” (Ibidem: 386). Contudo, o trabalho não se resume apenas a um meio para obter um rendimento. Revela-se, igualmente, um elemento determinante na organização da vida social, “o que funda a dignidade social do indivíduo não é necessariamente o emprego assalariado, nem mesmo o trabalho, mas a utilidade social, isto é, a sua participação na produção da sociedade” (Ibidem: 577). Desta forma, o trabalho é considerado um factor estruturante da organização económica, política e social, adquirindo a centralidade na sociedade capitalista.

As mudanças na esfera social levam a repensar e redimensionar o papel do trabalho na sociedade. Com o reconhecimento da redução de emprego industrial diminuem as horas de trabalho, aparece a prestação de serviços e o aumento do desemprego. A perda da centralidade do trabalho como elemento fundamental identitário deu origem a outras teorias que fundamentam a construção identitária dos indivíduos. Neste âmbito, Gorz centra-se no dilema entre a liberdade do tempo e a abolição do trabalho. Não suprime necessariamente o desejo de ser activo, mas defende a ideia de trabalhar menos para viver mais e “poder realizar por si mesmo muitas coisas que o dinheiro não pode comprar (...)” (GORZ, 1987: 11). Este é o objectivo daqueles que consideram que o seu trabalho “jamais poderá constituir para eles uma fonte de realização pessoal” (Ibidem: 16). O autor vê no trabalho um modo de ganhar dinheiro, é o salário que determina a sua utilidade. O elemento desta dependência está na forma do modelo do trabalho assalariado.

Ao longo das transformações laborais são feitas algumas exigências aos trabalhadores com o objectivo de procurar maior produtividade, qualidade e competitividade do mercado de

trabalho. O trabalho deixa de se resumir à fórmula do trabalho-emprego. Na opinião de SCHNAPPER (1998: 17-20), o trabalho “não deixou de ser uma norma, de ter valor, de organizar a vida colectiva (...) o trabalho continua a ser central tanto para os que trabalham como para aqueles que já não têm empregos”, o que traduz a existência diversificada de novas formas de trabalho fora da matriz da industrialização.

O trabalho continua a ser um vector de organização social que apenas alterou o seu sistema de valores, dando lugar a uma sociedade organizada em torno da produção de bens e serviços que resultam num novo modo de vida. De entre várias formas de encarar o trabalho, no seu livro ‘o sonho europeu’, RIFKIN (2006) diz que os europeus adoptaram o conceito pós-moderno dos direitos humanos e sociais, assim ‘trabalham para viver’.

Ainda segundo RIFKIN (1995: 64), o impacto da “Terceira Revolução Industrial’ leva à reorganização da actividade económica”, originando novos sectores laborais, a saber: a informática; a robótica; a biotecnologia, entre outros; modificaram as organizações face ao trabalho.

As mudanças tecnológicas servem de base para novos métodos de gestão empresarial e novas formas de organização de trabalho. As empresas requerem especialização e conhecimento tecnológico e, por seu turno, os indivíduos têm de procurar conhecimentos sólidos, capacidade intelectual de forma a apresentar soluções para problemas empresariais, assumindo riscos. O autor aponta para uma classe profissional que se constitui por “trabalhadores do conhecimento que gerem a nova economia da informação e de alta tecnologia” (Ibidem: 192). Desta forma, o mercado de trabalho caracteriza-se pela competitividade, e os trabalhadores devem investir em conhecimento, sobretudo em áreas tecnológicas.

Na perspectiva de Castells, as Técnicas de Informação e Comunicação (TIC) caracterizam um sistema em rede: “a transformação tecnológica e administrativa do trabalho, e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afectam a sociedade em geral” (CASTELLS, 2002: 223). Desta identificação parte uma nova estrutura de trabalho que remete para uma organização empresarial em rede. O perfil profissional é bem mais diversificado, uma vez que há a coexistência entre trabalho assalariado, trabalho autónomo e situações profissionais mistas.

Neste sentido, tanto as organizações como pessoas têm de se adaptar às mudanças, uma vez que as TIC são consideradas como modeladoras das relações sociais, económicas e políticas. Na opinião de Warschauer (2006: 279), as TIC podem ajudar as PNE a superar problemas de mobilidade, limitações físicas ou discriminação social. Para o autor, todas as tecnologias têm influência na estruturação das relações humanas. Também para Schlünzen (2005: 205-206), as TIC minimizam as barreiras e permitem realizar tarefas de forma independente. São, assim, ferramentas capazes de servir diferentes objectivos e necessidades educacionais, oferecendo vários recursos que possibilitam adaptações para diferentes saberes e potenciais.

Consideramos que o trabalho é uma condição necessária, mas também um acto de criação. Sendo um meio de subsistência e de consumo, é uma fonte de desenvolvimento, de

satisfação e de identidade, constitui um espaço de autodeterminação e de auto-realização. Neste sentido, consideramos o factor trabalho de suma importância para a integração de PNE.

1.1.4.1. O Trabalho como Factor de Integração das Pessoas com Necessidades Especiais

Na sua qualidade de cidadãos, as Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), entre outros, têm direito a viver de forma independente e a participar plenamente na sociedade. Garantir estes direitos é o principal objectivo da estratégia a longo prazo da União Europeia (UE) que visa a sua inclusão activa no âmbito dos direitos humanos.

O direito ao trabalho é reconhecido pela Constituição da República Portuguesa no artigo 13.º, onde se consagra o princípio de igualdade, no artigo 25.º que consagra o direito ao trabalho para todos e no seu artigo 71.º, onde podemos constatar a materialização destes princípios: “O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência”. Noutro passo, a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto tem por objectivo prevenir e proibir as discriminações em razão da deficiência e risco agravado de saúde., No Decreto-Lei n.º 225/97, de 27 de Agosto, emanado do Ministério da Solidariedade e Segurança social, aprovam-se a composição e competências do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. No ‘site’ do Portal do Cidadão com Deficiência, encontra-se ainda referência ao reconhecimento social, à auto-estima e à dignidade da pessoa humana “como pedras basilares” de plena integração na sociedade. Associando estes sentimentos a questões económicas chegamos à vida activa e à inserção no mercado de trabalho. Ao falarmos de inserção no mercado de trabalho, detemo-nos no Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que torna obrigatória a implementação de acessibilidades nos edifícios, nos espaços envolventes e próprios equipamentos de trabalho.

O desafio da integração destas pessoas requer a adopção de mecanismos que propiciem a igualdade de oportunidades e preparação para a vida. A política ideológica orientada para a ‘qualidade’ de vida da PNE não passa apenas por colocar-lhes ao dispor os meios financeiros considerados por Capucha, como uma “acção redistributiva da segurança social” para assegurar um padrão de vida mínimo. Estes apoios financeiros, não proporcionam por si a inclusão, mas são apenas reflexo de uma inércia social “onde prevalece a exclusão em relação às oportunidades de educação, formação, emprego e a outros bens sociais (...) limitando-os à condição de «assistidos»”(CAPUCHA 2005:171)

Situando a inclusão como um processo catalisador de integração nos sistemas sociais, as PNE devem encontrar na sociedade condições que se adaptem às suas limitações “através da sua educação e qualificação para o trabalho, preparando-as para assumir o seu papel na sociedade” (SASSAKI, 1997: 41-42). Este é um processo pelo qual, segundo Durkheim (apud PAIS, 1995: 19-21), os indivíduos participam dos mesmos grupos e da mesma sociedade, compartilham valores, crenças e normas colectivas que os mantêm integrados, usando as expressões ‘consciência colectiva’ e ‘laço social’ para expressar essa relação comum. Neste âmbito, a inclusão deste grupo de pessoas no mercado de trabalho faz com que se sintam realizadas pessoalmente pelo

facto de terem uma profissão. São reconhecidas socialmente, usufruem de um salário, tornam-se independentes e relacionam-se com outras pessoas, criando afectividades.

Quando referimos a inclusão de PNE no mercado de trabalho, falamos de pessoas que nascem com alguma patologia distinta que as distingue das demais, sendo dessa forma portadoras de determinada incapacidade. Acompanhadas desde o nascimento, ao longo do seu processo de crescimento, é-lhes facultada uma educação e formação que as direcciona para uma integração no mercado de trabalho.

Falamos, também, de pessoas cuja incapacidade ocorre na fase adulta. Desta forma, a incapacidade adquirida corresponde à perda da estrutura ou da função fisiológica, psicológica ou anatómica. Qualquer que seja a perda gera uma restrição na realização das actividades. A dependência a que a pessoa fica sujeita nem sempre ocorre na totalidade, não se tornando impeditiva para a aprendizagem e desempenho de uma vida activa. Nesta situação, a pessoa tem de participar num processo de habilitação e/ou reabilitação que promova a sua integração comunitária. Deste modo, é necessário assegurar as condições para a sua integração quer com os restantes colaboradores da empresa/organização quer com as partes integrantes que interagem com o desenvolvimento da actividade.

Neste âmbito, as novas tecnologias diminuem o fosso na relação entre a sociedade e as PNE, particularmente a Internet que em muitos casos contribui para ultrapassar as barreiras físicas. A este respeito a Resolução do Conselho de Ministros n.º97/99, de 26 de Agosto³ estabelece as regras relativas à acessibilidade das PNE aos conteúdos de organismos públicos na Internet - “a democratização da sociedade do futuro passa pela possibilidade de os vários sectores da população terem acesso às tecnologias de informação e pela respectiva capacidade de as utilizar” (in Texto da Resolução: 1), de modo a que a sociedade de informação sirva para todos sem excepção. As TCI assumem um papel mediador entre as PNE e a sociedade, para tal a Portaria n.º 1354/2004, de 25 de Outubro cria uma linha de apoio e financiamento ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

Num sentido mais amplo, percebemos que a evolução tecnológica torna a vida destas pessoas muito mais fácil. Utilizamos, constantemente, objectos que foram desenvolvidos para simplificar as actividades do quotidiano (computadores, controle remoto, telemóveis, relógios, entre outros objectos) - uma série de recursos que facilitam o nosso desempenho em todas as funções. Da mesma forma, a tecnologia torna a realização das coisas possível para as PNE, pois as novas tecnologias correspondem a ajudas técnicas para qualquer produto ou instrumento estratégico a ser utilizado, sendo instrumentos que compensam ou neutralizam uma incapacidade ou desvantagem, para assim melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos

³ Trata-se de um documento operacional, no qual se destaca a identificação de prioridades de actuação que juntam acções e projectos para os cidadãos com necessidades especiais inserido no contexto de desenvolvimento da sociedade da informação: acessibilidade; ajudas técnicas; legislação, regulação e normalização; ciência, inovação e redes de conhecimento; educação; trabalho; acções de sensibilização; cooperação com empresas; e cooperação internacional.

indivíduos. O conceito de ajuda técnica agrupa uma grande variedade de produtos e tecnologias, que vão desde utensílios que potenciam a autonomia quotidiana (pegas adaptadas para talheres) a sofisticados aparelhos electromecânicos (cadeiras de rodas eléctricas adaptadas ao indivíduo), domóticos (controlo do meio envolvente por comando vocal) e informáticos (sistemas especiais de elaboração de testes, *software* de ensino assistido por computador).

As ‘Tecnologias de Apoio’ têm por objectivo não só compensar limitações funcionais mas, igualmente, facilitar a autonomia às PNE para que estas possam desenvolver as suas potencialidades. Este conceito enquadra a acessibilidade (adaptação do ambiente às pessoas) e ajudas técnicas (adaptação das pessoas ao ambiente para facilitar a realização de determinadas actividades do dia-a-dia). Segundo Andrich, este conceito apresenta três dimensões que define do seguinte modo: “a actividade que estabelece aquilo que pretende realizar com autonomia; o ambiente, local onde se desenvolve a actividade; e a pessoa quem desempenhará a actividade”(ANDRICH 1999: 21).

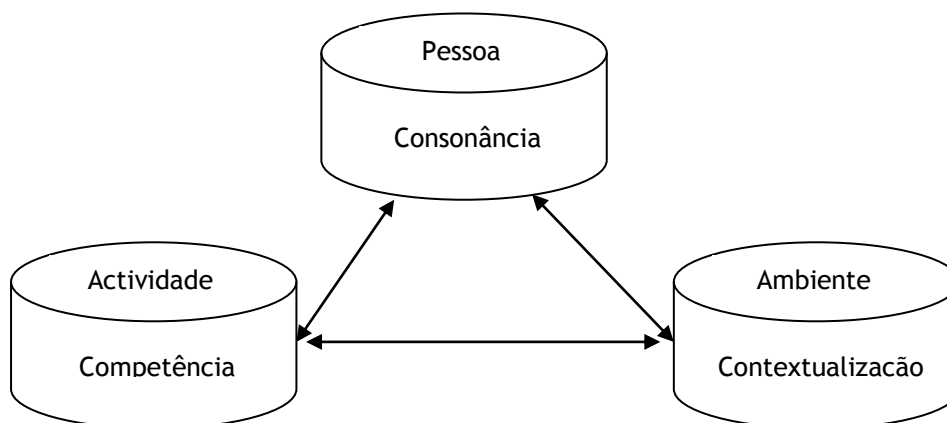


Figura 3 - Contextualização da Ajuda Técnica
Fonte: ANDRICH, 1999: 22

Pode, pois, dizer-se que a ajuda técnica acompanha uma mudança, o reconhecimento consciente de um problema e a motivação para o resolver. Processo que requer uma aprendizagem e disponibilidade da pessoa para se modificar a si própria e a sua relação com a sociedade.

As TIC permitem ainda o teletrabalho que se apresenta como uma solução útil ao acesso do mercado de trabalho por parte das PNE, sobretudo das que têm dificuldade motora. A Assembleia da República incentiva o trabalho domiciliário através da Lei n.º 31/98, de 13 de Julho. Apresenta-se como uma boa solução, pese embora se levantem várias questões em torno deste sistema de trabalho por parte das PNE. Desde logo, há que perceber se os empregadores estão susceptíveis de realizar tarefas sob este regime e formar futuros teletrabalhadores. Doutra parte, os postos de trabalho criados são muito especializados com fraca interacção. No entanto, os programas de teletrabalho têm o mérito de aumentar o conhecimento na área das telecomunicações e demonstram que o teletrabalho pode, sob certas condições, ser uma ferramenta valiosa no acesso ao mercado de trabalho.

A inclusão da PNE no mercado de trabalho é uma forma de reconhecer a sua individualidade e criar oportunidades iguais de competição, o que depende de três elementos: a capacidade da PNE, a educação do empregador (facilitador da empregabilidade destas pessoas) e a disposição das políticas públicas.

Nas últimas décadas, Portugal registou progressos ao nível das políticas, sobretudo com a adesão à Comunidade Europeia que impulsionou estratégias para o desenvolvimento de políticas a favor das PNE.

Contudo, não se pode discutir o acesso ao trabalho das PNE sem falarmos das competências e qualificações profissionais das pessoas. Doutra sorte, discute-se a flexibilização de critérios exigidos pelo mercado de trabalho e pelo perfil do trabalhador. Para Luís Miranda Correia mais importante do que o domínio do conhecimento é a PNE “saber mobilizar conhecimentos e qualidades” (CORREIA, 2004: 37). Nesta perspectiva ganham relevância três categorias de conhecimento: o saber (envolve os saberes formais), o saber fazer (envolve os saberes da experiência) e o saber ser (envolve o saber social avaliando a interpretação de nos e dos outros). Conjugando “as três classes de conhecimento, a pessoa torna-se qualificada e mobilizadora de competências” (Ibidem: 38-39). Neste âmbito Josso (1991: 199) diz que é preciso reflectir os programas de inclusão profissional, partindo de uma estratégia de políticas de acesso e permanência no trabalho. Por outro lado, revela-se necessário oferecer uma formação ao nível da experiência que contemple outros saberes que qualifiquem e mobilizem competências.

Oferecer um ambiente favorável à inclusão destas pessoas deve ser considerado a partir das potencialidades de aprendizagem, valorizando as suas aptidões com vista ao seu desenvolvimento pessoal e social. Relativamente ao processo de aptidão, não deve ser dirigido às capacidades dos indivíduos, mas dando ênfase ao grau de envolvimento na actividade profissional.

1.1.5. Linhas de Orientação Comunitária para a Inclusão

Os Estados da UE reconhecem o crescimento da pobreza e da exclusão social em todos os países da integração, daí que a luta contra estes fenómenos sociais passa a fazer parte dos programas estratégicos de cada Estado-membro.

A cimeira de Lisboa, em 2000, fez da promoção da integração social um eixo elementar da estratégia global da UE, perspectivando tornar-se até 2010 na economia do conhecimento competitivo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, acompanhado de uma melhoria qualitativa e quantitativa de emprego e de uma maior coesão social⁴. Tendo por base uma vontade na construção de uma UE inclusiva, as políticas sociais, a Estratégia Europeia de Inclusão Social (EEIS), é um processo comum aos Estados-membros, no qual foram definidos um

⁴ Esta iniciativa está referida nos artigos 136º e 137º do Tratado de Amesterdão, referindo que a UE deve apoiar as acções dos Estados-membros no combate à exclusão social, desenvolvendo o conhecimento, intercâmbio de informação e promoção de abordagens inovadoras e métodos de avaliação.

conjunto de objectivos comuns para o período 2000 a 2010. A EEIS assenta em três pilares primordiais, a citar: desenvolvimento económico, emprego e coesão social, explícitos no Triângulo de Lisboa.

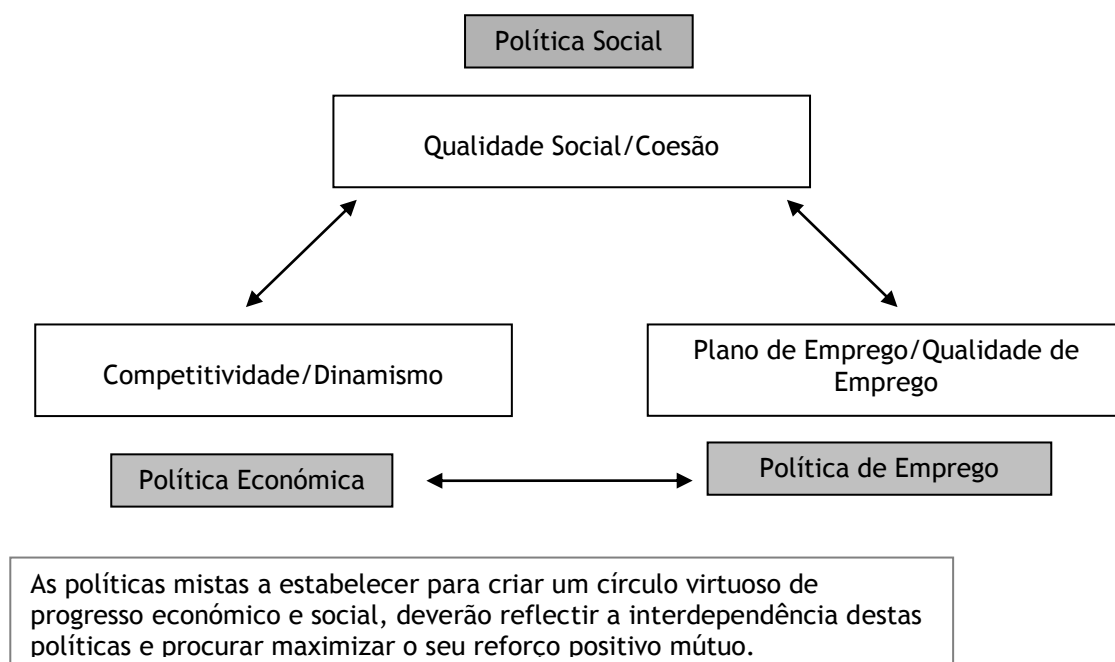


Tabela 5 - Triângulo de Lisboa
 Fonte: CASTRO, 2001: 5

O Triângulo de Lisboa é uma forma simples de referir os três eixos do novo contexto político, na sequência do Conselho Europeu de Lisboa. Para aumentar o emprego e a coesão social, é fundamental um crescimento económico sustentado, com uma taxa de inflação baixa e finanças públicas sólidas. A gestão da interdependência das políticas deverá conduzir a uma "estratégia mista" que sustentará o progresso económico e social.

A adaptação dos princípios propostos deve ser realizada consoante a realidade de cada país, pois cada Estado-membro deve trabalhar de acordo com as suas especificidades.

Um dos principais instrumentos de estratégia para a inclusão social é o Método Aberto de Coordenação (MAC), sendo um instrumento da Estratégia de Lisboa, constitui-se como um quadro de cooperação entre todos os países da UE visando a definição de objectivos e instrumentos que sejam comuns a todos os países membros. A abordagem do MAC assenta que a política social é responsabilidade de cada Estado, competindo à Comissão Europeia a elaboração de objectivos, indicadores, orientações e monitorização dos progressos registados.

A par do MAC outras estratégias com vista ao desenvolvimento de políticas inclusivas surgiram, identificadas por Planos Nacionais de Acção (PNAI) que assentavam em quatro pilares consideráveis, a citar: a empregabilidade, a empresabilidade, a adaptabilidade e a igualdade. Sendo o emprego um dos pilares reconhecidos contra a exclusão social, interessa fomentar o emprego e, no prosseguimento destes objectivos, o Plano Nacional de Emprego (PNE) definiu três

destaques que se interligam entre si, designadamente: investir na educação e formação, melhorando as qualificações da população portuguesa; promover a criação de emprego e desta forma prevenir e combater o desemprego; e promover o equilíbrio entre flexibilidade e segurança no mercado de trabalho.

As estratégias de políticas inclusivas devem contribuir para uma integração dos objectivos sociais garantindo uma interacção positiva e dinâmica entre as políticas económicas, sociais e de emprego.

1.1.6. Integração de Pessoas com Necessidades Especiais em Portugal

Subjacente ao processo global de integração social das PNE, predominam como condições necessárias o conceito e a prática de acessibilidade, para que as pessoas possam participar plenamente na vida social, económica e cultural do seu País. Os direitos das PNE foram conquistados ao longo de anos e consoante as condições históricas de cada país, indicando, assim, o esforço dos Estados e das sociedades. Baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, declara os direitos de cidadania, válidos para todos os seres humanos. Destes salientamos os Direitos Cívicos, respeitantes: ao direito à liberdade e igualdade perante a lei; aos direitos económicos que enquadram o direito ao trabalho, à protecção contra o desemprego, à remuneração que assegure uma vida digna; e por fim, aos direitos sociais que englobam o direito à alimentação, à moradia, à saúde, à assistência, à educação e à cultura.

A política nacional para a integração de PNE encontra-se balizada pelos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Os direitos fundamentais das pessoas com necessidades especiais decorrem da concepção social do Estado e configuram uma das vertentes essenciais do Estado Social de direito democrático.

A CRP consagra um sistema aberto de direitos fundamentais que constam em outros textos legais de direito internacional em vigor, como sejam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, o Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças, algumas Recomendações e Convenções da Organização Internacional do Trabalho, a Carta Social Europeia, algumas disposições do Tratado da União Europeia, a Carta comunitária dos Direitos Sociais dos Trabalhadores e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, bem como algumas disposições constantes da Constituição Europeia. No prosseguimento da Carta Social Europeia e das Normas das Nações Unidas, a Comissão Europeia adoptou uma nova estratégia para os cidadãos europeus com NE, centrando-se na identificação e remoção das diversas barreiras que impedem o acesso à igualdade de oportunidades e à plena cidadania das PNE. Para

o efeito, a Comissão Europeia comprometeu-se a integrar a perspectiva da deficiência e necessidades especiais na formulação das políticas e programas da Comunidade, promovendo a participação activa na sociedade das pessoas com deficiência e incapacidade.

Em Julho de 2009, na ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Estado Português responsabilizou-se por promover, proteger e garantir condições de vida dignas às PNE, dando assim força à realização dos direitos económicos, sociais e culturais. Não obstante os avanços estratégicos alcançados, sobretudo com a implementação do I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009, mantém-se a prioridade de delinear medidas que possam acelerar a não discriminação e proporcionar melhores condições de vida às PNE e às suas famílias, nos vários domínios da sua vida social.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2010, de 14 de Dezembro, aprova a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), atribuindo deste modo uma especial importância à área da promoção dos direitos e da qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades. Dá continuidade a um planeamento de políticas públicas, transversais a vários ministérios, pretendendo assim combater a discriminação e garantir a participação activa das pessoas com PNE. Esta estratégia permite consolidar um conjunto de medidas distribuídas por cinco eixos, a saber: eixo n.º 1 'Deficiência e multidiscriminação'; eixo n.º 2 'Justiça e exercício de direitos'; eixo n.º 3 'Autonomia e qualidade de vida'; eixo n.º 4 'Acessibilidades e *design* para todos'; e eixo n.º 5 'Modernização administrativa e sistemas de informação'. Neste âmbito, o Estado Português promove os direitos e garantias de condições de vida digna.

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH), que se enquadra no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), é um documento de aplicação política comunitária de coesão económica e social em Portugal para o período 2007-2013. Representa uma aposta na qualificação das pessoas, visa apoiar a promoção do conhecimento científico e a inovação do modelo produtivo, procura estimular a criação e a qualidade do emprego. Apoia a transição dos jovens para a vida activa, ao mesmo tempo que promove a igualdade de oportunidades, tanto na vertente da igualdade de género como na da luta contra a exclusão social. As prioridades deste programa caracterizam-se através de tipologias de intervenção direccionadas a áreas como a Qualificação Inicial, a Aprendizagem ao Longo da Vida, a Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, a Formação Avançada, a Cidadania e o Desenvolvimento Social.

As prioridades de reabilitação integram vários programas direccionados para três vertentes, são elas: a vertente profissional, tendo por objectivo facilitar a integração sócio-profissional de PNE; a vertente de qualificação e educação, que por um lado visa desenvolver condições de acesso e frequência de alunos com NEE aos estabelecimentos de ensino, e por outro, visa desenvolver a melhoria progressiva dos recursos técnicos e dos instrumentos necessários a uma efectiva educação inclusiva; e, por fim, a vertente da acessibilidade e informação, direccionada a planos integrados de acção cujo objectivo é dar resposta às necessidades das PNE durante todo o seu percurso de vida.

1.1.7. Emergência de Novas Políticas Sociais

As políticas sociais têm um importante papel na redução das desigualdades e competelhes encontrar respostas, actuar e mobilizar a sociedade civil. Tal como refere Luís Capucha a qualidade social vai ao encontro de políticas que se mostrarem capazes de “dotar as pessoas das competências” (CAPUCHA, 2010: 10) que facilitem a sua inclusão ao nível global da sociedade.

As novas políticas sociais surgem sob o horizonte de exclusão, cidadania e solidariedade. No geral, a sociedade é composta por desigualdades estruturais. Para ultrapassar os degraus da desigualdade estrutural, Touraine considera a alteração do conceito ‘sociedade’ pelo conceito ‘vida social’, reconhecendo os contrastes dos fenómenos sociais numa análise estratégica de actores. “O essencial é que a separação crescente do actor e do sistema seja substituída pela sua independência, graças à ideia de um sistema de acção. Em lugar de descrever os mecanismos de um sistema social, da sua integração e da sua desintegração, da sua estabilidade ou mudança, os sociólogos devem voltar ao estudo das respostas sociais à análise dos mecanismos de autoprodução da vida social.” (apud GUERRA, 2002: 48). Para tal, é necessário construir sistemas que aproximem a teoria da acção e construir uma articulação entre o sistema e os autores.

Na perspectiva de Alcides Monteiro, impõe-se que as novas políticas de inserção se distingam das políticas clássicas de acção social, assentes em iniciativas voluntárias (de origem privada ou pública) com a “invenção de novos instrumentos que possibilitem uma intervenção na zona incerta onde um emprego não é assegurado e são errantes as trajectórias de vida” (MONTEIRO, 2004: 55), e assentes em políticas que apontem para caminhos de inovação adaptados às novas circunstâncias sociais e económicas. As políticas sociais têm, hoje, uma forte visibilidade pública. Isabel Guerra identifica três elementos primordiais, sendo eles: o Estado (na sua diversidade de lógicas e aparelhos); os actores em risco de exclusão ou exclusão; e os mediadores (actores que, ao nível local e regional, tentam reaproximar as necessidades dos actores em situação de exclusão dos recursos do sistema). “O accionamento destes instrumentos sociais é o resultado da realidade nacional que identifica a presença de formas de exclusão persistentes, sobretudo ao nível do emprego e à fraca protecção da segurança social, deixando subjacente que as novas formas de acção social assentam em dinâmicas complexas e contemplam a coesão social.” (GUERRA, 2002: 52).

As novas políticas sociais constituem instrumentos de intervenção do Estado, devendo proporcionar um padrão mínimo de bem-estar social. Em Portugal, são da responsabilidade da Assistência Social, assentam numa ajuda fragmentada não garantindo os direitos do cidadão “à excepção da escolaridade básica e do rendimento mínimo social de inserção, não se pode falar verdadeiramente dos direitos mínimos sociais” (SOUSA et al. 2007: 85). A ineficiência e a dependência destas políticas suscitam novas abordagens de intervenção social, ora combinando com as já existentes ora aplicando novas visões.

Estes autores advertem para a necessidade de implementação de diferentes modelos de políticas sociais em que a intervenção do Estado é mínima. Este não deve ser visto como uma máquina de indemnizar. As famílias e o mercado devem ter um papel preponderante em satisfazer as necessidades sociais. As políticas devem ter uma linha orientadora de verdadeira

(re)inserção na sociedade a todos os níveis. Isto implica uma obrigação positiva por parte da pessoa ao reconhecimento da sua dignidade num momento de construção social. Logicamente, o indivíduo em risco de exclusão ou excluído não pode ser um agente passivo, tem que criar um projecto de vida, de gestão por objectivos, permitindo-lhe melhores qualificações, mais auto estima e mais autonomia. O indivíduo deve ser capaz de se libertar das ajudas permanentes do Estado.

As perspectivas da nova geração de políticas sociais privilegiam a inserção social em contraposição ao subsídio. O Estado deixa de assumir a responsabilidade exclusiva da intervenção social. A nova abordagem de intervenção implica uma atitude mais activa, quer por parte do Estado, quer por parte dos cidadãos.

Seguindo a orientação de pensamento destes autores, os novos modelos de intervenção social baseiam-se em novos pressupostos e novas metodologias: a abordagem por projecto, a acção descentralizada e partilhada (intervenção em parceria), a individualização das medidas e por fim a activação.

A abordagem por projecto integrado assenta no princípio da gestão por objectivos, baseado em planos de actividades elaborados pelos serviços públicos e que correspondem a um modelo de regulação autónomo do Estado. Os serviços públicos actuam segundo uma lógica sectorial e centralizada, sendo financiados pelo orçamento geral do Estado e submetidos a uma estrutura hierárquica de responsabilidades. A intervenção descentralizada implica uma abordagem de partilha e de acção com organizações da sociedade civil. A descentralização impõe-se por um conjunto de razões de ordem prática e pela crescente dificuldade em gerir as políticas assistenciais. O papel da intervenção em parceria envolve a partilha de responsabilidades e de acção com as organizações da sociedade civil e está a par com a descentralização das políticas. No domínio assistencial, estas resultam da incapacidade de as políticas sociais do Estado resolverem adequadamente os problemas de pobreza e exclusão. Os problemas sociais exigem uma intervenção que integre todos os actores colectivos.

Por sua vez, a individualização das medidas é tida como uma das inovações mais relevantes, uma vez que os novos programas sociais privilegiam medidas de carácter concreto, ajustadas ao perfil de cada um dos destinatários, quer sejam eles famílias ou indivíduos. Por fim, a activação constitui, também, um elemento relevante nas novas políticas sociais, correspondente ao envolvimento activo dos destinatários.

Contudo, e referenciando ainda a perspectiva dos citados autores, os programas das políticas de activação mostram aspectos positivos e negativos, sendo que aos aspectos positivos prendem-se medidas que permitem evitar a cultura de dependência. Certo é que os programas de emancipação favorecem o acesso à plena cidadania. Os aspectos negativos prendem-se com condicionamentos que se criam ao acesso a benefícios sociais, bem como as limitações à liberdade e à autonomia dos próprios trabalhadores. Verifica-se, também, uma certa redução ao nível de bem-estar, uma vez que os indivíduos podem realizar tarefas socialmente pouco valorizadas. Outro aspecto negativo é o facto das políticas activas, por se fazerem acompanhar de elevadas obrigações para os desempregados, tenderem a responsabilizar estes pela sua

situação de exclusão, descartando assim os patrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por tal situação. Quem participa nestes projectos não goza dos mesmos direitos de outros trabalhadores (sobretudo na situação de tempo e condições de trabalho), revelando-se muitas vezes ocupações de trabalho precárias.

As referidas mudanças políticas surgem como resposta dos Estados-membros que revelam semelhanças em todos os países membros. A intervenção social deve ser vista como um processo de responsabilidade e partilhado por parceiros institucionais e autónomos. Devendo orientar a protecção social de forma a adaptar a economia à mudança para uma forma de trabalho eficiente e formada.

1.1.7.1. Empresas de Inserção Social

Estas empresas surgem ao abrigo das novas políticas sociais, enquadradas no âmbito da economia social. Foram lançadas pelo Estado francês com o objectivo de estabelecer medidas de inserção para recuperar públicos vulneráveis. No Plano Nacional e Emprego foram criados contratos trabalho-formação, o que não se revelou uma experiência satisfatória, tendo sido criadas outras condições de inserção. Em 1981, foram criadas as Empresas Intermédias, mais tarde substituídas pelas Empresas de Inserção. Desta forma, Paiva define, em termos genéricos, as Empresas de Inserção como “actividades económicas que promovem a inserção laboral” (PAIVA, 2006: 29). Desenvolvem uma actividade produtiva, possuem uma gestão empresarial e objectivam a inclusão de pessoas em situação de exclusão social. Como não têm fins lucrativos, o lucro reverte a favor do objecto da EI.

Em vários países europeus, particularmente, em França, Bélgica e Itália as EI surgem por iniciativas sociais “através de um processo despoletado sendo posteriormente reconhecidas juridicamente e enquadradas numa legislação adaptada à realidade de cada um dos países” (Ibidem: 39). Surgem assim numa lógica de “*botton off*” (QUINTÃO, 2008: 3-4).

Em Portugal, denota-se um crescente interesse e visibilidade das EI “influenciadas pela experiência francesa” (MONTEIRO, 2004: 71). Reconhecidas em 1998 pelo Ministério para a Qualificação e o Emprego, fazem parte de um conjunto de medidas que objectivavam promover a integração pelo trabalho de pessoas com dificuldades sociais específicas ou grupos vulneráveis, tais como: desempregados/as de longa duração; ex-toxicodependentes; portadores de deficiência e jovens à procura do primeiro emprego. Estimuladas pelos poderes públicos, envolvem organizações do terceiro sector.

A Portaria n.º 348-A/98, de 18 de Junho, define o regime que, no contexto do mercado social do emprego, reconhece a concessão de apoios técnicos e financeiros às Empresas de Inserção, enquanto medida de política activa de emprego promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. No artigo 4.º, define Empresas de Inserção como “pessoas colectivas sem fins lucrativos que tenham por fim a reinserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho” (PAIVA, 2006: 29). Desta forma, a legislação portuguesa permite apenas a criação de EI num quadro não lucrativo.

Somente organizações com este estatuto podem desenvolver estes projectos, a saber: misericórdias, cooperativas, fundações e IPSS.

No processo de integração, o papel da EI na inserção consiste, para além da sua actividade económica, na função de ministrar formação inserida num processo de profissionalização. Embora relativamente à questão do trabalho existam condicionantes transversais, a empregabilidade dos públicos em situação desfavorável oscila em função do mercado de trabalho.

1.1.7.2. O Papel do Partenariado

Partenariado surgiu em Portugal por via de programas europeus. Na sua obra, Rodrigues e Stoer designam o termo Partenariado sob uma perspectiva formal e informal. Na base de um modelo de provisão e sob uma visão formal, o termo Partenariado surge “como cooperação entre ‘parceiros’ de diferentes países, visto como um fenómeno de orientação para o transaccional.” Numa visão mais informal, e sob um modelo de acção, o partenariado assenta numa relação “entre entidades com os mesmos objectivos e interesses comuns, gera a Parceria, no sentido de promover projectos locais de desenvolvimento” (RODRIGUES e STOER, 1998: 6). A parceria tende a ser dominante em iniciativas de intervenção local.

O Partenariado convencionou, assim, na perspectiva dos autores “um processo pelo qual dois ou mais agentes de natureza distinta e sem que percam a sua especificidade, se põem de acordo para realizar algo num tempo determinado, que é mais que a soma deles, ou que cada um só não poderia fazer ou que é distinto do que já fazem, implicando riscos e benefícios que partilham” (Ibidem:34).

Significa que a parceria é mais do que um diálogo, mais do que fazer parte de uma acção conjunta. É estar inserido no conceito de coordenação onde o compromisso tem um carácter organizacional entre as partes. Perspectivando-se a parceria como uma forma de desenvolver relações-ponte entre as várias organizações, assente numa partilha de decisões, assumindo um valor participativo entre as diferentes partes da sociedade. Estivill refere a parceria “como uma aceitação superadora das diferenças, um ‘saber estar com os outros’ num diálogo que permite assumir e distribuir responsabilidades para uma intervenção posterior” (ESTIVIL et al., 1997:35).

Neste âmbito, o recurso a parcerias enquadra-se na problemática das redes. Avaliando este conceito, considera-se que “uma rede constitui-se pela articulação de nós determinados transversalmente por conexões que são *a priori* heterogéneos no tempo e no espaço” (CASTELLS, 2002: 606). As redes implicam actores colectivos e/ou individuais e regras que asseguram o funcionamento da estrutura base, define-se como uma infra-estrutura (conexões técnicas) e uma ‘infoestrutura’ (regras e normas) que auxiliam as iniciativas dos actores para estabelecer relações específicas. Constituídas por “estruturas abertas, capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objectivos de desempenho) ” (Ibidem: 607). Apontam para uma relação organizacional assente numa

plataforma comum, combinam diversos recursos com objectivos económicos e sociais, adoptando o princípio de responsabilidade mútua na partilha de riscos e benefícios. Essa relação é considerada por HIERNAUX (in ESTIVIL et al., 1997: 77-88) como uma relação em torno da utilização de recursos e/ou descoberta de interesses comuns articuláveis, traduzindo-se na utilização conjunta de recursos disponíveis.

Os princípios de parceria, segundo GEDDES (in Idem: 89-118), têm sido fundamentais no desenrolar das iniciativas comunitárias⁵, na difusão dos fundos estruturais e nos programas de acção social. Representam, em termos gerais, instrumentos fundamentais de defesa de um conjunto de interesses locais, actuando com ampla influência, junto das políticas nacionais e ao nível europeu. Assente neste campo de acção, o princípio de parceria é aceite como uma fórmula de progresso no combate contra a exclusão social.

Segundo o relatório do Observatório da Comunidade Europeia (1992) sobre as Políticas Nacionais de Luta contra a Exclusão Social, os parceriados assentes na exclusão social devem orientar as suas directrizes segundo as sociedades europeias. Neste âmbito a participação dinâmica das comunidades enquadra as suas acções nas políticas sociais sectoriais relacionadas com educação, saúde, habitação. As suas acções são dirigidas às populações e comunidades locais onde se concentram os problemas sociais específicos (grupos étnicos, migrantes, mulher, crianças, idosos, jovens e deficientes). Neste contexto, o objectivo do parceria é proporcionar respostas aos principais problemas e às necessidades prementes da população mais carenciada e ainda difundir competências e recursos para as áreas mais desfavorecidas.

⁵ Os fundos estruturais comunitários, no período de 1994-1999, possibilitaram o crescimento do parceria, a título de exemplo o programa LEADER II - para o desenvolvimento rural, o programa NOW - para reduzir o desemprego feminino, o programa URBAN - dirigido a bairros urbanos, o programa INTEGRA - destinado aos grupos sociais desfavorecidos em geral. Em particular o programa de combate à Pobreza III da Comissão Europeia, que terminou em 1994, promoveu grandes avanços na criação de parceria local no combate à exclusão social.

2. Diagnóstico

Na óptica de Glória Serrano o diagnóstico “é uma fase de vital importância para a elaboração de projectos (...) constitui umas das ferramentas teórico-metodológicas mais importantes para nos aproximarmos do conhecimento da realidade de estudo” (SERRANO, 2008: 29). Sendo que o diagnóstico é elaborado a partir de dados recolhidos na investigação, assente numa metodologia participativa com o objectivo de compreensão da realidade e uma maior percepção na área de intervenção.

Neste âmbito, Isabel Guerra defende uma “concepção de metodologia participativa de projecto entendida como uma metodologia científica de intervenção, baseada numa lógica de operações sequentes” (GUERRA, 2002: 119). Traduzindo-se num conjunto de operações que deixem produzir uma exposição antecipada e que aponte para um processo de transformação do real. Conjugando a diversidade de perspectivas existentes, a necessidade de interferir sobre os problemas, por fim otimizar os recursos e otimizar os investimentos.

Assim, a investigação pretende avaliar a actuação de organizações no âmbito da inserção socioprofissional dos seus públicos, analisando as seguintes dimensões, a saber: estrutura da organização e modelo de gestão, estratégias organizacionais face às necessidades dos seus públicos, actuação na inserção socioprofissional, e o papel das parcerias como alicerce nas relações sociais. Outra questão que se pretende avaliar, de uma forma geral, é a perspectiva de projectos de futuros.

Passa-se a explicar a Reflexão Metodológica.

2.1. Sobre a Importância do Diagnóstico

O conhecimento científico tem sido gerado por dois tipos de raciocínios - o raciocínio ‘indutivo’ de origem experimental e o raciocínio ‘dedutivo’ de origem racionalista. Francis Bacon defensor do método indutivo “considerava que a ciência devia basear-se na indução e na experimentação” (apud FREIXO, 2010: 92-97). Para o autor era importante uma ciência baseada em experimentações organizada, seguidas de um registo sistemático dos resultados.

Deste modo, na perspectiva de Bacon, o raciocínio indutivo sustenta-se na investigação, processo onde o investigador deve, numa primeira fase, fazer o maior número possível de observações, na segunda fase, classificar e associar ao fenómeno de estudo os dados observados, na terceira fase, deve estabelecer enunciados a partir de observações iniciais e, por fim, na quarta fase, as hipóteses formuladas na fase anterior devem ser verificadas com mais rigor. Nesta óptica, o raciocínio indutivo faz-se do particular para o geral.

No campo do conhecimento indutivo “a prioridade de análise estratégica é dada ao terreno, à estruturação de um campo de acção, e ao desenvolvimento de modelos descritivos e interpretativos” (GUERRA, 2002: 49). Neste tipo de análise dá-se primazia às comparações, de forma a colocar os meios de acção em situações de proximidade ou de distanciamento. A análise é pois direccionada para uma mudança.

No averbamento de Isabel Guerra, esta é uma teoria que se aproxima da ‘investigação-acção’, pela atenção específica dos contextos de acção e pela convicção da sua utilidade em processos de mudança. Os resultados de pesquisa reflectem o resultado de uma recolha e de um tratamento de dados abertos e multifacetados que objectivam uma teoria, prestando-se “uma atenção particular às formas de recolha, escrita e apresentação de dados” (GUERRA, 2002: 73).

Nas múltiplas formas de apreensão do real trata-se de seleccionar com clareza a abordagem que se pretende privilegiar. Na opinião de Danielle Ruqoy, “o procedimento indutivo parte da observação do terreno; pode abrir pistas de investigação muito originais. A observação parte do terreno. Na sua base encontra-se uma pesquisa exploratória, fase aberta na qual o investigador, se familiariza com a situação de um fenómeno e tenta descrevê-los e analisá-los” (in ALBARELLO et al., 2005: 97)

Como já referido a investigação implica, desde o início uma posição interpretativa, comportando a técnica da entrevista que na perspectiva de Quivy e Campenhoudt se constitui um “método distinto pela sua aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008: 192), permitindo ao investigador através de um contacto directo com os seus interlocutores retirar elementos reflexivos muito ricos.

No registo de Ghiglione e Matalon, a entrevista com o objectivo de diagnóstico é utilizada como fonte de informação que lhe permitirá identificar determinados elementos e assim realizar um diagnóstico. Os autores distinguem três tipos de entrevistas, consoante as suas características “não-directivas, semi-directivas e directivas ou estandardizadas” (GHIGLIONE e MATALON, 1993: 91). A entrevista não-directiva entende-se como tendo um carácter ambíguo, contentando-se apenas com o tema do assunto. A entrevista semi-directiva situa-se num nível intermédio entre o conhecimento completo anterior da situação por parte do investigador, o que remete para a entrevista directiva (...), e uma ausência de conhecimento que remete para a entrevista não-directiva” (Idem: 96). Neste tipo de entrevista, o entrevistado deve responder por si próprio sob os seus parâmetros de referência. Ao entrevistador cabe direccionar o seu discurso ao tema pretendido, através de um esquema de entrevista no qual a disposição das perguntas obedece a uma ordem pré estabelecida. Na perspectiva dos autores mencionados, é um tipo de entrevista que pretende “aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido” (Idem: 97). A entrevista directiva ou standartizada é uma entrevista fechada, muito próxima do questionário.

Quivy e Campenhoudt indicam a entrevista semi-directiva como a mais utilizada em investigação social. Corresponde a um tipo de entrevista “em que o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber informações por parte do entrevistado” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008: 194). Assim, a entrevista deve ser orientada em função do objecto de estudo produzindo um quadro de dados de uma informação fiável, completa e adequada.

Na opinião de Danielle Ruquoy, para assegurar a pertinência e a qualidade dos dados, o entrevistador “deve-se dirigir a três aspectos de interacção: o tema da entrevista ou objecto de estudo, o contexto interpessoal e as condições sociais da interacção.” (in ALBARELLO et al., 2005:

96). Quer isto dizer que para a formulação das questões, o pensamento deve formular-se, desde logo interpretativo, deve explorar e clarificar todos os pontos de interesse. O contexto interpessoal reside no processo da descoberta, na forma como o entrevistador explora o seu tema, adquirindo uma posição neutra, a que Carl Rogers define por “neutralidade benevolente”, não devendo vincar a sua posição sobre o assunto, mas estimular o discurso do interlocutor, criando um clima de confiança que permita o desenvolvimento de comunicação interactiva. (in ALBARELLO et al., 2005: 100). O processo de interacção social reside no processo de selecção das pessoas a entrevistar e no posicionamento entre entrevistador/entrevistado. Uma entrevista no registo semi-directivo traduz-se numa conversa com o acordo de duas partes quanto ao tema da entrevista e espaço onde se desenrola.

Tendo como principal propósito desenvolver uma metodologia de análise indutiva, o processo que conduziu à recolha de dados por entrevista e a sua posterior análise empírica, decorrente do contacto directo com os representantes das organizações objecto de estudo, encontra justificação perante a informação disponível e nos interlocutores que a veiculam, e não na de uma forma lógica hipotético-dedutiva que testa relações entre variáveis.

O tratamento da informação assenta nas directrizes da corrente *grounded theory* e na abordagem biográfica, particularizando a análise textual e a sua utilidade no raciocínio indutivo que por consecutivas operações de categorização procura produzir um conhecimento teórico. Assente numa “perspectiva interaccionista permite captar as ‘subjectividades’ e compreender de que modo a conduta é continuamente remodelada de modo a ter em conta as expectativas dos outros” DIGNEFFE (in ALBARELLO et al., 2005: 203), captando as intervenções entre o funcionamento individual e o social.

A corrente *grounded theory* é “uma teoria que decorre indutivamente do fenómeno que ela apresenta” (DEMAZIÈRE in GUERRA, 2002: 73). Esta é uma teoria que assenta em três pressupostos, segundo o autor, muitas vezes contraditórios entre si:

[Em primeiro lugar, considera-se que a finalidade de uma investigação sociológica é o alargamento do conhecimento, quer teórico, quer científico, quer dizer a elaboração de um conjunto de “categorias” (chamarmos-lhe geralmente “conceitos”), mas também “propriedades” e “relações” (também chamadas por “hipóteses”) destinadas a compreender os comportamentos.

Em segundo lugar, reconhece-se que a ciência e os conceitos que suportam uma investigação não lhe são pré-existentes, mas constituem o seu produto. A investigação é considerada uma teorização (*generating theory*), quer dizer uma elaboração progressiva e continuada de conceitos, propriedades e relações fundamentada nas informações recolhidas em terreno empírico (*grounded*) através de formas diversas (inquéritos, entrevistas, etc.), mas a partir das quais os cientistas sociais elaboram as suas teorias.

Em terceiro lugar, a investigação-acção parte sempre do terreno (o campo do real) que inicia a problematização e pretende voltar ao terreno para resolução dos

problemas identificados. A relação entre a teoria (já concebida e, pelo menos, parcialmente organizada a partir de problemas semelhantes) e terreno pode ser “indutiva” ou moldável.]

(GUERRA, 2002: 74)

À luz desta corrente o conhecimento é produzido no terreno, em confronto com o real, implica um trabalho de descoberta, de comparação que leve à formulação de um processo compreensível num campo empírico preciso.

Para o nosso estudo optámos por utilizar a metodologia de análise indutiva, de tipo aberto. As operações empreendidas no tratamento da informação decorrente das entrevistas seguem o faseamento proposto por Christian Maroy. Na sua opinião “a operação intelectual básica de uma entrevista consiste essencialmente em descobrir categorias, ou seja, classes pertinentes de objectos (...) ou de acontecimentos. Trata-se também de definir as suas prioridades específicas e construir um conjunto de relações entre essas classes” (in ALBARELLO et al., 2005:118-119).

A criação das categorias e a importância da construção das relações variam segundo a descrição pretendida. Assim, apontam-se dois tipos de descrições: a descrição simples, quando o investigador aplica um esquema de análise já existente que lhe permite classificar o seu material, e a descrição analítica ou esquema teórico, na qual o investigador desenvolve as categorias pertinentes a partir das quais compreende e descreve a realidade observada. Este é um tipo de análise que o autor relaciona com a “sociologia compreensiva”. Pela interpretação tenta mostrar uma situação e posteriormente explica as suas causas e efeitos. (Ibidem: 121).

A descrição analítica pode ser alargada e a partir de dados contextualizados e fundamentados construir uma teoria. Para Glasser e Strauss (1967) autores da *Grounded Theory*, os investigadores no campo social devem desenvolver outros campos de investigação. Para além da investigação lógico-dedutiva, “a teoria é concebida como um processo, um conjunto de conceitos que continuaram a ser desenvolvidos, como uma entidade em constante desenvolvimento e não como um produto acabado” (Ibidem).

O procedimento de análise proposta por Christian Maroy articula três actividades cognitivas: a redução de dados que assenta na necessidade de formular opções, conservar ou excluir dados, processo que se realiza ao longo de toda a investigação; a apresentação e organização dos dados que incide na forma de dispor os dados de modo a permitir extrair uma interpretação e, por fim, a legitimação dos resultados alicerçados em teorias plausíveis.

Neste sentido, o procedimento de análise de dados de entrevista consiste em organizar por etapas as referidas actividades. A primeira etapa baseia-se no trabalho de descoberta e redução de dados, cujo objectivo principal é gerar um fio condutor e produzir algumas interpretações de carácter provisório. Na perspectiva da autora, esta é uma “fase, muitas vezes paralela à recolha, as primeiras impressões retiradas das entrevistas, permitem gerar as primeiras ideias, interpretações ou conceitos (...)” (in ALBARELLO et al., 2005: 129-131). Do

trabalho provisório de comparação, surgem as primeiras hipóteses interpretativas, reflectindo um trabalho de compreensão das realidades observadas.

A segunda etapa ocorre no período posterior ao da observação e consiste no trabalho de codificação e comparação. Nesta etapa, todo o material pertinente é codificado “dispondo uma classificação em diversos excertos de entrevistas, podendo ser feita com simples anotação na margem da entrevista” (Ibidem:143). Após a codificação, estabelecem-se as comparações. Este campo implica que todos os dados de entrevista sejam reduzidos e se agrupem e qualifiquem segundo lógicas de convergência e dissociação.

A terceira etapa, proposta por Christian Maroy, consiste na validação das hipóteses e das propostas, testando a ‘robustez’ das interpretações e prolongando o trabalho de construção teórica com o trabalho de verificação que certifique a sua validade. Para a investigação proposta, esta fase não se considera pertinente. Em substituição apresentam-se as notas conclusivas da investigação.

2.1.1. Universo de Pesquisa

A análise comparativa teve por base a entrevista semi-directiva⁶, como sendo a mais adequada ao objectivo em causa. O universo de estudo incide sobre quatro organizações, de referir que todas são creditadas pelo Sistema de Gestão da Qualidade. Para a escolha destas organizações foram ponderados dois elementos: o elemento principal assenta no objectivo comum a todas as organizações, a inserção socioprofissional dos seus públicos, e o segundo elemento de escolha consistiu em seleccionar organizações de génese diferente.

⁶ Anexo II - Guião de Entrevistas

Casos	Designação da organização	Denominação Jurídica	Localização	Ano de Fundação	Público-alvo	Entrevistado (Cargo na Organização)
A	ARTENAVE, Atelier - Associação de Solidariedade	Instituição Particular de Solidariedade Social	Moimenta da Beira	1994	Crianças, jovens e adultos inadaptados.	dr. Carlos Caixas (director técnico)
B	CASA SANTA ISABEL - Comunidade Terapêutica para crianças, adolescentes e adultos com NE	Instituição Particular de Solidariedade Social	São Romão	1981	Crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais.	dra. Paula Garcia (directora técnica) eng. ^a Ana Teixeira (responsável projecto Silvicultura)
C	CERCIG - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, C.R.L.	Cooperativa de Solidariedade Social	Guarda	1977	Cidadãos inadaptados	dr. Fernando Marques (coordenador de formação - CRL)
D	DIANOVA Portugal - Intervenção em Toxicoddependência e Desenvolvimento Social	Instituição Particular de Solidariedade Social	Torres Vedras	1984	Pessoas (ex)toxicoddependentes	dr. Rui Martins (director de marketing)

Tabela 6 - Elementos Caracterizadores das Entidades em Estudo
Fonte: Elaboração própria

Situando a opção de seleccionar organizações de origem diferente é pertinente reflectir nos seus objectivos e quais as razões da formalização de um colectivo que se insere de uma forma directa ou indirecta na promoção do desenvolvimento local.

«Surgiu pela vontade de dar respostas aos problemas da educação das crianças inadaptadas, por forma a diminuir o insucesso escolar, assente numa articulação entre a família e a escola. Inicialmente constituída por dois espaços, um espaço de psicologia e um atelier de cerâmica em instalações cedidas pela Câmara Municipal onde as pessoas passavam os tempos livres de forma criativa.» [Caso A]

«Cresceu sob influência holandesa e pela vontade de um grupo de professores e educadores preocupados com a falta de recursos educacionais e incentivos direccionados a pessoas com necessidades especiais. Promove a educação e formação profissional, define-se como uma comunidade terapêutica, uma vez que

assenta os seus princípios nos fundamentos da pedagogia curativa *Antroposofia*⁷, uma filosofia de vida que procura dar respostas através do conhecimento do mundo e do ser humano em direcção ao autoconhecimento. Esta é uma filosofia que intervém em vários campos fundamentando-se no conceito de “formação integral” do ser humano, desenvolve-se ao nível da educação artística e manual, sob aspectos intelectuais, acentuando a importância do trabalho de grupo e da responsabilização individual.

Visando proporcionar a cada pessoa a possibilidade de efectuar o desenvolvimento e a sua realização pessoal, partindo de um conhecimento espiritual e prático, pela meditação e trabalho, em função do seu bem-estar, dos outros e da natureza.»

[Caso B]

«Inserida no movimento cooperativo, nasceu com o objectivo de dar apoio educativo a crianças com necessidades educativas especiais. As crianças portadoras de uma determinada patologia dificilmente (ou nunca) conseguiam frequentar uma escola pública. Os pais e educadores sentiam-se ineficazes face a esta situação, assim a nossa missão era dar educação e escolaridade a estas crianças.» [Caso C]

«Actua em rede, constituída por um conjunto de associações e fundações sem fins lucrativos especializadas na intervenção em programas sociais e oferece resposta ao problema da toxicoddependência à escala internacional. A sua missão assenta sobretudo em desenvolver programas que proporcionem a autonomia e o progresso social de (ex)dependentes de estupefacientes.» [Caso D]

Face às posições referenciadas as motivações marcam fortemente a sua intervenção junto do público-alvo. A condução das suas acções consiste em sensibilizar a comunidade para os seus públicos, tentando criar uma mudança na realidade sociocultural dos mesmos, através de uma interacção entre a organização e a comunidade.

Numa postura analítica apreendem-se as suas diferenças e semelhanças, importa atender ao que foi dito, comparando os diferentes discursos por forma a revelar as posições, conexões e dissociações que possibilitem a interpretação dos fenómenos em causa.

⁷ Filosofia fundada por Rudolf Steiner (1861-1925), um educador, artista e esotérico. Antroposofia trata-se de uma ciência espiritualizada, antidogmática que procura incentivar no indivíduo a capacidade de observar e perceber as realidades supra-sensoriais. Uma pedagogia não direccionada exclusivamente ao tratamento de criança com necessidades especiais.

2.1.1.1. Estrutura e Modelo de Gestão

Na perspectiva de perceber se as estruturas das organizações são funcionais e de que forma são organizadas e coordenadas as actividades, empreendemos o nosso estudo sobre a forma jurídica, estrutura interna e modelo de gestão das entidades em estudo.

«A estrutura da organização estabelece-se sob a orientação das pessoas responsáveis pelos diversos departamentos que a compõem.» [Caso A]

“No meio da complexidade que é o nosso sistema organizacional, é imprescindível que cada sector execute as suas funções em prol do nosso público. Afinal é por eles que os serviços existem (...) para tal é necessário contornar, muitas vezes, as burocracias formais.” [Caso C]

«Agimos em rede, mas cada organização age como uma ‘filial’ dispõe de uma estrutura interna organizada, com profissionais qualificados de diferentes áreas de actuação, distribuídos pelas diversas direcções executivas» [Caso D]

As organizações obedecem a um sistema interno constituído pelos seus departamentos executivos. Muito próximas, actuam numa estrutura vertical, deliberadamente planeada e formalmente representada pela hierarquia dos serviços “cujo funcionamento global resulta na departamentalização, baseada na diferenciação de funções e autoridade, mediante níveis hierárquicos” (CHAMBEL, 1995: 20).

Num registo diferente e obedecendo a uma lógica estrutural distinta, o [Caso B] bane a competitividade e sustenta uma lógica de cooperação, valorizando o trabalho em grupo. Esta organização convencionou uma estrutura horizontal de comunicação informal, assente na interacção social dos seus colaboradores e do público a que se destina.

«O sistema organizacional assenta na base de numa gestão democrática. Fundamentado na partilha de responsabilidades, sustentando na contribuição equitativa entre obrigações e benefícios, integrado num ambiente de responsabilidade social e assente num clima sem escalas rígidas de categorias profissionais.» [Caso B]

Partindo do reconhecimento de que os membros de uma comunidade estão unidos por um sistema de relações, na perspectiva organizacional é importante saber como uma organização “satisfaz as suas necessidades, e atinge os seus objectivos” (MORGAN in Idem: 24).

Reflectindo sobre os discursos dos representantes das organizações todas as estruturas são funcionais. Constatou-se que nas organizações de hierarquia estrutural as relações sociais e comunicacionais, por vezes, embarcam num carácter menos formal.

Percebemos que as funções entre os diversos níveis estabelecem relações claras assentes numa coordenação de actividades de modo a atingir os objectivos propostos por cada uma das organizações.

Face à gestão, esta consolida recursos que permitem conduzir acções direccionadas à comunidade e respondem às necessidades e solicitações do seu público.

Como sistemas sociais as organizações apresentam-se como um ‘todo’ onde coexiste o sistema formal derivado de regras estabelecidas e normas de departamentalização e o sistema informal baseado no modo de interacção das pessoas dentro da organização.

2.1.1.2. Estratégias Organizacionais face às Necessidades do Público-alvo

As organizações posicionam-se na sociedade face às necessidades dos seus públicos-alvo, neste âmbito pretende-se perceber como actuam no terreno.

No discurso dos entrevistados existe consenso em torno da convicção de que as organizações devem ser activas face às respostas sociais, embora nem sempre possuam os melhores recursos quer financeiros quer em estruturas físicas.

No campo de acção, as organizações conduzem as suas estratégias de forma a criar respostas satisfatórias para seu público, partindo de uma relação directa causa-efeito entre a implementação de novas actividades e/ou criação de novos espaços.

«Inicialmente bastava a articulação entre a família e a escola, assentes entre dois espaços onde as pessoas passavam os seus tempos livres de forma criativa. Devido às novas necessidades sociais com que nos deparámos, percebemos ser necessário promover a integração social e profissional. Outras pessoas aderiram ao projecto inicial e posteriormente foi necessário criar novas instalações» [Caso A]

«A organização desenvolveu-se no âmbito de criar programas educacionais para crianças inadaptadas. Mais tarde surgiu a necessidade de criar programas curriculares para jovens e adultos com necessidades especiais. Tentamos sempre fazer face, de uma forma gradual, às necessidades do nosso público. Recentemente surgiu o projecto de silvicultura.» [Caso B]

«Num primeiro momento houve a necessidade de responder a crianças com necessidades educativas, anos mais tarde, estas crianças tinham necessidades diferentes, o que levou à ampliação dos serviços e construção de mais infra-estruturas.»[Caso C]

As estratégias empreendidas constituem um elo de ligação entre o mundo interior às organizações e o ambiente exterior, promovendo uma articulação entre as actividades organizacionais e a comunidade em que se insere.

Assente noutra perspectiva, sustentando uma lógica de promoção, divulgação e reflexão, o Marketing Social procura criar e inovar. Desta feita, o objectivo é implementar estratégias, para satisfazer necessidades estabelecendo novos paradigmas sociais.

«A nossa prioridade é implementar mudanças em persuadir o nosso público para que modifiquem deliberadamente determinados comportamentos de risco, através de desenvolvimento de acções e programas que contribuam para o progresso social de cada individuo. Através do ajustamento de certas variáveis consegue-se um desenho de implementação e controlo de programas orientados para ir ao encontro da evolução das necessidades dos públicos-alvo (sob uma estratégia de Marketing Mix). Transversalmente com outros programas chegamos a diversos públicos (não obrigatoriamente o ‘nosso’ publico), mas a pessoas em geral com o intuito de sensibilizar, prevenir e esclarecer.» [Caso D]

Efectivamente o marketing estratégico impulsiona um desenvolvimento dos serviços em qualidade. No marketing social, certas variáveis podem ser ajustadas de forma a ir ao encontro da evolução das necessidades dos públicos-alvo das organizações. Desta forma, o marketing incorpora uma vertente estratégica de promoção de causas sociais, a saber: a toxicoddependência, os sem-abrigo, o cancro da mama, a SIDA/HIV, a violência doméstica, entre tantas outras causas. Nestes contornos, consoante o desenho estratégico impulsionador, os programas de acção são orientados para grupos-alvo específicos ou para a sociedade entendida como um todo.

Relacionando as dinâmicas de intervenção organizacional directamente com as necessidades dos seus públicos é pertinente ponderar a evolução das necessidades humanas. Tomando como válida a teoria de motivação de Maslow, pressupõe-se que o Homem é um Ser indigente. Logo que satisfaça uma necessidade outra surge no seu lugar, sendo este um processo interminável pois acompanha o ciclo de vida do Ser Humano. De igual forma, as organizações apresentam capacidade de adaptação com vista às transformações sociais e assim dão resposta às necessidades dos seus públicos.

Contudo esta capacitação não é linear, muitas vezes as organizações debatem-se com problemas face aos recursos, cabe aqui perceber de que forma as organizações manobram a sua capacitação de recursos financeiros.

«As actividades próprias dos ateliês: Ateliê de Música - Instrumental e coral, Ateliê de Teatro - Oficinas de Teatro e Representação, cenários e adereços, Ateliê de Fotografia - captação, revelação e personificação de álbum. Sempre enquadrados e coordenados por pessoal da instituição mobilizam recursos financeiros. A EI é uma das estratégias para atingir os objectivos da organização, direccionada à agricultura e agro-pecuária, até agora tem sido reactiva, responde bem às solicitações dos pequenos agricultores da região. » [Caso A]

«As pessoas da comunidade e arredores aceitam bem os nossos serviços e produtos, temos a loja ‘as quatro estações’, sediada em S. Romão, que vende os produtos artesanais provenientes das oficinas; produtos frescos como: pão, croissants e bolachas provenientes da padaria; também nozes e castanhas provenientes dos produtos agrícolas. Temos ainda a prestação de serviços por parte do projecto silvicultura (EI).» [Caso B]

«Conseguiu-se o apoio Governamental dos Ministérios da Educação e do Trabalho para a criação da valência Pré-profissional. Mais tarde o Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito da formação profissional subsidia a construção de oficinas. (...)

Os produtos da Quinta Agrícola e Pedagógica direccionam-se aos consumidores em geral que procuram estes produtos de forma directa. Vendidos também em feiras de artesanato e feiras de promoção. Associados a estes produtos agrícolas estão peças elaboradas pelos cursos de carpintaria e confecções.» [Caso C]

«O Mecenato constitui-se uma estratégia de apoio a actividades ou projectos que funcionam fora da lógica do mercado, quer de âmbito individual ou empresarial, através de uma contribuição directa sob a forma monetária, doações ou serviços. O apoio à organização enquadra-se no funcionamento de Responsabilidade Social Corporativa ou de Mecenato Social, pelo que as entidades que apoiarem a organização beneficiarão do estatuto do Mecenato Social em termos de contrapartidas fiscais, para além de outras a nível de reputação corporativa.» [Caso D]

Numa acção de gestão, a capacitação de recursos financeiros consiste em gerar receitas quer por recursos internos quer por recursos externos. O manuseamento de recursos está acordado num equilíbrio entre as expectativas das pessoas que prestam apoio e a oferta de serviços por parte da organização. Tal é considerado na perspectiva de que quem apoia uma organização compartilha da sua missão, valores e objectivos, tornando-se muitas vezes seus parceiros.

2.1.1.3. Actuação face à inserção socioprofissional

Este é um processo que se conduz por princípios de intervenção concreta das organizações no terreno.

Apesar da dificuldade de empregabilidade de PNE, o modelo socioprofissional de Portugal aposta na formação das pessoas em diversas áreas, tendo por objectivo criar hipóteses reais na integração deste público no mercado de trabalho.

Nesta extensão e de uma forma concludente, as organizações criaram planos direccionados à Formação Profissional.

«Com o objectivo de promover integração social de pessoas inadaptadas, a valência formativa surge no âmbito de um ‘saber-fazer’ em qualidade, valorizando o aspecto pessoal e profissional da pessoa, traduzindo-se na optimização das suas competências e inserção socioprofissional. A Formação Profissional enquadra dois cursos que fazem face a uma região fortemente agrícola.» [Caso A]

«A Formação Profissional surge como resposta à dificuldade de integração profissional dos nossos utentes» [Caso B]

«As pessoas precisam de uma aprendizagem de preparação para a vida activa. foi neste âmbito que surgiu a Formação Profissional, primeiro nas áreas de agropecuária e jardinagem. Mais tarde constata-se a necessidade de formação sob outros domínios de intervenção profissional.» [Caso C]

«A Formação Profissional está estreitamente direccionada a um único curso e à integração profissional» [Caso D]

De salientar que em todas as organizações a Formação Profissional é creditada pela Direcção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).

Diferente das restantes, o [Caso D] para além da Formação Profissional direccionada a um único curso, alarga a sua vertente formativa a outros campos de acção. Esta vertente tem por objectivo a prevenção, promoção de saúde e inserção e direcciona-se a todas as pessoas que queiram frequentar as acções de formação, ao meio escolar e hospitalar.

De uma forma unânime a todas as organizações, as componentes formativas dos cursos Formação Profissional assentam na vertente de integração, de formação geral, formação tecnológica e práticas em contexto de trabalho. Após o termo do período de Formação, os formandos são colocados em estágio, com o objectivo de aperfeiçoar competências e potenciar o seu desempenho profissional, o que facilitará a sua integração no mercado de trabalho.

O problema surge quando após o período de estágio as pessoas não são colocadas no mercado de trabalho, informação que se transmite pelos discursos dos entrevistados e pela análise de dados que reflectem esta situação.

«Gostaríamos de integrar todos os nossos formandos, embora, seja ‘algo’ que fica aquém do nosso desejo. A grande dificuldade no trabalho apresenta-se quando o formando se situa em contexto real de trabalho e ocorre incompatibilidade de vontades, quer seja por parte da pessoa que se candidata ao trabalho quer seja por parte do empregado. Tem de haver ‘vontade de empregar’ e ‘vontade de se empregar. Quando esta dualidade falha, falha todo o processo’».» [Caso A]

«Depois do período de estágio consta-se uma dificuldade em proceder à fase contratual, agravada pelo contexto geográfico em que a instituição está inserida, e pelo próprio mercado de trabalho» [Caso B]

«Investimos na integração socioprofissional, o primeiro neste sentido consiste em fazer um *despiste* para avaliar as potencialidades do jovem e desta forma direccioná-lo ao curso em que melhor se enquadra. Temos o cuidado de tentar relacionar o curso com o carácter vocacional do formando, para que não aconteçam desilusões. É de suma importância considerar o Plano Educativo Individual (PEI) e o Plano Individual de Transição (PIT) para que haja uma adaptação total ao curso e uma futura integração profissional. Certamente, pretende-se administrar uma qualificação profissional de base, com autonomia e competências mínimas indispensáveis ao exercício de uma actividade profissional, e isso só se consegue se os formandos estiverem predispostos. Mas não podemos esquecer por um lado a actual conjuntura laboral do nosso país e a quebra dos apoios concedidos para a contratação de PNE. Leva a que o nosso trabalho de inserção no mercado de trabalho seja muito mais dificultado, quase impossível, diria» [Caso C]

«Não nos podemos esquecer que a toxicodependência é um dos problemas mais graves da nossa sociedade. As pessoas vêem a toxicodependência associada a outros componentes de saúde sendo o pior de todos o HIV. O problema do trabalho não pode ser visto de forma isolada, primeiro é essencial ‘ser’ só a partir desta raiz existe equilíbrio entre a pessoa, família e trabalho. Já neste ponto o trabalho é um desafio que o nosso tempo coloca. Um desafio muito difícil de se alcançar. Associado aos problemas de saúde colocados pelos empregadores, coloca-se a questão, e se retorna ao vício? Apesar de todas as relutâncias, conseguem-se colocações.» [Caso D]

A condução das acções de Formação Profissional assenta na ideia de que a empregabilidade dos seus públicos não passa apenas por arranjar emprego, mas sim capacitar as pessoas com potenciais capazes de responder às oportunidades do mercado de trabalho. Assim, as acções de formação são desenvolvidas para dar respostas no sentido da inserção profissional no mercado de trabalho.

Contudo, pelos quadros representativos da Formação Profissional percebe-se que em 2008 houve uma percentagem de empregabilidade razoável. Pelos relatos dos interlocutores, esta era uma realidade que vinha sendo habitual. Depois do estágio conseguiam-se estabelecer contratos mesmo que fossem a termo certo. Após 2008, o número de realização de contratos diminuiu, realidade que pode ter sido motivada pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 290 de 12 de Outubro de 2009, que altera as condições de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade e ainda o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada. Esta situação não se reflecte no Caso D, uma vez que a empregabilidade deste público não está directamente associada a esta lei.

A actual situação do país face ao desemprego e a quebra de apoios de inserção laboral agravam esta situação. Neste campo, é primordial a sensibilização junto dos potenciais empregadores, trabalho que tem sido feito pelos técnicos de inserção das organizações e pelos técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) como se percebe pela validação dos seguintes discursos:

«O IEFP, tal como outras entidades, funcionamos em parceria. É através do IEFP que temos acesso ao Guia Organizativo da Formação Profissional e Certificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades, e tem um papel mediador entre a organização e os empresários, quer ao nível de estágios quer ao nível de empregabilidade.» [Caso A]

«Para proceder à empregabilidade dos jovens é notória a colaboração dos técnicos de emprego do IEFP. São eles que sensibilizam os empresários da região e dão início ao processo de estágio. Posteriormente, caso seja possível a contratação, são eles que accionam o processo de contratação efectiva.» [Caso B]

«O apoio à empregabilidade destes jovens passa pelo encaminhamento do IEFP da Guarda, Covilhã e Pinhel, com quem existe um protocolo. Seguindo o referencial de Apoio à Colocação é feito o primeiro contacto com a 'entidade hospedeira'. Posteriormente é feita uma reunião, estando presente o técnico do Centro de Reabilitação Profissional (CRP), o formando e o responsável pela 'entidade hospedeira'. Nesta fase tenta-se avaliar a possibilidade de contratação do jovem. O acompanhamento pós-colocação visa apoiar a entidade empregadora na construção do projecto profissional da pessoa a empregar, e faz um apoio continuado ao jovem e à 'entidade hospedeira' até confirmar a integração total do jovem no posto de trabalho.» [Caso C]

«O IEFP tem um papel de destaque no encaminhamento de estágios e, caso seja possível, na empregabilidade efectiva.» [Caso D]

Como é possível deduzir pela legitimação dos discursos, a promoção de empregabilidade e o investimento na inserção profissional são travados por condicionalismos exteriores aos técnicos de inserção.

Desta forma, as organizações alargaram o seu âmbito de intervenção à dinamização de unidades produtivas no quadro do mercado social de emprego, através da criação de Empresas de Inserção.

«Com o objectivo de facilitar a inserção laboral e assim promover a reabilitação psicossocial e financeira de trabalhadores com deficiência e desempregados de longa duração, foi fundada a Empresa de Inserção. Esta entidade promove o trabalho a alguns formandos da Formação e presta serviços no sector primário. As actividades assentam nos serviços de jardinagem (arranjo, manutenção, construção e limpeza de jardins), agricultura, pecuária, limpeza (matas, caminhos e arruamentos, riachos, entre outros), e limpezas domésticas. As actividades mais solicitadas pelos clientes são os serviços agrícolas, área onde se detecta uma enorme carência de mão-de-obra.» [Caso A]

«Como alternativa à criação de emprego no mercado normal de trabalho, surge a Empresa de Inserção com o objectivo de criar novas oportunidades de trabalho para os formandos e para pessoas em fase de desemprego, e potencializar as áreas de produção da instituição.» [Caso B]

«A formação estritamente profissional está na base da EI e desenvolve competências profissionais na área da floricultura. Tem como objectivo responder às dificuldades de emprego que estas pessoas sofrem durante e após a reabilitação, e assume-se como uma medida de transição para o mercado normal de trabalho na área da floricultura.» [Caso D]

Para além de surgirem como dinamização produtiva visando a inserção no mercado de trabalho dos seus públicos, a EI tem como objectivo possibilitar a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, preparando o seu público para o exercício de uma actividade profissional.

Também neste ponto se apontam algumas limitações ao nível da empregabilidade efectiva dos seus públicos. As empresas de inserção facultam uma formação profissional de seis meses, que permite às pessoas uma preparação que as torne capazes de integrar o mercado de trabalho ou criar o seu próprio emprego. Não existem dados concretos face à empregabilidade da EI. Pelos discursos dos entrevistados, obteve-se a informação de que após os contratos de trabalho, ao fim dos dois anos, refaz-se o ciclo da EI, ou seja:

«A EI tem sido responsável pelo acréscimo de rendimentos de algumas famílias para quem estes eram escassos ou esporádicos. Alguns acabaram mesmo por ser integrados num emprego definitivo. Outros tiveram a oportunidade de beneficiar de um período estável de emprego.» [Caso A]

«A EI criou 8 postos de trabalho, dos quais 3 fazem parte do quadro da organização, e 5 encontram-se em processo de especialização. Estas 5 pessoas encontram-se ao abrigo da lei de contratação das EI, desta forma de 2 em 2 anos reinicia-se o processo formativo/especialização. A EI assume-se como uma medida de transição para o mercado normal de trabalho na área da floricultura, as pessoas adquirem competências para criar o seu próprio trabalho caso assim o pretendam.» [Caso D]

Em relação ao [caso B] a Empresa de Inserção é recente, e como tal ainda se encontra em processo de arranque.

Podemos concluir que as Empresas de Inserção são uma estratégia das entidades promotoras na promoção socioprofissional dos seus públicos, muitas vezes como única garantia de oferta de trabalho. Contudo, existe alguma insatisfação face à empregabilidade efectiva. As EI deveriam ser uma passagem para uma inserção directa no mercado de trabalho e, frequentemente, são um fim que termina no desemprego. Esta realidade passa, na opinião de Júlio Paiva, pela “fraca articulação entre as empresas de inserção e as entidades promotoras ao nível da integração de públicos, não se promovem acções de sensibilização e não existem programas de integração fora das empresas de inserção” (PAIVA, 2006: 49). Nesta óptica, é necessário realizar mais esforços de ligação às entidades locais no sentido de se construírem parcerias e acompanhamento dos projectos da EI.

Uma situação diferente é o [Caso C] que não comporta Empresa de Inserção, porém tem um papel activo como se pode confirmar pelo discurso do seu representante.

«Ao nível da inclusão actuamos através do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) que age em conformidade com a Direcção Regional de Educação do Centro, promovendo a igualdade de oportunidades através de uma diversidade de apoios especializados. Através deste centro e em concordância com a Informação, Avaliação e Orientação Profissional (IAOP), os jovens com NEE, quando não colocados no mercado de trabalho são contratados para trabalharem nas instalações da organização.

Assim como alguns jovens e adultos sem qualificação profissional e/ou com necessidades de construção de um projecto de vida, autónomos e inscritos no IIEFP através do Apoio à Colocação (AC), podem ser contratados por nós.» [Caso C]

Conseguimos perceber que as organizações em geral criam respostas face à inserção socioprofissional. São capazes de identificar e desenvolver oportunidades de inserção dos seus públicos, desenvolvendo acções de sensibilização junto de entidades patronais. Em simultâneo são capazes de desenvolver novos mercados, novas oportunidades no quadro da inserção socioprofissional. As opções estratégicas são feitas perspectivando a formação e a empregabilidade dos seus públicos.

Retomando a perspectiva de Júlio Paiva é de referir que as organizações não actuam isoladamente e que todos os seus esforços passam pelo estabelecimento de parcerias.

1.2.2.4. O Papel das Parcerias como Alicerce nas Relações Sociais

O modelo de acção de Parceria tende a ser dominante nas iniciativas que se estruturam por organizações de intervenção local, este é o modelo identificado pelos entrevistados ao abordar a dimensão das suas relações organizacionais com outras entidades quer publicas quer privadas.

«Desde o seu arranque a organização contou com ajuda de parceiros, as estratégias foram ‘evoluindo’ consoante as necessidades do nosso publico, obrigatoriamente as estratégias passam pelo envolvimento de novas parcerias. Fazemos parte da Rede Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), distribuídos pelo país contribuimos para a gestão da informação e do conhecimento, através de uma pesquisa, recolha, tratamento e difusão, tanto a nível interno como a nível externo.

Através do seu Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) a organização anima o *cluster* - Formação para o Desenvolvimento Regional e Local (FDRL), e IN(for)DEMO.

Para além destas parcerias integramos ainda a rede “Construir Juntos”, cujo objectivo se pode resumir como uma iniciativa de combate às desigualdades e à realização plena dos direitos das crianças.

Reiteramos ainda a importância da Parceria sob duas vantagens estruturantes que, em meu entender, funcionam através do desenvolvimento e integração em redes de informação, e os ganhos de escala e de massa crítica.

A inovação e a competitividade destas instituições devem alicerçar-se no desenvolvimento de uma ecologia das aprendizagens, em parceria, e, como tal, na gestão do conhecimento de base territorial. Partilhamos da ideia de que juntos trabalhamos melhor, partilhamos ideias e formação.» [Caso A]

«As parcerias estabelecem-se sob a responsabilidade social, com as escolas, a Câmara Municipal de Seia, e o IEFP» [Caso B]

«Perante o empenho em encontrar as melhores soluções para os novos desafios que surgem, e assim criar novas respostas sociais, é imprescindível fortalecer as parcerias já existentes, com a Fenacerci, Câmara Municipal da Guarda, Nerga, Instituto Politécnico da Guarda, IEPF da Guarda e Ensiguarda.

Manter e estabelecer protocolos com instituições similares e outras entidades, com o intuito de partilha de experiências. Sobretudo incrementar parcerias estratégicas para conseguir estabelecer pontos de articulação com os problemas sociais e criar uma maior proximidade da comunidade local.» [Caso C]

«A organização acompanha as mudanças sociais, o que redefiniu o seu posicionamento institucional criando novas linhas orientadoras sobre as novas problemáticas de âmbito social. Com base nesta orientação e no âmbito da parceria, são celebrados acordos, que alargam a oferta dos serviços na área de prestação de cuidados de saúde, social, educação, formação e capacitação. De entre muitos protocolos, saliento: a Câmara Municipal de Torres Vedras, o Centro de Emprego de Torres Vedras, a Comissão Distrital de Lisboa da Luta Contra a SIDA, o Instituto da Droga e Toxicodependência, o Instituto Português da Juventude, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa e Porto.

Estamos, também, ligados a filiações nacionais, a título de exemplo: a Federação Portuguesa de Instituições Sociais Afectas à Prevenção da Toxicodependência. E com filiações internacionais, também a título de exemplo: Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

Estamos convencidos de que o futuro passa por encontrar um equilíbrio entre a nossa capacidade de serviço e o sermos promotores da transformação social, isto só se consegue promovendo uma cultura de cooperação.

Como agente social a associação participa em diferentes redes nacionais e internacionais formadas por pessoas que necessitam umas das outras para alcançar objectivos económicos, psicológicos e sociais comuns são a essência deste sector.» [Caso D]

Desta análise concluímos que a Parceria é uma prática comum nas relações institucionais, dirigidas a iniciativas tanto públicas como privadas, e assim promover a intervenção sobre o desenvolvimento local. Na maioria das organizações é no local que existe a esfera social, onde se encontram os agentes parceiros, onde existe as interconexões práticas e o lugar onde se confronta a lógica de inserção. Atendendo a uma lógica de génese diferente, o [Caso D] para além das parcerias locais alarga a sua redes de relações quer ao nível nacional como internacional.

1.2.2.5. Perspectiva de Projectos Futuros

Todos os entrevistados desenvolveram um argumento identificando progressos face à intervenção no domínio da promoção da inserção social dos seus públicos e colocam no horizonte a ambição de atingir novas metas.

«As perspectivas de futuro “partem por manter as respostas sociais em funcionamento e dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido, procurando manter a integração participativa através da associação com algumas estruturas locais, regionais e nacionais, que facilitem ou potenciem os nossos e seus objectivos.» [Caso B]

«Na última década a organização tem tido um impacto social significativo, sob uma holística tem uma relação estreita de cooperação com parceiros de objectivos comuns. Por aqui passam todos os nossos projectos futuros, todos com base no desenvolvimento e impulsionamento das pessoas.» [Caso D]

Não especificando concretamente nenhum projecto futuro os entrevistados deixam claro que o futuro e eficácia de qualquer projecto passam pelas relações em rede. Estas relações em rede são formadas por pessoas que necessitam umas das outras para alcançar objectivos económicos, psicológicos e sociais comuns. Concordando com este parecer, os seguintes casos divulgam os seus projectos embora necessitem da criação de novas infra-estruturas e do aval do Estado português e outras entidades. Neste sentido, podemos dizer que são projectos embrionários⁸.

«Como projecto futuro, já estão dados os primeiros passos para o desenvolvimento de um espaço de produção e venda de produtos agro-florestais, de forma a dinamizar a criação de emprego e incentivar a formação e produção agro-florestal. Projecto que se candidatou ao Fundo Social Europeu, Estado Português e neste momento está a aguardar desenvolvimentos.» [Caso C]

«Neste momento estamos a fazer diligências para implementação do método IOD, um projecto que mobiliza intervenções na área da inclusão laboral. Contraria a estratégia actual da procura de trabalho. As actuais estratégias de integração num emprego partem pela apresentação de um currículo (vários). Os candidatos ao posto de trabalho são avaliados ao nível curricular e posterior entrevista. Com o método IOD através de uma bolsa de candidatos, as pessoas são contactadas em função das necessidades do empregador.» [Caso A]

⁸ Os entrevistadores deram autorização para serem referenciados

Este é um método conduzido pela TRANSFER IOD que opera na Bélgica, uma organização cuja missão é criar recursos para a inserção profissional das pessoas em dificuldade no acesso ao emprego. A organização pretende usufruir os direitos deste projecto para contrariar a conjuntura de inserção no mercado de trabalho. Neste ponto o entrevistado coloca a questão - «será que Formar para Inserir é mesmo a solução? Se tentássemos também Inserir para Formar?». (cit. [Caso A]) Parece-nos ser um projecto arrojado, com uma nova perspectiva sobre o mercado de trabalho. Podemos, no entanto, questionar de que forma será aprovado em Portugal e quais os organismos que o tutelam. Este é um projecto que traduz uma nova experiência, sob uma articulação de parcerias entre diversos actores, que procura demonstrar uma alternativa viável.

Na perspectiva dos entrevistados, os projectos futuros enquadram-se numa dinamização comunitária com base na capacitação das pessoas, encarando-as como agentes activos do seu próprio futuro.

1.3. Notas Conclusivas do Diagnóstico

Em torno das dimensões de análise percebemos que as organizações em estudo surgiram para dar respostas a problemas sociais concretos dos seus públicos. Desenvolveram um crescimento organizacional gradual face à evolução das necessidades das pessoas a que se destinam, tornando-se motivadores de mudança. Independentemente da forma estrutural que assumem, valorizam as suas estratégias em relações de parceria reforçando a sua participação no terreno, consolidam as suas acções no âmbito da inserção socioprofissional. A formação profissional apresenta-se como uma ferramenta que capacita os indivíduos com qualificações profissionais e lhes permite a inserção no mercado de trabalho, transversalmente as empresas de Inserção seguem o mesmo fundamento.

Neste horizonte o método formação/profissionalização/parceria constitui a base de todo o procedimento de inserção.

Com base na significação de diagnóstico de cuja finalidade se direcciona em saber “o que fazer” (INDÁNEZ e ANDER-EGG, 2008: 24), percepcionou-se um quadro - situação através do qual se estabelece uma estratégia de actuação. Na óptica dos autores, o diagnóstico serve para assegurar a trajectória de acção a seguir desde a “situação inicial” até alcançar a “situação objectivo” (Idem:25).

Transportando a teoria para prática, a conclusão do diagnóstico dá-nos a conhecer que a empregabilidade de PNE, apesar de todos esforços das organizações, está em fase de retrocesso o que constitui um centro de interesse motivador para nós, sobre o qual perspectivamos uma oportunidade de mudança relativamente a esta situação.

Objectivando uma oportunidade de mudança recorre-se a uma visão ‘prospectiva’, visando um “futuro provável” tendo como suporte de reflexão as orientações passadas e presentes “como um suporte de decisão actual em função de um cenário desejável” (GUERRA, 2007:160). Com este intuito prosseguimos o desenvolvimento do presente projecto.

Parte III

1. PLANIFICAÇÃO

Qualquer acção de cariz social necessita de ser planeada. Seguindo a orientação de Glória Serrano, uma planificação implica, desde logo, saber em ponto nos situamos, e tomá-lo como ponto de partida para desenvolver acções no sentido de alcançar os objectivos programados a curto, médio e longo prazo.

Na perspectiva de Ander-Egg a “planificação consiste em introduzir organização e racionalidade na acção” (apud SERRANO, 2008: 37), por recurso a um conjunto de procedimentos racionais na organização de acções previstas para alcançar os objectivos, contando sempre com a limitação de recursos.

Posto isto, passamos, pois, a expor a planificação do nosso projecto.

1.1. Objectivos

Segundo nos diz Glória Serrano, os objectivos “são os propósitos que se pretendem alcançar com a execução de uma acção” (SERRANO, 2008: 44).

Assim, o propósito central do projecto tem como acção principal a inserção socioprofissional de Pessoas com Necessidades Especiais no mercado de trabalho. Este processo assenta em estratégias que valorizam as aptidões e capacidades de cada indivíduo e o seu grau de envolvimento na actividade profissional, facultando a sua entrada e permanência numa actividade produtiva.

Para dar vida a este projecto tomamos como ponto de partida a premissa de que o trabalho é o elemento fulcral para a vida em sociedade, permitindo satisfazer as necessidades básicas do indivíduo. Uma vez que o elemento ‘motivação’ foi fortemente referido na nossa investigação empírica, cabe-nos fazer uma breve referência ao comportamento motivacional do ser humano. Na sua obra, Sandra Michel dá voz a Maslow e ao modo como ele explica o comportamento motivacional, entendendo-se a motivação como o resultado de estímulos que agem sobre os indivíduos levando-os à acção. Após a satisfação das necessidades básicas e de estima surge a auto-estima que se revê na auto-realização, com vista à realização máxima individual. Desta forma, assume-se a ideia de que “o que um homem é capaz de ser, deve ser”. A mesma autora cita, ainda, o significado que Herzberg atribui ao desempenho da tarefa, introduzindo a importância dos factores intrínsecos, situados no interior do indivíduo e ligados à forma como a pessoa vivencia os seus objectivos. Os factores extrínsecos, por seu turno, resumem-se a uma recompensa satisfatória, sendo “o salário a recompensa extrínseca por excelência, enquanto o orgulho de ter envidado determinado esforço, de ter tido sucesso numa determinada tarefa, o prazer de ter executado correctamente o seu trabalho são recompensas intrínsecas” (apud MICHEL s/d: 19).

Por outro lado, Vroom desenvolveu a teoria da expectativa, que consiste numa abordagem cognitiva em que o processo de motivação é explicado em função das opções e objectivos de cada pessoa, “o comportamento e o desempenho dos indivíduos são o resultado de

uma escolha consciente, sendo que geralmente o comportamento escolhido é o que se traduz numa mais-valia para o indivíduo.” (apud CHIAVENATO, 1993: 75).

Como se constata, entendemos que a motivação é um elemento inerente ao ser humano e está relacionada com a personalidade de cada indivíduo, levando-o a comportar-se de acordo com as suas necessidades e objectivos.

Incidindo na teoria de Vroom, para quem o factor essencial na resposta às necessidades básicas são as condições de trabalho, e na opinião de PAIVA, que considera o exercício de uma profissão como “uma forte componente psicológica que contribui significativamente para a integração social (...), a estabilidade laboral garante um rendimento fixo (...)” (PAIVA, 2006: 47), parece-nos pertinente criar um projecto que contribua para a mudança. Um projecto que objectiva criar postos de trabalho efectivos para um grupo-alvo de pessoas que, à partida e de forma ‘natural’, têm menos probabilidades de entrar no mundo do mercado de trabalho. Em consequência da sua empregabilidade têm acesso à saúde, educação e habitação permitindo-lhes fazer uma integração sólida na sociedade e formar os seus laços nessa mesma sociedade.

Na opinião de Aguillar, para que os objectivos “adquiram um carácter operativo devem ser caracterizados a um nível mais particular, ou seja, o que se pretende é a realização do projecto dentro de um prazo de tempo específico e num espaço delimitado” (AGUILAR et al, 2001: 35). Estes objectivos quantificados e qualificados são enquadrados nas metas a atingir.

1.2. Metas a atingir

Formular metas é assinalar a quantidade e qualidade dos objectivos que pretendemos alcançar. Como tal, devem ser realistas, acessíveis e conformes com os meios disponíveis.

Na base da dimensão temporal as metas são planeadas a curto e médio prazo, são metas operacionais que reflectem o nosso objectivo de empregabilidade e se vão adaptando ao desenvolvimento da actividade.

	Objectivos	Actividade a desenvolver	Tempo	Meta a atingir	Meta a Atingir em 5 anos
Etapa I	Oferecer 5 a vagas	Formação experimental	8 meses	Contratação efectiva (5 pessoas)	
Etapa II	Oferecer 3 a vagas	Formação experimental	8 meses	Contratação efectiva (8 pessoas - 2 anos)	
Etapa III	Oferecer 4 a vagas	Formação experimental	8 meses	Contratação efectiva (4 pessoas)	Contratação efectiva 12 pessoas (5 anos)

Tabela 7 - Metas Sociais a Atingir
Fonte: Elaboração própria

Área de cultura permanente (2,5 hectares)			Área de cultura rotativa (1,5 hectares)				Metas a atingir	
Fase 1	Fruticultura	Tempo	Horticultura (em estufa 1 hectare)	Tempo	Horticultura (ar livre 0,5 hectare)	Tempo		
Actividade	Plantação	_____	Plantação	_____	Plantação	_____	_____	
Fase 2								
Actividade	_____	_____	Apanha Plantação Escoamento	3 a 4 meses	Apanha Plantação Escoamento	3 a 4 meses	Rotatividade plena da produção hortícola (1 ano)	
Fase 3								
Actividade	Apanha Escoamento	2 anos	_____	_____	_____	_____	Produção em pequena escala da fruticultura	Produção plena da actividade (5 anos)

Tabela 8 - Indicador das Fases Rotativas da Cultura
Fonte: Elaboração própria

No início, prevê-se obter a rotatividade de produtos hortícolas e a produção em pequena escala dos produtos frutícolas - período que balizamos em 2 anos. A produtividade plena da actividade prevê-se no 5.º ano.

Um projecto é composto por uma variedade de acções que serão utilizadas para atingir as suas metas, desenvolvidas no plano operativo, cada uma com diferente eficácia.

Na intervenção do contexto sociocultural e no âmbito da conquista do saber, oito meses correspondem apenas a uma fase inicial de formação que permite a contratualização. A formação experimental, para além da aprendizagem para ‘saber fazer’, exige uma vertente de experiência, daí pretender-se que seja uma formação contínua. Entre o segundo e quinto ano a empregabilidade processa-se em ajustamento com o desenvolvimento agrícola.

Na intervenção económica, um ano é o período de tempo necessário para haver um ciclo rotativo ao nível da agricultura e constatar uma produção plena do investimento hortícola. Em dois anos, já haverá a introdução no mercado de produtos frutícolas e perspectivamos que, no espaço de cinco anos, se atinja a rotatividade plena e eficaz para uma estabilidade no mercado.

Estas etapas são realistas, qualquer outra etapa ou meta divulgada neste momento poder-se-ia tornar irreal.

1.3. Localização Geográfica

O campo de acção do projecto centra-se no distrito de Castelo Branco. Sede de distrito, tem uma área de 6675 km² que se subdivide em 11 municípios. O projecto desenvolve-se no concelho da Covilhã, na Aldeia do Souto, com uma área de 10,21Km² e 265 habitantes (2001). Distancia-se da sede concelhia aproximadamente 20 quilómetros

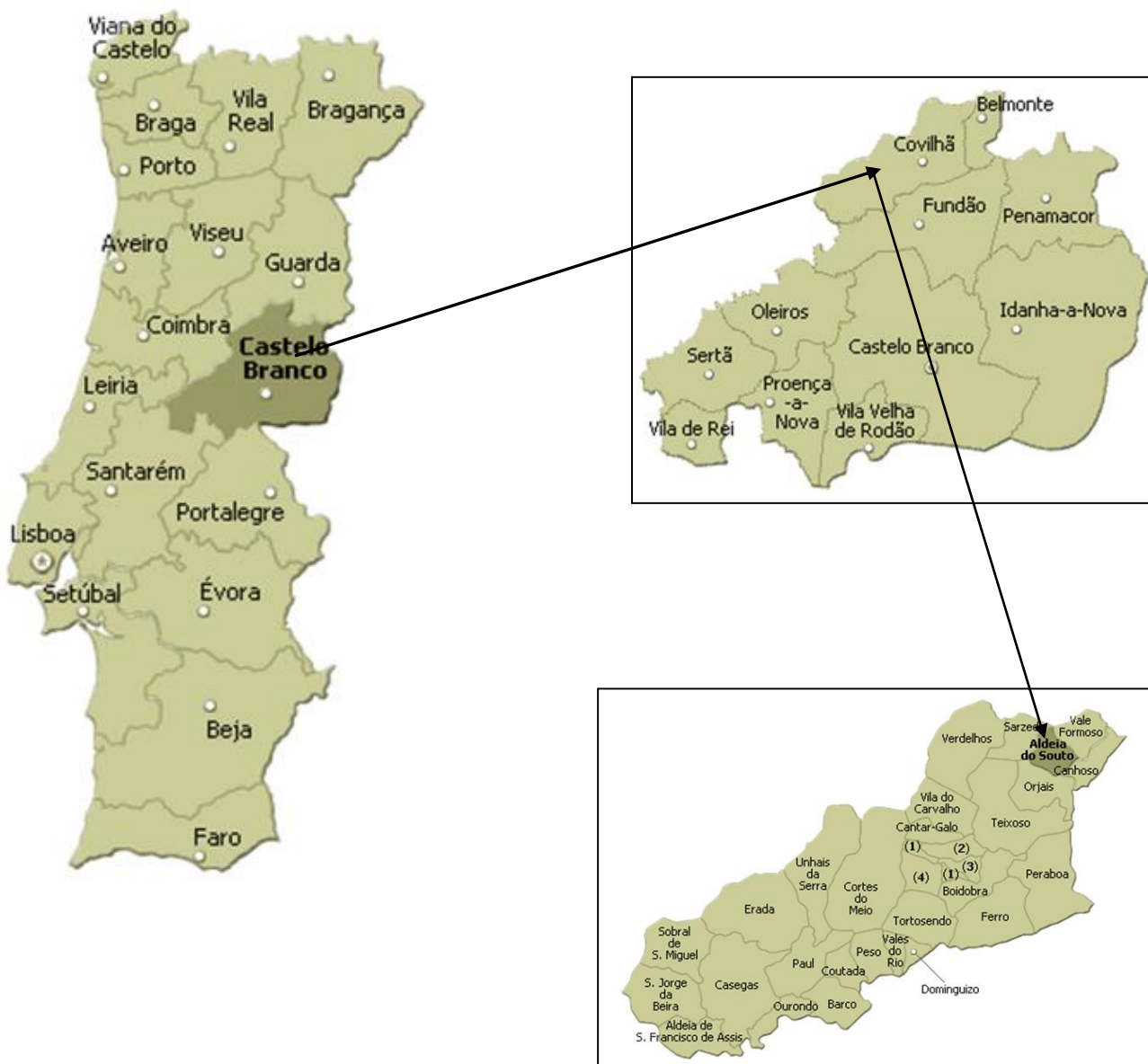


Figura 4 - Contextualização Geográfica
 Fonte: <http://portugal.veraki.pt/distritos/distritos.php>

1.4. Plano Operativo

A forma como é gerido o comportamento organizacional é determinada pela concepção dominante do que é a “organização”. Esta deve prosseguir múltiplos resultados, não se limitando aos resultados financeiros e produtivos. Os resultados humanos devem construir o elemento central de uma organização.

A organização que propomos, sendo uma cooperativa, é uma sociedade com base numa estrutura informal em que o lucro é dividido por todos os cooperantes conforme a sua participação e não conforme o número de cotas que cada um tem, havendo ainda a possibilidade de investimento na própria cooperativa. Contudo, ao nível interno, haverá uma estrutura vertical de chefias, de carácter não informal para que as relações sociais e comunicacionais criem uma interacção inata.

No que respeita à gestão temporal, pelo facto de atravessarmos uma conjuntura económica instável, neste momento ainda não temos data para o arranque efectivo do projecto. Estamos a trabalhar o projecto financeiro para o qual é necessário adquirir um acervo de orçamentos, já solicitados. Não os tendo ainda em nosso poder, considerámos não colocar os valores financeiros no presente projecto, não incorrendo o risco de o tornar erróneo. Pelo facto, não são apresentados os indicadores evolutivos do projecto.

1.4.1. Especificação das actividades

Na perspectiva de Glória Serrano os resultados finais assentam na questão: “como se vai fazer?” (SERRANO, 2008: 47) e neste ponto serão desenvolvidas um conjunto de actividades iniciais que levem a bom termo o projecto. Na dinâmica do empreendimento inserem-se todas as actividades agrícolas intrínsecas ao projecto que se estabelecem no manuseamento do cultivo, às quais se associam as dinâmicas na área da formação e difusão do empreendimento.

Actividades	Aplicação	Finalidade
Formação	Saber conhecer; Saber fazer; Saber conviver; Saber ser.	Mudança de atitudes; Auto-desenvolvimento.
Divulgação	Técnicas de Comunicação: Interna Externa	Relações interpessoais; Expansão; Conhecimento publico.

Tabela 9 - Indicadores das Actividades
Fonte: Elaboração própria

Como referido, a dinâmica de formação que propomos baseia-se na aprendizagem experimental, cujas funções se complementam, pois estão alicerçadas na prática. Em torno do conceito da experiência em formação que as pessoas já adquiriram, passamos à aprendizagem em terreno, à experiência.

Pretendemos criar potencialidades para as pessoas ‘aprenderem a ser’, isto é, a formação assenta os seus pilares no eixo existencial, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver. O aprender a conhecer não ensina algo, a pessoa tem de participar no processo de construção do conhecimento, aprender a construir o seu próprio conhecimento. O aprender a fazer é indissociável do conhecimento, assenta no processo produtivo do formando, colocando em prática os seus conhecimentos. O trabalhador assume-se “como um sujeito da produção do saber” (FREIRE, 1997: 25). O aprender a conviver, traduz-se no (re)conhecimento das diversidades e na participação estratégica da convivência com a diferença.

Esta é uma abordagem que se centra no desenvolvimento pessoal. O indivíduo toma consciência de si próprio e da efectividade do grupo. Assim, a aprendizagem experimental torna-se a base de uma aprendizagem cognitiva, perceptiva, afectiva e comportamental. Ao nos encontrarmos numa fase de projecto, ainda não avaliámos o quadro formativo.

A dinâmica de divulgação está associada à identidade visual da cooperativa, representa a sua personalidade e está presente em toda a sua comunicação. Expressa a forma como queremos ser conhecidos pelos nossos públicos. Primeiro, há que definir a identidade, pois esta projecta a cooperativa e posiciona-a no mercado, “devendo ser cuidadosamente criada e implantada reflecte o modo como as organizações pretendem ser vistas pelos seus clientes, fornecedores e funcionários.” (VILLAFANE, 1998:117).

Segundo o autor, a identificação da organização deve respeitar um conjunto de itens, a saber: a identidade visual, pois há a necessidade de identificar clara e concisamente a identidade da organização; a função de diferenciação, isto é, deve traduzir não só a identidade da organização, como também diferenciá-la das outras; a função de memória que consiste na capacidade de memorizar a marca ou logótipo da organização; e a função de associação, que consiste em associar a marca ou logótipo à organização. Assim, o nome, o logótipo e o slogan são os elementos primordiais para a identificação e reconhecimento da organização junto dos seus diferentes públicos. Estes elementos ainda não se encontram definidos.

Comunicação Interna	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões; - Contacto pessoal (<i>face to face</i>); - Placar informativo, - Circulares; - Memorandos; - Entre outras técnicas de informação.
Comunicação Externa	<p>Comunicação com o exterior:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentos timbrados (cartas, faxes, envelopes); - <i>E-mail</i>; <p>Publicidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Site</i> da instituição; - Participação em feiras; - Cartões de épocas festivas e aniversário - Merchandaising - forma de promoção dos produtos/serviços (calendários, canetas ...) - Entre outras técnicas de divulgação.

Tabela 10 - Indicadores de Técnicas de Comunicação
 Fonte: Elaboração própria

A imagem da cooperativa reflecte a posição da organização junto dos seus públicos e, neste sentido, a actividade de comunicação deverá ser exercida dentro e fora da cooperativa, baseada em suportes escritos, orais e audiovisuais.

Numa estrutura informal a comunicação funciona como uma fonte importante de coordenação horizontal. A gestão da comunicação interna é essencial, uma vez que a imagem interna da organização será reflectida no exterior. A comunicação externa trata-se de uma comunicação mais promocional que informativa e relacional, realça a organização dos seus produtos e serviços, promovendo relações de confiança e notoriedade.

O plano comunicacional está directamente ligado à acção estratégica de desenvolvimento do mercado que, para Oliveira, “ocorre quando a organização procura pontos de venda para os seus produtos” (1988:36). O autor considera que o mercado engloba clientes, fornecedores e concorrentes. Para escoamento de produtos, numa primeira análise, pode-se referir a importância do mercado local. A abertura da cooperativa à comunidade permitirá o conhecimento dos serviços e venda directa de produtos. Nestas circunstâncias, as novas tecnologias facilitam a comunicação à distância. A criação de um *site* dará conhecimento da organização e poderá constituir um ponto de venda *on-line*.

Outra perspectiva a considerar no quadro estratégico do desenvolvimento de mercado são as parcerias estabelecidas sob uma ligação entre duas ou mais partes, sendo que “existe entre elas uma troca mútua de benefícios e em que, o objectivo final, é que o resultado de ligação entre as duas seja maior ou melhor do que o conseguido individualmente.” (Idem:40). Estabelecer parcerias pressupõe que se criem relações de longa duração e que se criem valores de confiança e honestidade. É pois neste âmbito que a concorrência se deve enquadrar.

Temos consciência de que entrar no mercado a partir do zero vai tornar o processo moroso e difícil de prosperar. Assim sendo, é de considerar a associação a outras organizações tais como: a Cooperativa dos Fruticultores da Cova da Beira, a Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO), a Associação Regional de Agricultores Biológicos da Beira Interior (ARABBI) para, desta forma, mantermos uma presença directa e continua no mercado. Deste modo, existe uma melhor identificação dos potenciais clientes, aproveitamos as redes de distribuição existentes, e ganhamos as vantagens de proximidade, credibilidade e, certamente, nos permitirá controlar melhor os prazos de entrega. Para além destas mais-valias, contamos com a assimilação de competências dos nossos parceiros, sendo de realçar a opinião de Celso Castro, para quem a parceria estratégica, quer seja com clientes, fornecedores ou concorrentes, “envolve uma maneira eficaz e eficiente de partilhar os riscos, reduzir os custos, elevar padrões de qualidade e partilhar informações relevantes para ambos.” (CASTRO,1992:25), desenvolvendo-se uma relação que une competências e gera uma vantagem competitiva.

1.4.2. Recursos

Na perspectiva de GLÓRIA SERRANO, para realizar um projecto é necessário apreciar “os recursos humanos, materiais e financeiros” (2008: 73). Aguillar (AGUILLAR et al, 2001: 43), por sua vez, considera também os recursos técnicos.

Antes de se passar à explanação dos referidos tipos de recursos, é de considerar que o projecto se enquadra num sistema aberto que pressupõe uma unidade social que “se mantém numa constante interacção com o seu meio envolvente interno e externo, é desta relação que depende a sua sobrevivência” (CHAMBEL, 1995: 26). Neste tipo de sistema organizacional os indivíduos participantes possuem um papel relevante no seu funcionamento. Na visão do modelo organizacional de Weick “funcionam como grupo e influenciam o meio envolvente externo, procurando assim, integrar uma visão micro” (apud Idem: 27). Esta é uma perspectiva que reconhece o papel dos seus membros e a interacção com a comunidade onde está inserida.

Passamos então a classificar os tipos de recursos e, deste modo, asseguramos com maior precisão a adaptação dos recursos às actividades envolvidas no projecto.

Recursos / Actividades	Humanos	Materiais	Técnicos	Financeiros
Escritório: - Administração e Contabilidade	2 pessoas: - Escriturário/a - Técnico /a administrativo/a	- Material básico de escritorio e expediente - Mobiliário	Informática: - Um computadores - Impressora - Telefone e Fax	
Formação	2 Monitores	Equipamento de um sala de formação: - Mobiliário; - Material Pedagógico.	- Um computador	
Agrícola	11 trabalhadores	- Implementação de estufas; - Sistema de regas; - Árvores de fruto; - Sementes, - Fertilizantes; - ...	Equipamento agrícola: - Carrinha; - Trator; - Fresa; - Escarificador; - Grade de discos; - Pulverizador - Motocultivadora; - Tesouras de poda mecânicas e hidráulicas; - Rampa elevatória; - Fatos de trabalho e equipamento de segurança; - ...	
Plano de Comunicação, Divulgação e Publicidade			Técnica de divulgação: - Placar informativo; - Caixa de sugestões; - Site da instituição; - Merchandaising; - Flyers - ...	

Tabela 11 - Indicadores de Recursos face às actividades
Fonte: AGUILAR, 2001:44

1.4.2.1. Recursos Humanos

Seguindo o parecer de Espinoza, este tipo de recursos deve “descrever a quantidade e a qualidade das pessoas necessárias para a execução das actividades que o projecto contempla” (apud SERRANO, 2008: 73).

Ao longo de cinco anos, o número de trabalhadores a contratar corresponde a 12 pessoas, das quais uma pessoa ocupa um lugar em escritório e onze estarão envolvidas em trabalho agrícola. Das doze pessoas, três têm de mostrar aptidão para a condução (incluindo a pessoa que trabalha em escritório). Não consideramos que sejam muitas pessoas, uma vez que apresentam algumas limitações e temos de contar que cada uma tem o seu tempo específico para realizar as suas tarefas.

Ao nível da qualificação das pessoas, pretende-se empregar pessoas que terminaram a FP por excelência em Instituições cujos públicos são PNE. Partimos do princípio que os objectivos deste tipo de formação incidem na especialização técnica das pessoas para o desenvolvimento profissional. Abrimos também o nosso mercado de trabalho a pessoas que já tenham participado numa EI e, actualmente, se encontrem em situação de desemprego, bem como a outros candidatos que se enquadrem no grupo do público-alvo e preencham os requisitos propostos para o trabalho que nos propomos oferecer.

Tal como Chiavenato, consideramos as pessoas como elemento básico da organização “que interagem entre si, a fim de alcançarem os seus objectivos (...) através da combinação das suas capacidades e dos seus recursos pessoais” (CHIAVENATO, 1993: 40). Assim, encaramos um intercâmbio de objectivos e expectativas assente num “processo de reciprocidade onde a organização realiza os objectivos do participante, atribuindo-lhe salário, dando-lhe segurança e reciprocamente o participante desempenha as suas tarefas.” (Idem: 94). Desta feita, o processo de selecção será feito através da escolha das pessoas que se enquadrem nas necessidades da organização, através da qual consigam atingir os seus próprios objectivos. Pretendemos formar uma equipa dinâmica, coesa, funcional capaz de atingir os objectivos propostos, quer ao nível individual quer ao nível colectivo.

Para a ligação aos candidatos contamos com o apoio do IEFP, IP, uma vez que este organismo se evidenciou pelo seu papel activo junto das Associações. A nossa preferência recai sobre pessoas com qualificação nas áreas de secretariado, horticultura e fruticultura (ou qualificação numa área semelhante).

A admissão na cooperativa obedece a duas fases estruturais: a fase experimental e a fase contratual.

A dinâmica da fase experimental tem por base a sequência formativa já adquirida e assenta em duas componentes base, a saber: a componente vocacional de modo a evitar expectativas irrealistas, e a componente profissional facilitando a sua efectiva integração no trabalho da cooperativa. Independentemente de darmos valor à Formação Profissional adquirida é indispensável (re)definir novos ensinamentos ao nível do trabalho que se vai efectuar, dado que esta formação-base pensa também nas pessoas que não provêm da Formação profissional.

Associada a uma (re)aprendizagem profissional, Marie-Cristine Josso refere que a experiência em posto de trabalho é uma “actividade consciente do sujeito que efectua uma aprendizagem voluntária em termos de competências existenciais (somáticas, afectivas, consciências), instrumentais ou pragmáticas, explicativas ou compreensivas (...) de uma actividade que coloca o aluno/formando em interacção com ele próprio, os outros, e o ambiente natural (...)” (Josso, 1991: 198). É um processo que envolve a pessoa nas suas várias dimensões (inteligência, afectividade, atitudes, comportamentos, entre outras). Esta é uma formação perspectivada em 8 meses, contudo não se prevê que este seja o término da formação, antes se enquadra no eixo ‘saber ser, saber estar’, que obrigatoriamente se transforma numa formação contínua. Este período de tempo corresponde a um limite máximo proposto por nós para passarmos à fase contratual nos moldes legalmente previstos.

1.4.2.2. Recursos Materiais e Técnicos

As infra-estruturas e equipamentos são elementos básicos de qualquer actividade. A actividade agrícola que se propõe comporta um espaço de 4 hectares e aproveita a vantagem de ter um solo fértil, com água, privilegiado com sistema de regas. Para além da área agrícola existe a necessidade de criar um espaço físico que comporte escritório, lavatórios e arrumação de materiais diversos.

A escolha dos equipamentos assenta na capacidade de execução das operações, e “é determinante para o rendimento do trabalho, os recursos técnicos afectam a produtividade de cada actividade” (SANTOS, 1987:25). A produção agrícola implica uma avaliação dos recursos técnicos referentes à execução das tarefas que utilizam meios manuais e meios mecânicos. Estes devem obedecer a um planeamento e quantificação.

1.4.2.3. Recursos Financeiros

A componente financeira refere-se à forma como as despesas são provisionadas. Para além de se conseguir financiamento para equipamentos de lançamento do projecto é necessário considerar o estabelecimento de parcerias financeiras.

Os recursos económicos encontram-se directamente ligados ao desenvolvimento do empreendimento que terá de assentar num planeamento estratégico, cuja finalidade é estabelecer caminhos e programas de acção a serem seguidos para alcançar os objectivos da organização.

Na fase inicial do empreendimento, a estratégia financeira parte dos fundos particulares que cada um dos associados se propõe despende e propõe-se a candidatura do projecto ao Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP.

Candidatámo-nos, igualmente, ao Programa de Desenvolvimento Cooperativo - PRODESCOOP, apoiado pelo IEF, IP, que incentiva a novas cooperativas de 1.º grau através de apoios à criação de postos de trabalho e contratação de pessoal qualificado e apoio ao

investimento. Ao abrigo do mesmo programa, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - Cooperativa de Interesse público de Responsabilidade Limitada (CASES) faculta a consultoria e apoio à realização de estudo de desenvolvimento.

1.5. Impacto do Projecto

Na opinião de Aguilar (AGUILAR, 2001: 57), o factor externo que condiciona os objectivos de um projecto é a predisposição das pessoas em participar no mesmo. Da mesma forma, este é o factor que pode motivar e mobilizar as pessoas a participar no projecto, passando dos objectivos para o impacto. Temos a expectativa de que com a implementação deste projecto consigamos criar um impacto positivo na integração de PNE, criando uma consciência de cidadania e uma redução da desigualdade social. Pensamos ser esta a melhor forma possível para nos incluirmos no grupo de empreendedores sociais designados por Bill Drayton⁹ como “Empreendedores sociais que não se contentam em dar um peixe ou ensinar a pescar. Eles não descansam enquanto não tiverem revolucionado a indústria da pesca”.

Por tudo o quanto ficou dito, entendemos, que este é um projecto pensado para a zona da Covilhã, mas pode ser implementado em qualquer outra região do país.

⁹ Director e fundador de Ashoka - organização não lucrativa dedicada a desenvolver a profissão de empreendedorismo social.

Considerações Finais

Ao realizarmos este trabalho focalizado no reconhecimento e validação de aprendizagens para a integração de Pessoas com Necessidades Especiais no mercado de trabalho, desenvolvemos um percurso de investigação que proporcionou elementos significativos para reflexão.

Ao longo do caminho percorrido reconhecemos o conceito de competência no domínio da educação/formação/inserção. As novas práticas de reconhecimento da formação dão visibilidade às aprendizagens adquiridas em contextos de trabalho, em espaços privilegiados de desenvolvimento, de aprendizagem e de construção de competências. Ao abrigo das políticas sociais e no âmbito do quadro do Mercado Social de Emprego foram criadas as Empresas de Inserção, promovidas pelas organizações. Apresentam-se como medidas inclusivas que alargam as características base da formação, reforçando as competências pessoais e sociais para o exercício de uma profissão. Constatámos que esta medida não se apresenta totalmente eficaz na integração socioprofissional, pois continua a existir a dificuldade de colocação dos trabalhadores.

Assim, parece-nos pertinente rebater a questão: por que motivo a empregabilidade destas pessoas não se efectiva condignamente? Sendo que a formação profissional especial não é um fim em si mesma, não se esgota na transmissão de saberes técnicos, reforçamos a ideia de que estes articulam e interagem com os sistemas de inserção. Na perspectiva de Castro e Marques, a formação, por si só, não dá resposta à dificuldade de empregabilidade, “as pessoas que trabalham a inserção devem ser capazes de garantir intervenções continuadas, isto é, que avaliem sistematicamente o processo de integração profissional” (CASTRO; MARQUES, 2000,28).

O contacto com as organizações em estudo transmitiu-nos o conhecimento das várias estratégias de combate à exclusão dos seus públicos, dotando-os de ferramentas necessárias para uma participação activa na sociedade. Neste âmbito, considerámos que a formação profissional é a base fundamental de todo o processo de inserção, capacitando as pessoas a participar activamente no mercado de trabalho. Foi perceptível que os modelos de formação se apresentam como parte de um plano de inserção, e incluem-se numa multiplicidade de acções estratégicas, tais como a sensibilização junto dos empregadores.

Ficámos, também, com a percepção de que as organizações têm de evoluir ao ritmo das necessidades dos seus públicos, pois só assim respondem de forma eficaz. De uma, ou de outra forma, as necessidades qualificativas estão asseguradas, andamos à volta do ciclo ‘qualificar para profissionalizar’ e encaramos a profissão como um contrato de trabalho a termo certo (2 anos). A actual necessidade das pessoas assenta em vermos o campo operacional de outra forma, sendo necessário criar mercado de trabalho.

Indo ao encontro a esta nossa ideologia reiteramos o papel social da Cercig, enquanto entidade que presta formação profissional e cria postos de trabalho.

Consideramos que é necessário ir mais além do ‘qualificar para profissionalizar’, torna-se imperativo colocar no mercado de trabalho as pessoas já profissionalizadas. Assim, numa estratégia de combate ao desemprego de Pessoas com Necessidades Especiais propomos a construção deste projecto.

Entendemos a formação profissional numa perspectiva de integração e dinamização que articula o papel do indivíduo no desenvolvimento das suas aprendizagens.

Parece-nos imprescindível relembrar que a formação não dever ser meramente cognitiva e assente unicamente na transmissão do ‘saber fazer’ e assim direccionada apenas à profissão. A aprendizagem aplica-se a um processo, num dado contexto sociocultural. Seguindo o parecer de Vygotsky, o indivíduo não aprende em função de um potencial intrínseco, o desenvolvimento pessoal não decorre de factores isolados. O indivíduo aprende a partir das suas vivências e apelos dirigidos ao seu universo de acção e interacção. Neste sentido Marie-Cristine Josso, apresenta-nos uma abordagem de formação baseada na descoberta e valorização da singularidade do sujeito.

A formação experimental cruza a aprendizagem de uma formação laboral com a temática do ‘Ser’, e é com base nesta aprendizagem que tentamos criar um espaço orientado para o desenvolvimento pessoal e de competências sociais.

Este é um projecto que, decerto, permitirá a construção de um quadro de conhecimentos que permitirá interrogar o decorrente método de formação, compreender os seus efeitos e formas de evolução, tendências e desvios da formação experimental e dos seus cruzamentos interdisciplinares. Será possível ainda avaliar de que forma o projecto estabeleceu uma ligação para a integração socioprofissional de Pessoas com Necessidades Especiais.

Bibliografia

- AGUIAR, Ana; COSTA, Cristina Amaro, et al., (2005), *Produção Integrada*, Porto, Principia
- AGUILLAR, Maria José; FRESMO, J. M.; ANDER-EGG, Ezequiel, (2001), *Como Elaborar Projectos para a União Europeia*, Madrid, Editorial CCS
- ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAX, Jean-Pierre; MAROY, Christian; RUQUOY, Danielle; SAINT-GEORGES, Pierre, (2005), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- ALBORNOZ, S. (1994), *O que é trabalho*, São Paulo, http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000300006&lng=pt&nrm=is.&tlng=pt, acessado em 15/02/2011
- AMIRALIAN, Maria L.T. et al., (2000) “The concept of disability”, *Revista de Saúde Pública*, 34 (1): 97-103, Laboratório Interunidades de Estudos sobre Deficiências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>, acessado em 31/01/2011
- HATZFELD, Jean (1965), *História da Grécia Antiga*, Lisboa, Europa-América
- CALEGARI, A; BULISANI, Edgar; COSTA, Martin, (1993), “Aspectos gerais da adubação verde”, *Revista Projectos em Agricultura*, pp. 1-55
- CAPUCHA, Luís, (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Editora Celta
- CAPUCHA, Luís, (2010), “Inovação e Justiça Social”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 63, pp. 25-50, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a03.pdf>, acessado em 30/08/2011
- CASTEL, Robert, (1998), *As Metamorfoses da Questão Social - Uma crónica do salário*, Petrópolis, Vozes
- CASTELLS, M., (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTRO, Celso Teixeira, (1992), *Parceria um conceito inteligente*, São Paulo, Atlas
- CASTRO, José Luís, (2001), “Rede Social: um Modelo Diferente de Trabalho em Parceria”, *Pretextos*, pp.4-7, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social - Instituto para o Desenvolvimento Social
- CASTRO, José Luís; MARQUES, Ana Sofia, (2000), *Modelos de Formação e Inserção Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas - Dimensões e tipologia*, Porto, Cadernos REAPN
- CHAMBEL, M. J., (1995), *Psicologia das Organizações*, Lisboa, Texto Editora
- CHIAVENATO, Idalberto, (1993) *Recursos Humanos*, S. Paulo, Atlas
- CORREIA, Luís de Miranda, (1997), *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*, Porto, Porto Editora
- CORREIA, Luís de Miranda, (2004), *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: um guia para educadores e professores*, Porto, Porto Editora
- COSTA, Alfredo Bruto da, (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva

- DEES, Gregory, (2001), *O Significado do Empreendedorismo Social* <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>, acessido em 30/08/2011
- DOUGLAS, Mary, (1976), *Pureza e perigo*, São Paulo, Perspectiva
- DURKHEIM, Emile, (1973), *Educación y Sociología*, Buenos Aires, Editorial Shapire
- ESTIVIL, J. (2003), *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social - Conceitos e Estratégias*, Lisboa, Bureau Internacional do Trabalho
- ESTIVIL, J. (org.), HIERNAUX, Jean-Pierre, GEDDES, Michael, (1997), *O Partenariado Social na Europa: Uma Estratégia Participativa para a Inserção*, Porto, Cadernos da REAPN
- FERNANDES, António Teixeira (1995), "Etnicização e racização no processo de exclusão social ", *Separata da Revista da Faculdade de Letras, Sociologia, I Série*, vol. 5, pp. 7-67 Porto, Universidade do Porto
- FERREIRA, Jorge, (2000), "A Revolução da Agricultura Verde - a Agricultura Biológica em Portugal e no Mundo", *Revista de Ecologia, Sociedade e Conservação da Natureza*, Vol. 1, pp. 40-53, Publicações AGROBIO
- FERREIRA, Jorge; STRECH, António (1998), "Manual de agricultura biológica: fertilização e protecção das plantas para uma agricultura sustentável", *Revista de Ecologia, Sociedade e Conservação da Natureza*, Vol. 3, pp. 10-25, Publicações AGROBIO
- FREDERIKEN, Jonh; MARTIN, Mike; PEREIRA, Leonor, (1994), *Deficiência, Incapacidade e Desvantagem (Handicap)*, Lisboa, Secretariado Nacional de Reabilitação
- FREIRE, Paulo, (1980), *Concientização: teoria y práctica da libertação*, São Paulo, Cortez e Moraes
- FREIRE, Paulo, (1997), *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à pratica pedagógica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra
- FREIXO, Manuel João Vaz, (2010), *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas*, Lisboa, Instituto Piaget
- GHIGLIONE, Rodolph; MATALON, Bejamin, (1993), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- GLAT, (1966), "O papel da família na integração do portador de deficiência" *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 2, pp.111-119, Rio de Janeiro, Sette Letras
- GLAT, DUQUE, (2003), *Convivendo com filhos especiais: o olhar paternal*, Rio de Janeiro, Sette Letras
- GOFFMAN, Erving, (1986), *Stigma*, New York , Simon/Schuster
- GORZ, André (1987), *Adeus ao prolateriado: para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária
- GUERRA, Isabel Carvalho, (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção - Planeamento em Ciências Sociais*, Estoril, Principia
- GUERRA, Isabel Carvalho, (2002), "Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das novas políticas sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 47-74, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-047-074-Isabel%20Guerra.pdf>, acessido em 16/02/2011
- INDRIO, Francesco, (1995), *Agricultura biológica*, Mem Martins, Publicações Europa-América

- JOSSO, Marie-Cristine, (1991), *Cheminer vers soi*, Paris, L'Age d'Homme
- JOSSO, Marie-Cristine, (2002), *Experiências de Vida e Formação*, Lisboa, Educa
- LAMPREIA, J. Martins, (1996), *Técnicas de Comunicação: Publicidade, Propaganda e Relações Públicas*, Mem-Martins, Publicações Europa-América
- LEVENTFUS, R., (1997), *Psicodinâmica da Escolha Profissional*, Porto, Porto Editora
- MENDES, Victor, (2006), *Como constituir uma Cooperativa*, Porto, Legis Editora
- MICHEL, Sandra, (s/d), *Gestão das Motivações*, Lisboa, Rés-Editora
- MONTEIRO, A. Alcides (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Edições Quarteto
- NAMORADO, Rui, (s/data, a), *Os Quadros Jurídicos da Economia Social - uma introdução ao caso português*, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/251/251.pdf>, acedido em 03/09/2011
- NAMORADO, Rui, (s/data, b), *A Economia Social - uma constelação de esperanças*, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/213/213.pdf>, acedido em 03/09/2011
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho, (1988), *Estratégia Empresarial - uma abordagem empreendedora*, São Paulo, Atlas
- PAIS, José Machado, (1995), *Durkheim: das Regras do Método aos Métodos Desregrados*, Análise Social, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379752G0pNL5kr6Sk58JQ6.pdf>, acedido em 06/02/2011
- PAIVA, Júlio, (2006), *Pobreza, Exclusão, Desemprego e Empresas de Inserção em Portugal - A perspectiva dos promotores e beneficiários*, Porto, Cadernos REAPN
- PAUGAM, Serge, (2003), *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, São Paulo, EDUC e Cortez
- PIAGET, J., (1972), *Seis estudos de psicologia*, São Paulo, Forense
- PIAGET, J., (1975a), *A Construção do Real na Criança*, Rio de Janeiro, Zahar
- PINA et al. (2004), *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa, Editora RH
- QUINTÃO, Carlota (2004), *Empresas de Inserção e Renovação do Terceiro Sector - notas em torno das problemáticas e desafios no contexto da União Europeia*, <http://www.lettras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working6.pdf>, acedido em 16/02/2011
- QUINTÃO, Carlota (2008), *Dez anos de empresas de Inserção em Portugal - Revisão dos dados oficiais e de estudos recentes*, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/723.pdf>, acedido em 16/02/2011
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOULDT, LucVan, (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- ANDRICH, Renzo, (1999), *Aconselhamento de Ajudas Técnicas: Organização e Metodologia de Trabalho dos Centros de Informação sobre Ajudas Técnicas - Caderno SNR n.º 10*, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências
- RIFKIN, J., (1995), *O fim dos empregos: o continuo crescimento do desemprego no Mundo*, São Paulo, Makron Books

- RIFKIN, J., (2006), *O Sonho Europeu*, <http://www.fundacionluisvives.org/>, acedido em 13/03/2011
- RODRIGUES, Fernanda; STOER, Stephen, (1998), *Entre Parceria e Partenariado - Amigos, amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora
- SANTOS, Frederico, (1987), *A escolha do material agrícola*, Vila Real, UTAD
- SARKAR, Soumodip (2007), *Empreendedorismo e Inovação*, Lisboa, Escolar
- SASSAKI, R. K., (1997), *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*, Rio de Janeiro, WVA
- SCHLÜNZEN, E., M., (2005), “A tecnologia como inclusão de PNE”, *Revista Digital, redes afectivas/cognitivas*, pp. 195-210, Rio de Janeiro
- SCHNAPPER, Dominique (1998), *Contra o Fim do Trabalho*, Lisboa, Terramar
- SEELOS, Chritian; MAIR, Johanna, (2005), *Empreendedorismo Social: Criando Novos Modelos de Negócios para Servir os pobres*, Business Horizons
- SERRANO, Glória Pérez, (2008), *Elaboração de Projectos Sociais: Casos Práticos*, Porto, Porto Editora
- SILVA, Marques, (1986), *A Epopéia Ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*, São Paulo, CEDAS
- SIMÕES, Maria João; AUGUSTO, Amélia; CRUZ, Dina; OLIVEIRA, Manuel, WOLF, Jan, (2008), *Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração*, VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/200.pdf>, acedido em 23/01/2011
- SIMÕES, Orlando, (2004), “A economia das Instituições Agrícolas em Portugal: contributo para um quadro conceptual de análise” Vol 172 pp. 595-620, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n172/n172a04.pdf>, acedido em 16/02/2011
- SOUSA, Liliana; HESPANHA, Pedro; RODRIGUES, Sofia; GRILO, Patrícia (2007), *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, Lisboa, Editores Climepsi
- TARANTINI, Vanessa Celano, (2010), *Qué caracteriza el Partenariado en los Proyectos Europeos?* <http://www.fundacionluisvives.org/>, acedido em 15/02/2011
- VILLAFANE, Justo, (1998), *Imagem Positiva: gestão estratégica da imagem das empresas*, Lisboa, Edições Sílabo
- VYGOTSKY, L. S., (1984), *A Formação Social da Mente*, São Paulo, Martins Fontes
- VYGOTSKY, L.S., (1995), *Fundamentos de defectologia*, Havana, Pueblo y Educación
- WARSCHAUER, Mark, (2006), *Tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate*, São Paulo, Senac

OUTROS SITES DE CONSULTA

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS, <http://www.dre.pt/sug/1s/diplomas-lista.asp>, acedido entre 01/03/2011 e 21/10/2011

WORLD HEALTH ORGANIZATION, International Classification of Diseases (ICD), International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF), International Classification of Health Interventions (ICHI) , <http://www.who.int/classifications/icd/en/>, acedido em 30/01/2011

EUROPEAN COMMISSION, EMPLOYMENT, SOCIAL AFFAIRS AND INCLUSION: Social Protection e Social Inclusion, <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=750>, acedido em 06/02/2011
 COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO, EUROPA (2020), Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, http://www.estrategiadelisboa.pt/Document/Comunicacao_Comissao_EU2020_03_03_pt.pdf, acedido em 06/02/2011

POPH, PROGRAMA OPERACIONAL, POTENCIAL HUMANO, Eixo Prioritário 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, <http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=370>, Eixo Prioritário 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida <http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=366> acedido em 06/02/2011

COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL, <http://www.inscoop.pt/inscoop/actividades/prodescoop.html>, acedido em 17/02/2011

THE EUROPEAN AGENCY FOR DEVELOPMENT IN SPECIAL NEEDS EDUCATION, <http://www.european-agency.org/> - Agency projects, acedido em 11/03/2011

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS <http://bippsp.bipp.pt/documentos/educacao/Documentos/Declar%C3%A7%C3%A3o%20de%20Salamanca.pdf>, acedido em 11/03/2011

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS EU GROUP, http://www.ifoam.org/about_ifoam/around_world/eu_group/GA2009/IFOAMEUProgramme2009-2011.pdf, acedido em 19/03/2011

CENTRO DE AVALIAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, <http://www.cantic.org.pt/> - a Tecnologia ao Serviço das Pessoas com Limitações, <http://www.magickey.ipg.pt/>, acedido em 19/03/2011

AGRICULTURA BIOLÓGICA, Política Comunitária, http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming_pt, acedido em 07/08/2011

PRODUÇÃO INTEGRADA, <http://consumidores.extensity.pt/41/producao-integrada.htm>, acedido em 07/08/2011

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP, I.P.), <http://www.iefp.pt/Paginas/Home.aspx> , Apoios e Incentivos a Entidades Públicas ou Privadas sem Fins Lucrativos, <http://www.iefp.pt/apoios/Paginas/Home.aspx> , acedido em 07/08/2011

Anexos

Anexo I - Guião de Entrevistas

GUIÃO de ENTREVISTA

I - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Denominação:
Ano da fundação:
Público a que se destina:

II - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:
Cargo na Entidade/Organização:

III - CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Questões
(1) Qual o objectivo da organização?
(1.1) Por que motivo surgiu a organização?
(1.2) Porquê o público-alvo a que se destina?
(2) Qual a sua missão?
(3) Como identifica a organização? quer no sentido jurídico quer no sentido social
(4) A organização possui a valência de formação profissional?
(4.1) por que motivo surge a valência FP?
(4.2) Quais os objectivos desta valência?
(4.3) Qual o n.º de pessoas em fase de profissionalização (abrangidos por projectos de formação): _____
(4.4) Quais os cursos ministrados?
(4.5) Após a fase de profissionalização, a inserção no mercado de trabalho estabelece-se: Na Entidade Promotora -- Outra(s) Empresa(s) --
(4.6) Quais os modelos de organizações a que se direcciona a empregabilidade destas pessoas?
(4.7) A formação recebida é adequada para fazer face aos requisitos propostos pelas entidades empregadoras?
(4.8) De que forma se efectua a sua inclusão no mercado de trabalho? - Existe um acompanhamento por parte da FP em contexto de trabalho? - Existe uma proposta previa às empresas por parte da FP? - Existe uma procura por parte das empresas, via IEFPP?
(4.9) Qual o papel do IEFPP neste processo?
(4.10) Como considera o desempenho profissional destas pessoas? (Aponte alguns problemas e/ou dificuldades que ocorreram em posto de trabalho)
(4.11) Quais os obstáculos e/ou dificuldades sentidos na inclusão destas pessoas?
(5) A organização possui uma EI? Por que motivo surge a EI?
(5.1) Quantas pessoas fazem parte da EI?
(5.2) Em que ramo(s) de actividade(s) se direcciona a EI?

- (5.3) Como funciona a EI?
- de que forma se processa a admissão das pessoas na EI
 - directamente da FP da organização
 - provenientes do IEFP
 - outras formas

IV - DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO

(6) No seu início a organização contou com apoios estatais e/ou particulares?
(6.1) O tipo de apoios teve alguma influência na delimitação da organização? (ao nível das infra-estruturas, entre outras)
(6.2) Actualmente conta com os mesmos ou outros apoios?
(7) Quais as dificuldades sentidas no arranque da organização?
(7.1) Actualmente quais são as dificuldades mais proeminentes?
(8) Quais as políticas e princípios da organização?
(8.1) Quais são as estratégias inerentes ao funcionamento da organização?
(8.2) Porquê estas estratégias? Considera funcional?
(8.3) Desde o início da organização até hoje, mantêm-se (ou modificaram-se) as estratégias organizacionais? Porquê?
(9) Face às necessidades dos públicos, quais as estratégias da organização? (que tipo de respostas sociais)
(10) Uma vez que a inclusão social é um dos principais objectivos da organização, e reportando à valência formativa, e EI que admite ser uma acção de transição para a integração. Por que motivo a organização associa as duas vertentes?
(10.1) Considera que estas respostas são positivas para a integração dos vossos públicos? Porquê?
(10.2) Considera ser mais fácil incluir no mercado de trabalho pessoas saídas da FP ou com passagem pela EI? Porquê?
(10.3) De que forma o público exterior vê a EI?
(10.4) Quais os factores de sucesso que a EI trouxe à organização? (aspectos positivos e/ou vantagens)
(11) Face às estratégias da organização, de que forma a organização manobra os seus recursos? (recursos financeiros)
(12) Qual a importância das parcerias para a organização?
(12.1) Pode referir as parcerias associadas? (Porquê estas parcerias?)
(12.2) As parcerias mantêm-se desde o início da organização? (caso se tenham alterado, porque motivo?)
(13) No âmbito das parcerias qual o papel do Estado?
(13.1) Como considera a qualidade da parceria do Estado?
(14) Considera o papel da organização relevante para a sociedade onde está inserida?
(15) Quais as perspectivas de futuro para a organização? - Quer ao nível de projectos futuros - Necessidade de mudança da dinâmica da organização - Quais os objectivos futuros desejáveis

(15.1) Que apoios serão necessários para atingir esses objectivos?
(15.2) O que pode impedir a realização desses objectivos?
(15.3) Para o caso de impedimento destes, existem outros projectos substitutos?
(16) Para finalizar o que pensa sobre o Empreendedorismo Social em Portugal?

Anexo II - Sinopse das Entrevistas

SINOPSE DAS ENTREVISTAS

(1) Qual o objectivo da organização?	
ARTENAVE	O nosso objectivo é o de contribuir para a promoção social de crianças, jovens e adultos, independentemente da sua origem e, das características físicas e intelectuais de cada um.
CASA SANTA ISABEL	O nosso objectivo é proporcionar a cada pessoa a possibilidade de efectuar o desenvolvimento, e a sua realização pessoal, partindo de um conhecimento espiritual e prático, pela meditação e trabalho, em função do seu bem-estar, dos outros e da natureza.
CERCIG	Surgiu com o objectivo de dar apoio educativo a crianças com necessidades educativas especiais. As crianças portadoras de uma determinada patologia dificilmente (ou nunca) conseguiam frequentar uma escola pública. Os pais e educadores sentiam-se ineficazes face a esta situação, assim a nossa missão era dar educação e escolaridade a estas crianças
DIANOVA	O nosso objectivo é oferecer respostas ao problema da toxicodependência à escala internacional
(1.1) Porque motivo surgiu a organização?	
ARTENAVE	O motivo que me levou a lançar a organização foi perceber que as crianças inadaptaadas tinham, por norma, um forte insucesso escolar e não havia soluções para diluir esta situação. A minha vontade foi dar respostas aos problemas da educação das crianças inadaptaadas, por forma a diminuir o insucesso escolar, assente num articulação entre a família e a escola. Inicialmente constituída por dois espaços, um espaço de psicologia e um atelier de cerâmica em instalações cedidas pela Câmara Municipal onde as pessoas passavam os tempos livres de forma criativa.
CASA SANTA ISABEL	Surgiu pela vontade de um grupo de professores e educadores preocupados com a falta de recursos educacionais e incentivos direccionados a pessoas com necessidades especiais.
CERCIG	As crianças portadoras de uma determinada patologia dificilmente (ou nunca) conseguiam frequentar uma escola pública. Os pais e educadores sentiam-se ineficazes face a esta situação, assim a nossa missão era dar educação e escolaridade a estas crianças. Sobretudo aqui, na Guarda havia poucas, ou nenhuma, respostas para estas crianças.
DIANOVA	O motivo surge essencialmente pela vontade de nos dedicarmos a um público, fortemente negligenciado nos seus direitos e tido muitas vezes como 'criminoso', pois frequentemente se ouve: quem roubou foi o indivíduo Y - é drogado, até bate na mãe. Pois, efectivamente pode ser verdade, mas o que fazer quanto a esta situação? Olhar para o lado? Esta é uma causa universal e tem de trabalhada por toda a sociedade. Aqui reside a nossa função primordial: sensibilizar a sociedade para esta causa
(1.2) Porquê o Público-alvo a que se destina?	
ARTENAVE	É um publico frágil
CASA SANTA ISABEL	Seria o publico que mais falta de incentivos tinha, quer ao nível educacional, familiar e social. Hoje, falamos muito de necessidades especiais, mesmo ao nível da comunicação social, existe uma certa divulgação desta problemática. Mas foi um longo caminho, e ainda falta outro tanto a percorrer
CERCIG	Exactamente porque era o publico que necessitadas de respostas sociais.
DIANOVA	Está associado ao motivo pela qual a organização nasceu
(2) Qual a sua missão?	
ARTENAVE	Temos por missão diminuir o insucesso escolar, bem como criar condições de reabilitação e inserção social de crianças, jovens e adultos inadaptaados
CASA SANTA ISABEL	A nossa missão é promover a educação e a integração social de pessoas: Crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais
CERCIG	A missão da Cercig ter uma intervenção juntos dos públicos mais

	vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socioprofissional), promovendo o seu direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.
DIANOVA	A nossa missão assenta sobretudo em desenvolver programas que proporcionem a autonomia e o progresso social de (ex)dependentes de estupefacientes. O nosso posicionamento face à internacionalização, é o de ‘espicaçar’ as políticas sociais face à promoção de saúde, da qualidade de vida e desenvolvimento das pessoas e das comunidades, numa perspectiva de revalorização do ser humano.
3) Como identifica a organização? quer no sentido jurídico quer no sentido social	
ARTENAVE	É uma IPSS e actua na vertente da solidariedade social
CASA SANTA ISABEL	A organização ao nível jurídico é uma IPSS. No sentido social poderei dizer tem particularidades bem diferentes das que estamos habituados a ver nas restantes associações. Definimo-nos como uma comunidade terapêutica, assente em fundamentos da pedagogia curativa <i>Antroposofia</i> , uma filosofia de vida que procura dar respostas através do conhecimento do mundo e do ser humano em direcção ao auto-conhecimento. Esta é uma filosofia que intervém em vários campos fundamentando-se no conceito de “formação integral” do ser humano, desenvolve-se ao nível da educação artística e manual, sob aspectos intelectuais, acentuando a importância do trabalho de grupo e da responsabilização individual.
CERCIG	A Cercig é uma Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e integra o ramo da solidariedade social.
DIANOVA	É uma IPSS Considero que temos um papel relevante no âmbito social.
(4) A organização possui a valência de formação profissional?	
ARTENAVE	Sim
CASA SANTA ISABEL	Sim
CERCIG	Não
DIANOVA	Sim
(4.1) Porque motivo surge a valência FP?	
ARTENAVE	Posso dizer que a FP surgiu como um complemento para dar uma resposta à integração social.
CASA SANTA ISABEL	A promoção da educação e formação de crianças, jovens e adultos inadaptados na primeira fase enquadra a Escola de Ensino Especial, com um programa curricular adaptado a crianças com necessidades especiais ao nível do 1.º e 2.º ciclo. Na segunda fase, surge como resposta à dificuldade de integração socioprofissional dos seus utentes.
CERCIG	As pessoas precisam de uma aprendizagem de preparação para a vida activa, foi neste âmbito que surgiu a Formação Profissional, primeiro nas áreas de agropecuária e jardinagem. Mais tarde constata-se a necessidade de formação sob outros domínios de intervenção profissional
DIANOVA	A Formação Profissional surge face à resposta de integração profissional do nosso publico, neste sentido temos apenas um curso que está directamente ligado à EI, logicamente à integração profissional. Temos outras respostas ligadas à formação, têm por base a prevenção e promoção da saúde e objectiva: controlar as variáveis que levam aos consumos entre jovens, assim as acções de formação são orientadas à prevenção, esta intervenção procura reduzir a vulnerabilidade do indivíduo susceptível ao desenvolvimento da dependência.
(4.2) Quais os objectivos desta valência?	
ARTENAVE	Os objectivos da FP vão de encontro à nossa missão, promover integração social de pessoas inadaptadas, no âmbito de um ‘saber fazer’ em qualidade, valorizando o aspecto pessoal e profissional da pessoa,

	<p>traduzindo-se na optimização das suas competências e inserção socioprofissional. Traduzindo-se na optimização das suas competências e consequente inserção socioprofissional. Neste âmbito a formação profissional é creditada pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações no Trabalho (DGERT) e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS).</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>O programa de formação profissional abrange quatro anos. Gradualmente os formandos são colocados no mercado de trabalho. Tendo por objectivo o emprego, a formação é estabelecida pela componente vocacional com base no processo Transição para a Vida Adulta (TVA)</p>
CERCIG	<p>Os objectivos da FP é fornecer instrumentos profissionais que facilitem a integração socioprofissional dos nossos utentes. A formação profissional, enquadra-se em duas áreas referenciais, uma enquadra-se no Centro de Reabilitação Profissional (CRP) e tem como missão promover a formação e a qualificação profissional das pessoas com deficiência ou incapacidades da região e a sua integração socioeconómica. Área creditada pela Direcção Geral Do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) e desenvolve-se nos domínios da organização, desenvolvimento e promoção das intervenções ou actividades formativas. Outra área, enquadra-se no Centro de Recursos Local (CRP), acreditado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e desenvolve actividades do âmbito: pré-profissional, formação profissional; informação, avaliação e orientação profissional (IAOP); apoio à colocação e acompanhamento pós colocação.</p>
DIANOVA	<p>Em relação à Formação nos apresentamos uma vertente mais ampla, assente numa vertente formativa incrementamos valências direccionadas com o relacionamento humano tais como: comunicar, escutar, envolver-se em diálogo, cooperar em equipa, resolver problemas ou gerir conflitos e motivações (forma para capacitar, empreender e inovar). Existem várias modalidades e vários destinatários. Ao nível das modalidades é uma formação co-financiada, formação privada, formação no local de trabalho, e uma formação feita à medida do público do momento. Direciona-se a decisores e técnicos de organizações sociais, comunidade educativa (docentes e auxiliares de acção educativa; associações de pais, agrupamentos de escolas), empresas e público em geral. O centro de formação da Dianova, Portugal é creditada pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações no Trabalho (DGERT) e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Tal como já lhe referi, ao nível profissional e apenas com um curso orientado para a empregabilidade dos formando que o frequentam.</p>
(4.3) Qual o n.º de pessoas em fase de profissionalização (abrangidos por projectos de formação)	
ARTENAVE	15 pessoas
CASA SANTA ISABEL	35 pessoas. 7 por cada curso
CERCIG	43 pessoas distribuídos pelos vários cursos
DIANOVA	7 pessoas
(4.4) Quais os cursos ministrados?	
ARTENAVE	Agropecuária, Jardinagem e de Serviços Domésticos.
CASA SANTA ISABEL	Produção Florestal, Panificação/Pastelaria, Cozinha, Manutenção Hotelaria e Carpintaria
CERCIG	Carpintaria, serralharia, jardinagem, serviços de apoio, auxiliares de serviços administrativos.
DIANOVA	Floricultura
(4.5) Após a fase de profissionalização, a inserção no mercado de trabalho estabelece-se : Na Entidade Promotora -- Outra(s) Empresa(s) --	
ARTENAVE	Em outras entidades

CASA SANTA ISABEL	Em outras entidades
CERCIG	Tanto noutras entidades e também aqui na Cercig dou-lhe 4 exemplos: duas jovens que terminaram em 2008 o curso de auxiliares administrativos, uma trabalha na sede outra aqui connosco (no centro de reabilitação), tal como a pessoa que trata do jardim e o responsável pelo picadeiro.
DIANOVA	A empregabilidade dos formando direcciona-se a outras entidades. Embora duas pessoas tenham ficado responsáveis pelos serviços da Empresa de Inserção.
(4.6) Quais os modelos de organizações a que se direcciona a empregabilidade destas pessoas?	
ARTENAVE	Os cursos a que nos candidatamos vão de encontro às necessidades da região. Uma região fortemente agrícola. Portanto empresas e cursos adequam-se
CASA SANTA ISABEL	Apenas procuramos organizações adequadas aos cursos ministrarmos. Se pretendemos empregar um formando em padaria, procuramos este tipo de empresa.
CERCIG	Não procuramos um modelo específico de organizações, quando procuramos o estágio tentamos que se enquadre no âmbito dos cursos ministrados
DIANOVA	Na grande maioria procuramos estufas, ou estágios camarários para manutenção de jardins.
(4.7) A formação recebida é adequada para fazer face aos requisitos propostos pelas entidades empregadoras?	
ARTENAVE	Sim, a formação adequa-se às necessidades da região. Os curso administrados são os que têm mais procura por parte dos formandos e têm mais saída profissional.
CASA SANTA ISABEL	Sim, o conteúdo dos cursos, tanto ao nível teórico como prático está adequado à profissão ministrada, é mediante essa profissão que procuramos o estagio. Tentamos, sempre, colocar os jovens em empresas receptivas e dentro da área dos cursos ministrados.
CERCIG	Os jovens adquirem uma qualificação profissional de base, com autonomia e competências mínimas indispensáveis ao exercício de uma actividade profissional. Tentamos colocá-los de acordo com curso frequentado, e contam com um acompanhamento pós colocação.
DIANOVA	Sim. O conteúdo formativo orienta-se pela profissão na área da jardinagem, logo é adequado aos requisitos das empresas do ramo.
(4.8) De que forma se efectua a sua inclusão no mercado de trabalho?	
<ul style="list-style-type: none"> - Existe um acompanhamento por parte da FP em contexto de trabalho? - Existe uma proposta previa às empresas por parte da FP? - Existe uma procura por parte das empresas, via IEFP? 	
ARTENAVE	O IEFP tal como com outras entidades funcionamos em parceria, é através do IEFP que temos acesso ao Guia Organizativo da Formação Profissional e Certificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades. Existe um trabalho por parte do técnico do IEFP que propõe o estagio à empresas. Durante o período de estágio existe um acompanhamento por parte da formação.
CASA SANTA ISABEL	Para proceder à empregabilidade dos jovens é notória a colaboração dos técnicos de emprego do IEFP, são eles que sensibilizam os empresários da região e dão início ao processo de estagio. Posteriormente, caso seja possível a contratação, são eles que accionam o processo de contratação efectiva.
CERCIG	O apoio à empregabilidade destes jovens passa pelo encaminhamento do IEFP da Guarda, Covilhã e Pinhel, com quem existe um protocolo. Seguindo o referencial de Apoio à Colocação é feito o primeiro contacto com a 'entidade hospedeira'. Posteriormente é feita uma reunião estando presente o técnico do Centro de Reabilitação Profissional (CRP), o

	<p>formando e o responsável pela 'entidade hospedeira'. Nesta fase tenta-se avaliar a possibilidade de contratação do jovem.</p> <p>O acompanhamento durante o período de estágio é feito pela formação profissional.</p> <p>O acompanhamento pós-colocação visa apoiar a entidade empregadora na construção do projecto profissional da pessoa a empregar, e faz um apoio continuado ao jovem e à 'entidade hospedeira' até confirmar a integração total do jovem no posto de trabalho.</p>
DIANOVA	<p>A formação estreitamente profissional conta com o apoio do IEFP é reconhecida pela Comissão para o Mercado Social de Emprego (CMSE).</p> <p>As propostas de estágios partem, na sua maioria, pelos técnicos do IEFP</p>
(4.9) Qual o papel do IEFP neste processo?	
ARTENAVE	<p>Tem um papel mediador entre a organização e os empresários, quer ao nível de estágios quer ao nível de empregabilidade.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>Tem um papel preponderante quer ao nível de promoção de estágios, da empregabilidade e da divulgação da organização. São eles que sensibilizam os empresários da região.</p>
CERCIG	<p>Em primeira estância é o IEFP que acredita o Centro de Reabilitação Profissional e o Centro de Recursos de Inclusão. Todos os processos de estágio são encaminhados pelo IEFP.</p> <p>Logo tem um papel considerável em todo o processo de estágios e empregabilidade.</p>
DIANOVA	<p>Tem um papel de destaque no encaminhamento de estágios e, caso seja possível na empregabilidade efectiva.</p>
(4.10) Como considera o desempenho profissional destas pessoas? (Aponte alguns problemas e/ou dificuldades que ocorreram em posto de trabalho)	
ARTENAVE	<p>O desempenho é o melhor. A formação ministrada assenta na metodologia da aprendizagem acompanhada e na demonstração prática. Os formandos quando colocados em estágio enquadram-se facilmente nas tarefas que lhes são propostas.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>O desempenho deles é sempre muito bom. temos conhecimento de alguns empregadores que estão relutantes em aceitar o estagiário e ao fim de alguns dias percebe que a pessoa é um excelente funcionário e sobretudo cumpridor. É certo que fazem tarefas rotineiras, o que, por vezes joga a favor deles.</p>
CERCIG	<p>O desempenho profissional em posto de trabalho é bom.</p> <p>As dificuldades podem ocorrer por responsabilidade de ambas as partes - empregado e empregador. Após o estágio, pode haver uma grande contrariedade por parte do empresário em empregar o jovem estagiário, mas também pode acontecer que o jovem desista a meio do estágio ou até mesmo no fim do mesmo, tão simplesmente, porque tem de apanhar o autocarro mais cedo do que é habitual.</p> <p>Mas existem casos de sucesso: há três anos tivemos uma enorme dificuldade em colocar um jovem autista na área de serralharia, hoje é considerado pelo patrão o melhor empregado da serração, embora não pegue em máquinas, mas para medir e desenhar é o melhor</p>
DIANOVA	<p>O desempenho profissional é bom. Mas sempre questionado pela entidade promotora de estágio ou emprego.</p> <p>As dificuldades que ocorrem em postos de trabalho, assemelham-se às dificuldades de inserção socioprofissional.</p> <p>Veja, não nos podemos esquecer de que a toxicodependência é um dos problemas mais graves da nossa sociedade. As pessoas vêm a toxicodependência associada a outros componentes de saúde sendo o pior de todos o HIV. O problema do trabalho não pode ser visto de forma isolada primeiro é essencial 'ser' só a partir desta raiz existe equilíbrio entre a pessoa, família e trabalho. Já neste ponto o trabalho é um desafio que o nosso tempo coloca. Um desafio muito difícil de se alcançar. Associado aos problemas de saúde colocados pelos empregadores, coloca-se a questão, e se retorna ao vício? Apesar de todas as relutâncias,</p>

	conseguem-se colocações.
(4.11) Quais os obstáculos e/ou dificuldades sentidos na inclusão destas pessoas?	
ARTENAVE	<p>Gostaríamos de integrar todos os nossos formandos, embora, seja ‘algo’ que fica aquém do nosso desejo. A grande dificuldade na empregabilidade apresenta-se quando o formando se situa em contexto real de trabalho e ocorre incompatibilidades de vontades, quer seja por parte da pessoa que se candidata ao trabalho, quer seja por parte do empregado. Tem de haver ‘vontade de empregar’ e ‘vontade de se empregar’, quando esta dualidade falha, falha todo o processo.</p> <p>No momento actual o empregador não tem vontade de empregar, seja o candidato formando ou formado. É preciso começar a considerar a Formação que visa a Inserção Profissional.</p> <p>Questiono: será que Formar para Inserir é mesmo solução? E se tentássemos também, Inserir para Formar? E, desta forma inverter a tendência?</p> <p>Neste momento estamos a fazer diligências para implementação do método IOD, um projecto que mobiliza intervenções na área da inclusão laboral. Contraria a estratégia actual da procura de trabalho. As actuais estratégias de integração num emprego partem pela apresentação de um currículo (vários). Os candidatos ao posto de trabalho são avaliados ao nível curricular e posterior entrevista. Com o método IOD através de uma bolsa de candidatos, as pessoas são contactadas em função das necessidades do empregador. Através das necessidades do empregador o técnico de trabalho procura o trabalhador que a empresa necessita e, a formação é administrada na própria empresa.</p>
CASA SANTA ISABEL	Depois do período de estágio consta-se uma dificuldade em proceder à fase contratual, agravada pelo contexto geográfico em que a instituição está inserida, e pelo próprio mercado de trabalho
CERCIG	Certamente, pretende-se administrar uma qualificação profissional de base, com autonomia e competências mínimas o indispensável ao exercício de uma actividade profissional, e isso só se consegue se os formandos estiverem predispostos. Mas não podemos esquecer por um lado a actual conjunta laboral do nosso país e a quebra dos apoios concedidos para a contratação de PNE, leva a que o nosso trabalho de inserção no mercado de trabalho seja muito mais dificultado, quase impossível, diria
DIANOVA	Respondeu na questão anterior
(5) A organização possui uma EI? Porque motivo surge a EI?	
ARTENAVE	Sim, fundada em Novembro de 2000 a ECONAVE surge com o objectivo de facilitar a inserção laboral e assim promover a reabilitação psicossocial e financeira de trabalhadores com deficiência e desempregados de longa duração.
CASA SANTA ISABEL	Sim, surgiu como alternativa à criação de emprego no mercado normal. Foi criada em Maio de 2010 com o objectivos criar novas oportunidades de trabalho para os formandos e para pessoas em fase de desemprego, e potencializar as áreas de produção da instituição.
CERCIG	Não. Não possuímos a valência de EI mas damos oportunidades de trabalho a formandos e a pessoas que não passaram pela FP. É o caso do casal responsável pela quinta agrícola, devido às suas idades são considerados um público com dificuldade de integração profissional, a sua colocação nos nossos serviços permitiu-lhes refazer o seu projecto de vida. Este é um exemplo das nossas respostas ao nível da inserção profissional das pessoas. As EI têm um papel inclusivo de formato temporário (2 anos), enquanto na CERCIG os processos contratuais seguem as vias normais. Após o período de experiência passa-se à contratação efectiva das pessoas, possibilitando uma inclusão definitiva e não temporária. Aliás actualmente esta é a missão da CERCIG: proporcionar a qualidade de vida no âmbito da inclusão social do distrito da Guarda, vemos a inclusão de forma permanente.
DIANOVA	Sim. Foi criada em 2000 com o paio do IAFP.

	Tem como objectivo responder às dificuldades de emprego que estas pessoas sofrem durante e após a reabilitação, e a desempregados de longa duração.
(5.1) Quantas pessoas fazem parte da EI?	
ARTENAVE	A EI criou 5 lugares com uma duração contratual limitada a 2 anos, porque as EI são de transição. A instituição tem 2 anos para colocar estas pessoas no mercado de trabalho.
CASA SANTA ISABEL	A EI criou 5 postos de trabalho: 3 alunos da instituição, 2 ex-desempregados de longa duração.
CERCIG	Não se questionou
DIANOVA	A EI criou 8 postos de trabalho, dos quais 5 encontram-se em processo de especialização, ao abrigo da lei de contratação das EI (2anos, afim deste período de tempo reinicia-se o processo formativo/especialização. A EI assume-se como uma medida de transição para o mercado normal de trabalho na área da floricultura
(5.2) Em que ramo(s) de actividade(s) se direcciona a EI?	
ARTENAVE	Presta serviços no sector primário as actividades assentam nos serviços de jardinagem (arranjo, manutenção, construção e limpeza de jardins), agricultura, pecuária, limpeza (matas, caminhos e arruamentos, riachos, entre outros), limpezas domésticas, lavandaria, reciclagem, recolha de cartão e papel e compostagem. As actividades mais solicitadas pelos clientes são os serviços agrícolas, área onde se detecta uma enorme carência de mão-de-obra.
CASA SANTA ISABEL	A EI centra-se na actividade da silvicultura com prestação de serviços de limpeza moto-manual, trituração de sobrantes existentes no terreno, abate de árvores (pequena e média porte, mas também de grande porte (arborismo), desbastes e desramações, podas, plantações (inclusive fazer projectos), produção de lenha, arrumação de lenha.
CERCIG	Não se questionou
DIANOVA	Dedica-se ao sector da floricultura, produz e comercializa plantas de exterior. Temos um processo de controlo de qualidade que se aplica desde o processo da plantação à entrega ao cliente.
(5.3) Como funciona a EI: - de que forma se processa a admissão das pessoas na EI ? - directamente da FP da organização - provenientes do IEFP - outras formas	
ARTENAVE	De ambas as formas: uns passam directamente da formação, outros através do IEFP entram directamente na EI
CASA SANTA ISABEL	3 pessoas passaram directamente da formação e 2 pessoas foram propostas pelo IEFP. A EI funciona por três ciclos: a fase de formação (6 meses), a fase de profissionalização, no fim do ciclo a fase de inserção na qual pode ocorrer a contratação, ou inicia-se um novo ciclo com novas pessoas. Uma vez que é muito recente a última fase ainda decorre.
CERCIG	Não se questionou
DIANOVA	As pessoas podem transitar da formação, podem ser propostas pelo IEFP, pelo Instituto da Droga e Toxicoddependência ou qualquer outra entidade nossa parceira.
(6) No seu inicio a organização contou com apoios estatais e/ou particulares?	
ARTENAVE	A organização surgiu como um Atelier de Animação e Expressão Cultural, inserido na Associação Cultural e Recreativa de Moimenta da Beira, beneficiou da colaboração da Câmara Municipal de Moimenta da Beira que cedeu as instalações
CASA SANTA ISABEL	De origem holandesa, as primeiras casas foram construídas com o apoio de instituições congéneres. Outras foram subsidiadas pela Fundação Gulbenkian e tiveram doações provenientes de várias origens, nomeadamente da Suíça.
CERCIG	A organização surge no ano lectivo de 1977/1978, integrada no movimento

	das CERCI's pioneiras em Portugal na criação de Escolas de Educação Especial. Teve o apoio de pessoas a título particular e de algumas entidades publicas das quais se salienta a Câmara Municipal da Guarda.
DIANOVA	A organização já nasceu em rede, com vários internacionais, estatais e sem duvida de alguns/muitos particulares.
(6.1) O tipo de apoios tiveram alguma influencia na delimitação da organização? (ao nível das infra-estruturas, entre outras)	
ARTENAVE	Sim, influenciaram bastante. A organização nasceu com um projecto simples e denominado: ARTENAVE Atelier - Animação e Expressão Cultural. A este projecto aderiram muitas outras pessoas, outras entidades, com novas propostas inclusivamente a proposta da formação profissional. Todos estes apoios influenciaram a dinâmica da organização e o projecto que era de uma pessoa, passou a ser de um grupo pessoas persistentes, lutadores e muito crédulos, proporcionando uma dinâmica indispensável para que a 9 de Novembro de 1994 nascesse a actual ARTENAVE Atelier - Associação de Solidariedade.
CASA SANTA ISABEL	Os apoios têm sempre alguma influência organizacional, quer ao nível de estruturas quer ao nível dos serviços. Muitas existe intenção da nossa parte que não se pode concretizar porque não existem vontades externas que permitam a sua realização.
CERCIG	Sem dúvida, a associação foi criando respostas com os apoios de particulares e com entidades estatais. Em 1985 com o apoio do Ministério da Educação e do Trabalho a CERCIG constrói na Quinta da Torre a valência Pré-profissional, destinada à formação pré-profissional nas áreas de agro-pecuária e hortofloricultura. Mais tarde o IEFP constata a necessidade de formação específica sob a componente prática/oficinal e, desta feita, subsidia a construção das oficinas, com o seu apoio nasce em 1996 o Centro de Reabilitação Profissional (CRP) e o Centro de Recursos Local (CRL) que promovem: a formação e qualificação profissional e, a integração socioeconómica de PNE da região da Guarda.
DIANOVA	São todos os apoios traduzidos em parcerias que nos fazem crescer
(6.2) Actualmente conta com os mesmos ou outros apoios?	
ARTENAVE	Contamos sempre com apoios particulares quer ao nível de pessoas individuais ou empresários, e actualmente contamos com o apoio de algumas parcerias. Fazemos parte da Rede Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), distribuídos pelo país contribuimos para a gestão da informação e do conhecimento, através de uma pesquisa, recolha, tratamento e difusão, tanto a nível interno como a nível externo. Através do seu Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) a organização anima o <i>cluster</i> - Formação para o Desenvolvimento Regional e Local (FDRL), e IN(for)DEMO. Para além destas parcerias integramos ainda a rede "Construir Juntos", cujo objectivo se pode resumir como uma iniciativa de combate às desigualdades e à realização plena dos direitos das crianças.
CASA SANTA ISABEL	Sim, desde sempre tivemos o apoio e o reconhecimento das comunidades em que estamos envolvidos. Contamos com ajuda vinda do estrangeiro e das parcerias com as escolas, a Câmara Municipal de Seia, e o IEFP.
CERCIG	Os nossos apoios e parcerias mantêm-se as mesmas
DIANOVA	Existe uma necessidade constante de criar novas parcerias e com elas surgem novas formas de apoio intermédio
(7) Quais as dificuldades sentidas no arranque da organização?	
ARTENAVE	Não posso referir dificuldades, houve desde logo uma forte adesão da comunidade ao projecto.
CASA SANTA ISABEL	Não tenho conhecimento para responder à questão, creio que fomos facilmente aceites pela comunidade
CERCIG	Foi uma organização que surgiu com o benefício do movimento das Cercig, surgiu para dar respostas à dificuldade eminente de algumas famílias, logo

	teve todos os apoios particulares e estatais. Não me parece que tenha havido grandes dificuldades de arranque
DIANOVA	Não sou a pessoa indicada para responder à questão
(7.1) Actualmente quais são as dificuldades mais proeminentes?	
ARTENAVE	As actuais dificuldades da associação devem iguais às demais. A conjuntura socioeconómica fala por si
CASA SANTA ISABEL	A nossa grande dificuldade está mesmo na empregabilidade dos nossos utentes
CERCIG	Incide essencialmente pela falta de apoios e sensitivos no mercado de trabalho. E uma enorme falta de recursos para o desenvolvimento de projectos, temos um projecto em mãos, na área da floricultura, aguardamos o desenlace
DIANOVA	As dificuldades têm de ter tomadas como incentivos para novos projectos.
(8) Quais as políticas e princípios da organização?	
ARTENAVE	Valorizamos o aspecto pessoal e profissional de toda a pessoa, todas as nossas directrizes vão nesse sentido.
CASA SANTA ISABEL	Os nossos princípios visam proporcionar a cada pessoa a possibilidade de efectuar o desenvolvimento, e a sua realização pessoal, partindo de um conhecimento espiritual e prático, pela meditação e trabalho, em função do seu bem-estar, dos outros e da natureza.
CERCIG	A Cercig rege-se pelos princípios do movimento cooperativo. Cada CERCIG cria as suas respostas sociais, consoante as necessidades da comunidade onde se inserem. As nossas políticas direccionam-se em encontrar respostas ao público com necessidades especiais da zona da Guarda.
DIANOVA	Regemo-nos pelo princípio de que cada pessoa pode encontrar em si mesma os recursos para alcançar o seu desenvolvimento pessoal, e integração social
(8.1) Quais são as estratégias inerentes ao funcionamento da organização? (considerando a própria estrutura)	
ARTENAVE	Quando fundei a ARTENAVE Atelier - Animação e Expressão Cultural não havia uma estrutura específica, era apenas um pequeno espaço gerido por mim. A estrutura actual surgiu posteriormente com a ARTENAVE Atelier - Associação de Solidariedade, mantêm-se até hoje, alguns departamentos com outras pessoas. Fazendo parte de uma estratégia de funcionamento, a estrutura da organização estabelece-se sob a orientação das pessoas responsáveis pelos diversos departamentos que a compõem. É o responsável pela valência de formação profissional que orienta os planos formativos, articula os processos de estágio e emprego com os técnicos do IEFP, etc. Tal como qualquer outro responsável de departamento. Ao nível global e porque achamos necessário tentamos criar estratégias de progresso que acompanhem a evolução das necessidades dos nossos públicos. Actualmente as estratégias passam por criar meios que possibilitem a inserção social, para tal candidatamo-nos a projectos que vão neste sentido.
CASA SANTA ISABEL	O sistema organizacional assenta na base de numa gestão democrática. As nossas estratégias fundamentam-se na partilha de responsabilidades, sustentando na contribuição equitativa entre obrigações e benefícios, integrado num ambiente de responsabilidade social e assente num clima sem escalas rígidas de categorias profissionais. A ordenamento do nosso espaço é composto por um conjunto de casas independentes e lares residenciais. A todas as construções é dada uma importância global e, em especial, ao seu enquadramento paisagístico. São casas envoltas pela floresta, rodeadas de jardins com flores, ervas aromáticas, hortas, uma vinha, onde se inclui uma “Quinta Biodinâmica” na qual se produz agricultura biológica. Neste cenário, crianças, adolescentes e adultos, têm ao seu dispor a escola, os ateliers de trabalho (oficinas de artes e ofícios), bem como

	<p>outros espaços lúdicos, onde tudo funciona em harmonia entre homens e a natureza.</p> <p>Relativamente aos seus colaboradores a instituição abarca os dois sistemas de vínculo laboral, os colaboradores externos recebem um salário pelo seu emprego na instituição.</p> <p>Ao nível do funcionamento dos colaboradores internos saliento algumas particularidades que assentam na auto-educação, esta é uma estratégia importante que permite criar o ritmo diário à implementação da pedagogia. Na qual os colaboradores internos vivem com os utentes, considerados como companheiros, 24 horas por dia, numa perspectiva de harmonia familiar. O convívio entre companheiros assenta na entreaajuda, interesse pelo mundo, confiança e cuidados com o ambiente. Desta forma a instituição tem contribuído para a mudança de mentalidade no que se refere à perspectiva que a sociedade tem sobre as pessoas com deficiência - a sociedade passa agir sob a forma de 'iguais entre iguais'.</p> <p>A organização tem uma estrutura horizontal, assente na partilha de responsabilidades com base numa gestão democrática está suportada por um 'Fundo Social'. É um sistema de gestão levado a cabo pelos colaboradores, suportado numa contribuição equitativa para as obrigações e benefícios, fundamentado em princípios de vida comunitária que permite a separação entre trabalho e dinheiro.</p> <p>Esta é uma estratégia que vai de encontro às necessidades de alguns utentes, que se encontram em regime de internato, já não possuem estrutura familiar de apoio - a sua família passou a ser a Casa de Santa Isabel. Outros utentes vivem em regime de semi-internato, outros frequentam as valências durante o dia.</p>
CERCIG	<p>O funcionamento da organização estabelece-se sob uma estrutura vertical, presidida pela assembleia geral, conselho fiscal, e direcção; assessorados pelo gabinete da qualidade. Os serviços são repartidos pelos vários departamentos que compõem a unidade organiza da Cercig.</p> <p>As nossas estratégias assentam sobretudo em criar formas para melhor responder ao nosso público.</p>
DIANOVA	<p>Agimos em rede, mas cada organização age como uma 'filial' dispõe de um estrutura interna organizada, com profissionais qualificados de diferentes áreas de actuação, distribuídos pelas diversas direcções executivas.</p> <p>Somos uma IPSS que obriga a uma direcção, a um conselho fiscal e à constituição de uma mesa de assembleia geral. Dos órgão sociais fazem parte, também a Direcção de Intervenção e Programas, a Direcção de Comunicação e Relações Institucionais e a Direcção Administrativa e Financeira.</p>
(8.2) Porquê estas estratégias?	
Considera funcional?	
ARTENAVE	<p>Desde sempre tivemos esta estratégia. Os departamentos não são estáticos nem individualizados, simplesmente são responsáveis cada pelo seu campo de acção dentro da organização, quando existe a necessidade de se trabalhar em conjunto, pois trabalha-se.</p> <p>É funcional porque todos trabalhamos para criar respostas sociais e ate agora tem corrido bem!</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>São estratégias que assentam na filosofia da organização. E sim, é funcional.</p> <p>Esta estrutura leva a um melhor empenhamento na comunidade. Quero ainda referir que em termos de recursos humanos a instituição conta com uma forte diversidade cultural apoiada nas origens dos seus colaboradores voluntários oriundos de Portugal, Holanda, Brasil, Alemanha. Os voluntários são encaminhados por programas do Instituto Português da Juventude (IPJ), do Serviço Voluntário Europeu e de instituições congéneres na Alemanha.</p>
CERCIG	<p>Sim é funcional, pois conseguimos atingir os nossos objectivos. Embora ... as linhas verticais são institucionalizadas, obedecem a um certo rigor....</p>

	<p>por vezes, no meio da complexidade que é o nosso sistema organizacional, é imprescindível que cada sector execute as suas funções em prol do nosso público, afinal é por eles que os serviços existem, criam-se novos ou modificam-se serviços, novos espaços, para tal é necessário contornar, muitas vezes, as burocracias formais.</p>
DIANOVA	<p>É uma estrutura comunicacional não é rígida, ocorre verticalmente e horizontalmente, permite-nos alcançar os objectivos, quer departamentais quer globais, por isso é funcional.</p>
<p>(8.3) Desde o início da organização até hoje, mantêm-se (ou modificaram-se) as estratégias organizacionais? Porquê?</p>	
ARTENAVE	<p>Não foi feita a questão. A resposta obteve-se na questão (8.1)</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>Não foi questionada. Na resposta (8.1) ficou perceptível que estratégias e as políticas organizacionais se mantêm desde o início da organização</p>
CERCIG	<p>A política organizacional mantêm-se. As estratégias foram evoluindo à medida que surgiram novas respostas aos nossos públicos, foram sendo criados novos departamentos responsáveis por novas medidas.</p>
DIANOVA	<p>As nossas estratégias vão sempre evoluindo, nada é estável. Existe uma necessidade global de acompanhar as mudanças sociais e desta forma redefinir o posicionamento institucional e, criar sempre novas linhas orientadoras.</p>
<p>(9) Face às necessidades dos públicos, quais as estratégias da organização? (que tipo de respostas sociais)</p>	
ARTENAVE	<p>Inicialmente bastava a articulação entre a família e a escola, assentes entre dois espaços, onde as pessoas passavam os seus tempos livres de forma criativa. A criatividade é excelente para desenvolver cognitivamente uma criança, mas mais tarde precisam muito mais do que um espaço de olaria e criatividade.</p> <p>Então, devido às novas necessidades sociais com que nos deparámos, percebemos ser necessário promover a integração social e profissional.</p> <p>Foi nesta fase que outras pessoas aderiram ao projecto inicial, desenvolvemos a formação profissional que numa 1.ª fase era destinada a PNE, no âmbito da Medida 3 do IEF, na 2.ª fase surge com a transferência para o Programa Intervenção Operacional Integrar cujo financiamento e gestão visam a integração de públicos desfavorecidos, dos quais se salientam os desempregados de longa duração. Posteriormente ao abrigo do projecto de inserção surge a EI.</p> <p>Como respostas sociais, para além da formação e da empresa de inserção temos o centro de actividades ocupacionais, e o lar residencial.</p> <p>Efectivamente foi necessário criar novas instalações, durante algum tempo funcionámos no espaço antigo e a formação era facultada numa escola. Até criarmos este espaço de raiz.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>A organização desenvolveu-se no âmbito de criar programas educacionais a crianças inadaptadas, mais tarde surgiu a necessidade de criar programas curriculares para jovens e adultos com necessidades especiais. Tentamos sempre fazer face, de uma forma gradual, às necessidades do nosso público. Recentemente surgiu o projecto de silvicultura.</p>
CERCIG	<p>Num primeiro momento houve a necessidade de responder a crianças com necessidades educativas, anos mais tarde estas crianças tinham necessidades diferentes, o que levou à ampliação dos serviços e construção de mais infra-estruturas.</p> <p>Actualmente temos respostas sociais que abrangem outros públicos-alvo e temos: o Centro de actividades Ocupacionais (CAO), Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), Centro de actividades de tempos livres (CATL), Valência Educativa, Intervenção Precoce (IP), Centro de Reabilitação Profissional (CRP) / Centro de Recursos Local (CRL), Centro de Recursos Terapêuticos (CRT) e, Unidades Residenciais. Temos ainda a Quinta Pedagógica e Centro Equestre que dá resposta a pessoas individuais e famílias em situação de pobreza e exclusão social.</p>

DIANOVA	A nossa prioridade é implementar mudanças em persuadir o nosso publico para que modifiquem deliberadamente determinados comportamentos de risco, através de desenvolvimento de acções e programas que contribuam para o progresso social de cada individuo. Através do ajustamento de certas variáveis consegue-se um desenho de implementação e controlo de programas orientados para ir ao encontro da evolução das necessidades dos públicos-alvo (sob uma estratégia de Marketing Mix). Transversalmente com outros programas chegamos a diversos públicos (não obrigatoriamente ao 'nosso' público), mas a todas as pessoas em geral com o intuito de sensibilizar, prevenir e esclarecer.
(10) Uma vez que a inclusão social é um dos principais objectivos da organização, reportando à valência formativa e empresa de inserção que admite ser uma acção de transição para a integração. Porque motivo a organização associa as duas vertentes?	
ARTENAVE	Ambas as valências se direccionam à inserção profissional. A formação profissional é o 'ensinamento' de uma profissão. A EI enquadra-se no âmbito da economia social e dá respostas por parte das organizações aos problemas da população mais desfavorecida. Tem sido responsável pelo acréscimo de rendimentos de algumas famílias para quem estes eram escassos ou esporádicos. Alguns acabaram mesmo por ser integrados num emprego definitivo. Outros tiveram a oportunidade de beneficiar de um período estável de emprego Considero que as duas valências são uma estratégia direccionada a colmatar as necessidades do nosso publico.
CASA SANTA ISABEL	A EI aparece como mais uma resposta de inserção profissional, é uma forma de criar postos de trabalho.
CERCIG	Não foi feita a questão, uma vez que a organização não possui a valência Empresa de Inserção
DIANOVA	Não foi feita esta questão porque a inserção profissional, propriamente dita, do publico da Dianova assenta exclusivamente na Empresa de Inserção que comporta a formação profissional
(10.1) Considera que estas respostas são positivas para a integração dos vossos públicos? Porquê?	
ARTENAVE	Sim. Transmitimos as ferramentas necessárias ao desenvolvimento de uma profissão. Tal como já lhe mencionei os nossos cursos são administrados em função das necessidades da oferta de trabalho. O IEFP faz uma ligação directa entre os nossos serviços e os empresários. Sim, criamos condições para a integração.
CASA SANTA ISABEL	Creio que são.
CERCIG	Sim, nos temos um procedimento que leva à integração dos nossos públicos. Ao nível da inclusão actuamos através do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) que age em conformidade com a Direcção Regional de Educação do Centro promovendo a igualdade de oportunidades através de uma diversidade de apoios especializados. Através deste centro e em concordância com a Informação, Avaliação e Orientação Profissional (IAOP), os jovens com NEE, quando não colocados no mercado de trabalho são contratados para trabalharem nas instalações da organização. Assim como, alguns jovens e adultos sem qualificação profissional e/ou com necessidades de construção de um projecto de vida, autónomos e inscritos no IEFP através do Apoio à Colocação (AC), podem ser contratados por nós.
DIANOVA	Nos últimos 3 anos através dos diversos programas de tratamento das toxicodependências, de educação, de desenvolvimento sócio-comunitário, de formação e capacitação alcançámos um impacto social significativo. Logo vamos no caminho certo rumo à integração.
(10.2) Considera ser mais fácil incluir no mercado de trabalho pessoas saídas da FP ou com passagem pela EI? Porquê?	
ARTENAVE	Mais facilmente se colocam pessoas da formação profissional

	As pessoas que frequentam a EI são mais autónomos e recorrem muito menos às nossas propostas de trabalho.
CASA SANTA ISABEL	Neste momento ainda não posso responder, a EI é recente. Não há dados para comparar
CERCIG	Não se questionou
DIANOVA	No fim da formação os formandos são colocadas em estágios e adquirem experiência em trabalho pelo tempo médio de seis meses a um ano As pessoas que participam na EI adquirem uma experiência em trabalho de 2 anos, por esse facto ao nível curricular apresentam experiência de trabalho, o que lhes dá uma maior facilidade para entrar no mercado de trabalho. Vendo a EI como uma medida de transição para o mercado normal de trabalho, no âmbito da qual as pessoas adquirem competências para criar o seu próprio trabalho caso assim o pretendam.
(10.3) De que forma o público exterior vê a EI?	
ARTENAVE	Sendo uma forma de promover socialmente a população (entenda-se a mais despromovida, claro) da região e, pelo facto de pôr a trabalhar aqueles que normalmente são tidos por incapazes ou marginais. O retorno publico é a credibilidade da organização que acaba por ter outros benefícios conexos.
CASA SANTA ISABEL	O publico reconhece o nosso trabalho e vê-o de uma forma bastante positiva.
CERCIG	Não se fez a questão
DIANOVA	Os serviços dos viveiros são reconhecidos.
(10.4) Quais os factores de sucesso que a EI trouxe à organização? (aspectos positivos e/ou vantagens)	
ARTENAVE	Globalmente é avaliada como muito positiva, por um lado tem assegurado emprego a pessoas que de outra forma dificilmente o teriam, logo gera riqueza, é pertinente pelo seu objecto (prestação de serviços, numa área onde escasseia a mão de obra) e, por este motivo é sustentável.
CASA SANTA ISABEL	Ainda não dá para ter uma percepção do sucesso da EI, contudo já se mostra positiva pois já criou postos de trabalho. As pessoas procuram os nossos serviços.
CERCIG	Não se fez a questão
DIANOVA	Os factores de sucesso recaem na empregabilidade das pessoas que por ela passam e, gera a sua própria sustentabilidade.
(10.5) Qual a perspectiva o futuro das EI?	
ARTENAVE	Considero que seja cada vez mais pertinente e sustentável, pelo crescente envelhecimento dos pequenos agricultores (a maioria, na região) com falta de mão de obra e necessidade de revalorização da agricultura. A grande interrogação põe-se: enquanto medida do mercado social de emprego, será que o IEFP a vai manter?). E haverá assim tantas alternativas no mercado de trabalho para públicos com escassa formação e tantos desempregados?
CASA SANTA ISABEL	As perspectivas de futuro passam pelas pessoas conhecerem e procurarem os nossos serviços, procuramos fazer preços competitivos com serviços da Câmara Municipal ao nível de cortes de lenha e limpeza de floresta. Temos ainda, outros projectos dos quais posso adiantar o workshop de plantas aromáticas (cultivo, aromas, chás). E vários trilhos pedestres pedagógicos , entre Seia e São Romão, que contam com a parceria de várias escolas e com a CMS: o <i>Trilho das Árvores</i> que permite (re)conhecer a grande diversidade de árvores com o nome comum e científico pedagógico de árvores, e o <i>Trilho Sistema Solar</i> apresenta-se um modelo do sistema solar onde são identificados, numa escala proporcional, os planetas visíveis a olho nu - Mercúrio, Vénus, Terra e Lua, Marte, Júpiter e Saturno.
CERCIG	Não se fez a questão.
DIANOVA	O futuro da EI passa sobretudo por dar continuidade ao papel da empregabilidade das pessoas.
(11) Face às estratégias da organização, de que forma a organização manobra os seus	

recursos? (particularmente recursos financeiros)	
ARTENAVE	<p>Numa estratégia financeira as actividades próprias dos ateliês: de música - Instrumental e coral, de teatro - oficinas de teatro e representação, cenários e adereços, e de Fotografia - captação, revelação e personificação de álbum. Sempre enquadrados e coordenados por pessoal da instituição mobilizam recursos financeiros.</p> <p>Por sua vez, a EI é uma das estratégias para atingir os objectivos da organização, direccionada à agricultura e agropecuária, até agora tem sido reactiva, responde bem às solicitações dos pequenos agricultores da região.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>Já referenciei o 'fundo social' como gestão interna da associação. Ao nível da comunidade, as pessoas aceitam bem os nossos serviços e produtos, temos uma loja 'as quatro estações' sediada em S. Romão que vende os produtos artesanais provenientes das oficinas; produtos frescos como: pão, croissants e bolachas provenientes da padaria; também nozes e castanhas provenientes dos produtos agrícolas.</p> <p>Temos ainda a prestação de serviços por parte do projecto de silvicultura (EI).</p>
CERCIG	<p>Ao longo da nossa existência fomos contando com apoios financeiros por parte de entidades publicas e semi-publicas. Na área especifica da formação conseguiu-se o apoio Governamental dos Ministérios da Educação e do Trabalho para a criação da valência Pré-profissional, mais tarde contámos com o apoio técnico e financeiro do Instituto de Emprego e Formação Profissional.</p> <p>Para além destas entidades compreendemos outros recursos financeiros: os produtos da Quinta Agrícola e Pedagógica, direccionam-se aos consumidores em geral que procuram estes produtos de forma directa (qualquer pessoa que conheça os nossos produtos, vem aqui compra os produtos da estação). Produtos que são vendidos também em feiras de artesanato e feiras de promoção. Associados a este produtos agrícolas estão peças elaboradas pelos cursos de carpintaria e confecções, (executamos encomendas de peças de carpintaria incluindo a restauração).</p>
DIANOVA	<p>Não vou identificar recursos financeiros directos. Só lhe adianto que a EI é auto-sustentável. Neste sector, a sociedade civil é, só por si, uma força económica significativa.</p> <p>Neste âmbito o Mecenato constitui-se uma estratégia de apoio a actividades ou projectos que funcionam fora da lógica do mercado, quer de âmbito individual ou empresarial, através de uma contribuição directa sob a forma monetária, doações ou serviços.</p> <p>O apoio à organização enquadra-se no funcionamento de Responsabilidade Social Corporativa ou de Mecenato Social, pelo que as entidades que apoiarem a organização beneficiarão do estatuto do Mecenato Social em termos de contrapartidas fiscais, para além de outras a nível de reputação corporativa.</p>
(12) Qual a importância das parcerias para a organização?	
ARTENAVE	<p>Defendo a parceria com base no desenvolvimento e integração em redes de informação, e os ganhos de escala e de massa crítica. A inovação e a competitividade destas instituições devem alicerçar-se no desenvolvimento de uma ecologia das aprendizagens, em parceria, e, como tal, na gestão do conhecimento de base territorial. Partilhamos da ideia de que juntos trabalhamos melhor, cultivamos a parceria, partilhamos ideias e formação.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>É importante para a divulgação dos nossos objectivos.</p>
CERCIG	<p>Desde sempre trabalhamos em parceria com outras entidades. Seria impossível responder ao nosso público sem os nossos parceiros.</p>
DIANOVA	<p>Como uma associação que funciona em rede internacional tem imensas parcerias tanto nacionais como internacionais. Acompanhando as</p>

	<p>mudanças sociais, o que redefiniu o que redefiniu desde logo o nosso posicionamento institucional criando novas linhas orientadoras sobre as novas problemáticas de âmbito social. Com base nesta orientação e no âmbito da parceria, são celebrados acordos, que alargam a oferta dos serviços na área de prestação de cuidados de saúde, social, educação, formação e capacitação.</p>
<p>(12.1) Pode referir as parcerias associadas? (Porquê estas parcerias?)</p>	
ARTENAVE	Referidas na questão (6.2)
CASA SANTA ISABEL	Referidas na questão (6.2)
CERCIG	Fenacerci, Câmara Municipal da Guarda, Nerga, Instituto Politécnico da Guarda, IEFP da Guarda e Ensiguarda
DIANOVA	<p>De entre muitos protocolos, saliento: a Câmara Municipal de Torres Vedras, o Centro de Emprego de Torres Vedras, a Comissão Distrital de Lisboa da Luta Contra a SIDA, o Instituto da Droga e Toxicoddependência, o Instituto Português da Juventude, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa e Porto.</p> <p>Estamos, também, ligados a filiações nacionais, a título de exemplo: a Federação Portuguesa de Instituições Sociais Afectas à Prevenção da Toxicoddependência. E com filiações internacionais, também a título de exemplo: Conselho Económico e Social das Nações Unidas</p>
<p>(12.2) As parcerias mantêm-se desde o início da organização? (caso se tenham alterado, porque motivo?)</p>	
ARTENAVE	<p>Desde o seu arranque a organização contou com ajuda de parceiros, a Câmara foi uma forte parceira, hoje é diminuta.</p> <p>Se as necessidades dos públicos evoluem, as estratégias foram ‘evoluindo’ consoante as suas necessidades, obrigatoriamente as estratégias passam pelo envolvimento de novas parcerias.</p>
CASA SANTA ISABEL	As parcerias mantêm-se as mesmas.
CERCIG	<p>Mantemos as mesmas parecerias, pois continuamos no âmbito do ensino especial. Perante o empenho em encontrar as melhores soluções para os novos desafios que surgem, consideramos importante criar novas respostas sociais, para tal, é imprescindível manter e estabelecer protocolos com instituições similares e outras entidades, com o intuito de partilha de experiências. Sobretudo incrementar parcerias estratégicas para conseguir estabelecer pontos de articulação com os problemas sociais e criar uma maior proximidade da comunidade local.</p>
DIANOVA	<p>A parceria é um elemento fulcral para esta associação. Como agente social a associação participa em diferentes redes nacionais e internacionais formadas por pessoas que necessitam umas das outras para alcançar objectivos económicos, psicológicos e sociais comuns são a essência deste sector.</p> <p>Neste âmbito todas são organizações que se envolvem neste objectivo complementam-se. Estamos convencidos de que o futuro passa por encontrar um equilíbrio entre a nossa capacidade de serviço e o sermos promotores da transformação social, isto só se consegue promovendo uma cultura de cooperação.</p>
<p>(13) No âmbito das parcerias qual o papel do Estado?</p>	
ARTENAVE	<p>A parceria surge da dupla forma de governação Estado/Mercado. Estes dois entes são, hoje em dia, questionados por se mostrarem incapazes de fazer face aos desafios que se lhes colocam, quer ao nível do desenvolvimento social, quer ao nível do desenvolvimento económico. A parceria surge como um novo paradigma de governação que apela à mobilização de diferentes actores sociais - Estado, mercado e sociedade civil - e que se deseja que se traduza numa efectiva partilha de competências e responsabilidades.</p> <p>Esta forma de governação enfrenta desafios vários. Desde logo, a identificação e o reconhecimento das partes que a compõem. Depois, se pensarmos na diversidade dos actores que lhe são inerentes, reflecte-se</p>

	nas diferentes lógicas e mecanismos de coordenação próprios de cada um deles. Por último, urge a real pretensão e definição de objectivos comuns por parte desta pluralidade de actores. Se estes desafios não forem ultrapassados corre-se o risco da criação de pseudo-parcerias; parcerias impostas, entre outros mecanismos nem sempre adequados à realização dos fins pretendidos.
CASA SANTA ISABEL	As parcerias são estatais desde as escolas à Câmara Municipal, tendo assim o Estado um papel importante
CERCIG	Desde o início o Estado teve um papel preponderante como nosso parceiro. Desde 1985 que contamos com o apoio do Ministério da Educação. Uma vez mais, saliento a parceria com o IEFP. Mas considero que o Estado tem um papel cada vez menos parceiro neste sector, na verdade delega, cada vez mais, as suas funções de cariz social a organizações que estejam mais próximas dos públicos desfavorecidos, pois são estas que melhor conhecem a realidade social da sua comunidade. Ao nível financeiro, cada vez menos podemos contar esta parceria.
DIANOVA	O Estado como 'máquina' do Estado delegamos o seu papel social, não o podemos considerar propriamente parceiro. Contudo existem varias entidades públicas com as quais nós estabelecemos importantes protocolos de parceria.
(13.1) Como considera a qualidade da parceria do Estado?	
ARTENAVE	Não foi feita a questão, uma vez que o 'Estado' não foi considerado parceiro. Delega a função social em entidades estatais, e através destas, se estabelecem os acordos de parceria.
CASA SANTA ISABEL	Não foi feita a questão, uma vez que o 'Estado' não foi considerado parceiro. Delega a função social em entidades estatais, e através destas, se estabelecem os acordos de parceria.
CERCIG	Não foi feita a questão, uma vez que o 'Estado' não foi considerado parceiro. Delega a função social em entidades estatais, e através destas, se estabelecem os acordos de parceria.
DIANOVA	Não foi feita a questão, uma vez que o 'Estado' não foi considerado parceiro. Delega a função social em entidades estatais, e através destas, se estabelecem os acordos de parceria.
(14) Considera o papel da organização relevante para a sociedade onde está inserida? (relação ao publico interno e externo)	
ARTENAVE	Sem dúvida que sim. O nosso objectivo de promover a inserção social da população mais despromovida da nossa região é conseguido, não totalmente a mais de 50%. Isto reflecte uma boa imagem da organização na comunidade e, é sem dúvida um excelente retorno do nosso trabalho. Também, os ateliês têm um papel interactivo com a população.
CASA SANTA ISABEL	O nosso público e a organização é bem aceite na comunidade. Sim, temos um papel importante na comunidade onde nos inserimos.
CERCIG	Sim. Desde logo, criamos respostas às necessidades actuais dos nossos públicos. Temos um papel activo na sociedade envolvente, a título de exemplo: no ano 2099/2010 articulámos um projecto de proximidade que consistiu na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos contando com a participação da comunidade. A CERCIG ganhou a bandeira verde <i>eco-escolas</i> . Existem muitos outros projectos em articulação com a comunidade.
DIANOVA	Muitas são as pessoas que beneficiam de forma directa dos nossos programas de desenvolvimento. O nosso reconhecimento social abarca vários factores, saliento a Comunidade Terapêutica da Quinta das Lapas, ser o primeiro centro em Portugal com Certificação em Gestão da Qualidade ISO 9001-2000, é um reconhecimento que nos deixa orgulhosos do nosso trabalho.
(15) Quais as perspectivas de futuro para a organização?	
<ul style="list-style-type: none"> - Quer ao nível de projectos futuros - Necessidade de mudança da dinâmica da organização - Quais os objectivos futuros desejáveis 	

ARTENAVE	Referenciado na resposta (4.11) o método IOD, um projecto importado da TRANSFER - IOD que opera na Bélgica, assente no método de proposta de trabalho ao candidato. Para ser aplicado em Portugal tem de haver uma concessão do projecto por parte da TRANSFER, e haver um ministério responsável pelo mesmo (ministério do trabalho, seria o ideal) e uma associação que implemente o projecto, neste caso seria a ARTENAVE.
CASA SANTA ISABEL	As perspectiva de futuro partem por manter as respostas sociais em funcionamento e dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido, procurando manter a integração participativa através da associação com algumas estruturas locais, regionais e nacionais, que facilitam ou potenciem os nossos e seus objectivos.
CERCIG	Como projecto futuro, já estão dados os primeiros passos para o desenvolvimento um espaço de produção e venda de produtos agro-florestais, de forma a dinamizar a criação de emprego e incentivar a formação e produção agro-florestal. Projecto que se candidatou ao Fundo Social Europeu, Estado Português. Neste momento está a aguardar desenvolvimentos.
DIANOVA	Na ultima década a organização tem tido um impacto social significativo, sob uma vertente holística, tem uma relação estreita de cooperação com parceiros de objectivos comuns. Por aqui passam todos os nossos projectos futuros, todos com base no desenvolvimento e impulsionamento das pessoas.
(15.1) Que apoios serão necessários para atingir esses objectivos?	
ARTENAVE	Para a implementação deste projecto em Portugal, terá de ser apoiada a sua candidatura por parte da TRANSFER, depois candidatar através da associação o projecto ao ministério do trabalho em Portugal e transversalmente ao IEFP. Efectivamente este é um projecto que pode falhar em qualquer uma destas instancias. Neste momento, a candidatura já foi aceite pela TRANSFER, a guardamos o seu deferimento.
CASA SANTA ISABEL	Manter as mesmas relações com a comunidade e parcerias
CERCIG	Este projecto é envolto em três fases: a instalação do centro de produção, a instalação do centro de vendas e o desenvolvimento de actividades. Sem os apoios financeiros a que nos candidatamos será muito difícil de alcançar.
DIANOVA	A organização valoriza as relações em rede como um todo e nesta perspectiva assenta todas as suas acções e objectivos sociais. A comunicação é o elemento necessário para todos os objectivos dos intervenientes, quando esta falha, torna-se mais difícil conquistar o objectivo, mas não impossível.
(15.2) O que pode impedir a realização desses objectivos?	
ARTENAVE	Não foi questionada. A resposta está implícita na anterior
CASA SANTA ISABEL	Não considerámos relevante fazer esta questão
CERCIG	Não foi questionada. A resposta está implícita na anterior
DIANOVA	Não foi questionada. A resposta está implícita na anterior
(15.3) Para o caso de impedimento destes, existem outros projectos substitutos? (que outros projectos existem a médio/longo prazo)	
ARTENAVE	Neste momento apenas fazemos diligências para aplicação do método IOD em Portugal, e mantermos as respostas sociais do nosso publico.
CASA SANTA ISABEL	Para já esperamos o desenvolvimento do projecto de silvicultura.
CERCIG	Não, não temos 'nada na manga'.
DIANOVA	Temos uma serie de projectos, todos tem o objectivo de contribuir para uma sociedade mais equitativa. E em todos promovemos a cidadania e a igualdade de oportunidades.
(16) Para finalizar o que pensa sobre o Empreendedorismo Social em Portugal?	
ARTENAVE	O futuro do empreendedorismo social enquadra-se num carácter localizado , tentam resolver os problemas da população em que se inserem. Contudo existe a dificuldade da autonomia e da iniciativa dos

	<p>próprios actores e agentes, até agora muito dependentes de terceiros (Estado). Estado que neste contexto de crise actual, e cada vez mais comprometido com a economia formal, é cada vez menos uma solução. São os próprios actores sociais que têm de encontrar a solução para os seus problemas, resta-lhes tornarem-se activamente produtores dos seus próprios interesses e recursos, activando e valorizando o seu próprio estatuto de actores sociais.</p>
CASA SANTA ISABEL	<p>O empreendedorismo social permite a mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto-estima, possibilitam a participação dos membros da comunidade em acções empreendedoras locais.</p> <p>As EI são o reflexo deste empreendedorismo que gera a melhoria da qualidade de vida dos mais fragilizados, passa por aí, o futuro pela criação de postos de trabalho.</p>
CERCIG	<p>As desigualdades sociais tendem a aumentar e as políticas públicas de desenvolvimento social e económico mostram-se insuficientes, daí a necessidade de surgirem BONS projectos, geridos em democracia austentando a bandeira da comunidade em que se inserem, e não a do projecto.</p>
DIANOVA	<p>O valor da cooperação e partilha de recursos são a base de sustentação para futuro do empreendedorismo social. Neste momento participamos num projecto em que solicitamos empreendedores sociais que queiram contribuir com a sua criatividade e com uma visão de futuro para a sustentabilidade organizacional da Dianova.</p> <p>Uma rede que proporciona trocas de experiências.</p>

Anexo III - Avaliação da Formação

Caso A

Quadro Formação Profissional

Cursos	Agropecuária - jardinagem		serviços domésticos	
	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego
2008	7	6	5	4
2009	6	2	8	6
2010	9	7	7	3

Tabela referente à empregabilidade representativa da formação profissional do [Caso A]
Fonte: elaboração própria

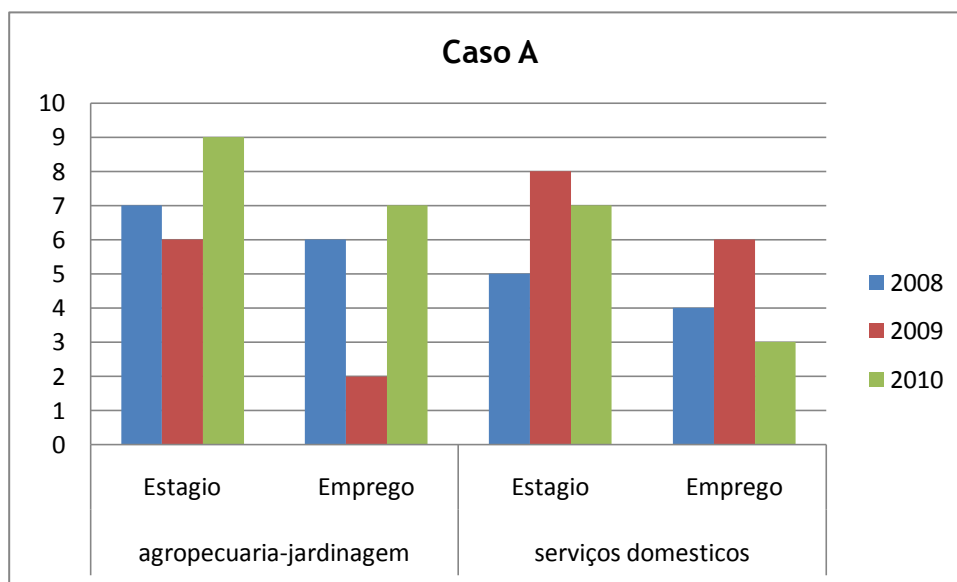


Gráfico referente aos dados representativa da formação profissional do [Caso A]
Fonte: elaboração própria

Caso B

	Produção Florestal		Panificação Pastelaria		Cozinha		Manutenção Hotelaria		Carpintaria	
	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego
2008	7	5	5	3	6	3	6	3	6	2
2009	6	4	4	0	5	0	5	1	6	1
2010	6	3	4	1	5	0	3	0	4	0

Tabela referente à empregabilidade representativa da formação profissional do [Caso B]
 Fonte: elaboração própria

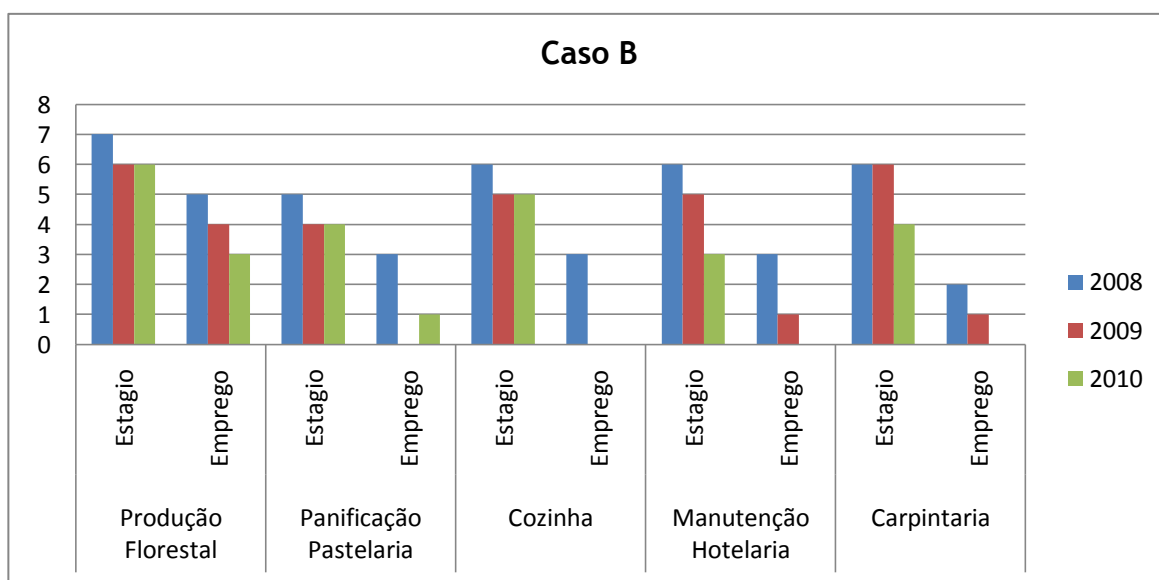


Gráfico referente aos dados representativa da formação profissional do [Caso B]
 Fonte: elaboração própria

Caso C

Cursos	Serralharia		Serviços de Apoio		Cozinha		Auxiliares Administrativos		Carpintaria		Jardinagem	
	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego	Estagio	Emprego
2008	8	4	8	5	11	9	5	4	9	5	9	6
2009	9	5	8	2	12	6	7	3	11	4	10	5
2010	9	0	6	1	12	1	7	2	11	2	10	3

Tabela referente à empregabilidade representativa da formação profissional do [Caso C]
 Fonte: elaboração própria

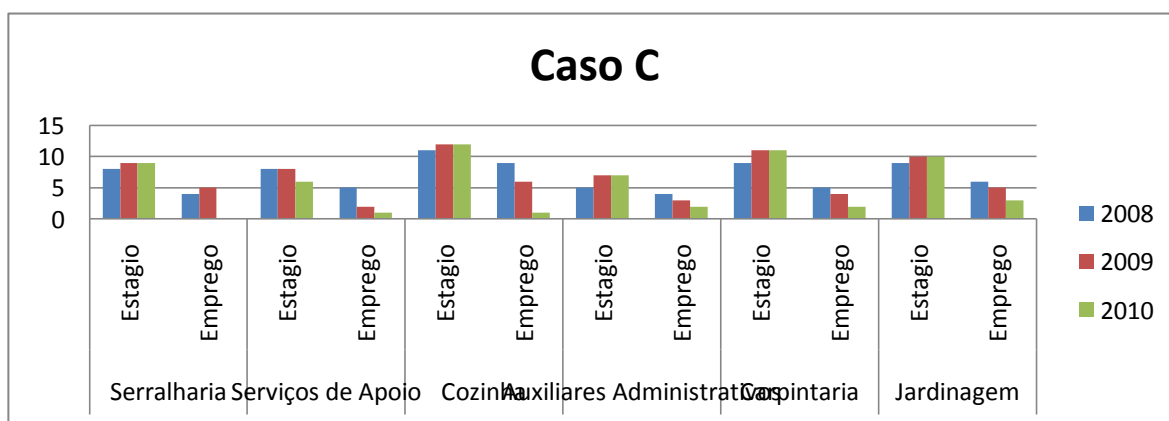


Gráfico referente aos dados representativa da formação profissional do [Caso C]
 Fonte: elaboração própria

Caso D

Cursos	Floricultura	
	Estagio	Emprego
2008	11	7
2009	9	4
2010	9	5

Tabela referente à empregabilidade representativa da formação profissional do [Caso D]
 Fonte: elaboração própria

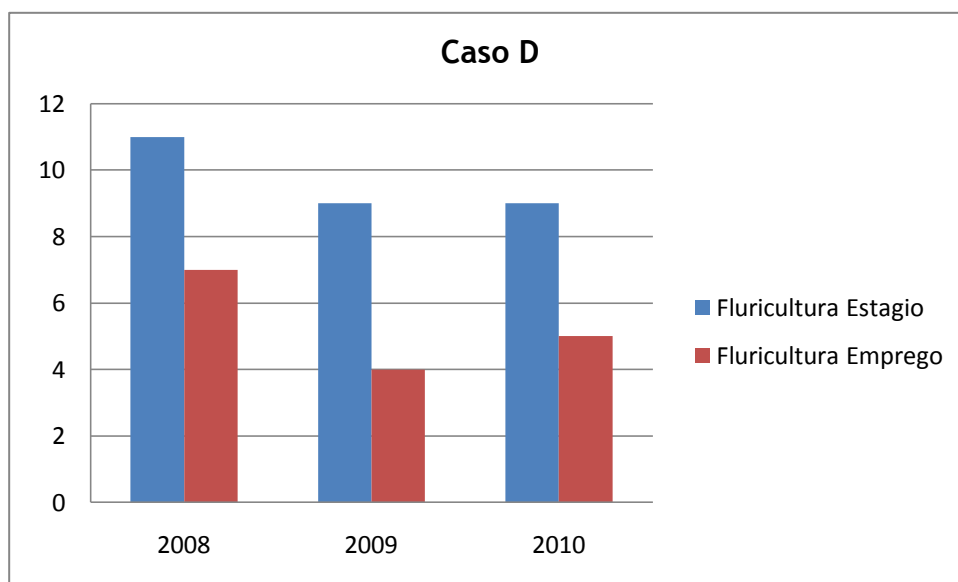


Gráfico referente aos dados representativa da formação profissional do [Caso D]
 Fonte: elaboração própria

